República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLV - Nº 110 SEXTA-FEIRA, 7 DE SETEMBRO DE 1990 BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 130ª SESSÃO, EM 6 DE SETEMBRO DE 1990.

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Parecer

Referente à seguinte matéria:

— Substitutivo ao Projeto de Lei do DF nº 33/90, que dispõe sobre a criação de Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal, e dá outras providências (Redação do vencido).

1.2.2 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 158/90, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, que dispõe sobre o parcelamento do débito, em cruzeiros, de proprietário de imóvel residencial financiado por instituição do Sistema Financeiro de Habitação — SFH, quando não possuir cruzados novos suficientes para quitar integralmente o seu saldo devedor.

— Projeto de Lei do Senado nº 159/90, de autoria do Senador Márcio Lacerda, que altera os artigos 160, 163, 164 e 165 da Consolidação das Leis do Trabalho CLT, criando a Comissão Interna de Saúde e exige a regularidade das empresas quanto aos aspectos de segurança, higiene ambiental e medicina do trabalho para contratarem com o Poder Público.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR MAURO BENEVIDES — Projeto de irrigação Nordeste I.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Discordância de S. Exª com as decisões tomadas pelo TRE baiano. Atribuições do Poder Legislativo, em especial àquelas do Senado Federal.

SENADOR RONALDO ARAGÃO — Projeto Planaflora. Conclusão da hidrelétrica de Samuel. Situação da saúde pública em Rondônia.

SENADOR MENDES CANALE — Encaminhando à Mesa, requerimento de informações ao Ministro da Agricultura sobre empresa ligada ao Proálcool.

1.2.4 — Requerimento

— Nº 321/90, de autoria do Senador Mendes Canale, solicitando ao Ministro da Agricultura, informações que menciona.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATOS DO PRESIDENTE

— Nºs 127, 132, 139, 142, 163 e 165, de 1990 (**Republicações**)

3 — ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

— Nº 5, de 1990

4 — SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE COMPRAS, CONTRATAÇÕES E ALIENAÇÕES

— Portaria nº 1, de 1990

5 — ATA DE COMISSÃO

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral ..... Cr$ 1.069,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

Ata da 130ª Sessão, em 6 de Setembro de 1990
4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Srs. Nelson Carneiro e Pompeu de Sousa

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jarbas Passarinho — Afonso Sancho — Ney Maranhão — João Lyra — Francisco Rollemberg — Jutahy Magalhães — Pompeu de Sousa — Mendes Canale — Leite Chaves — Affonso Camargo — José Paulo Bisol.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A lista de presença acusa o comparecimento de 11 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte Expediente

PARECER

PARECER Nº 296, DE 1990

Comissão Diretora

Redação do vencido para o turno suplementar do Substitutivo ao Projeto de Lei do DF nº 33, de 1990.

A Comissão Diretora apresenta a redação do vencido para o turno suplementar do Substitutivo ao Projeto de Lei do DF nº 33, de 1990, que dispõe sobre a criação de Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal, e dá outras providências.

.....

Sala de Reuniões da Comissão, 6 de setembro de 1990. — **Alexandre Costa**, Presidente — **Pompeu de Sousa**, Relator — **Antônio Luiz Maya** — **Aureo Mello**.

ANEXO AO PARECER Nº 296, DE 1990

Redação do vencido para o turno suplementar do Substitutivo ao Projeto de Lei do DF nº 33, de 1990, que dispõe sobre a criação de Quadro de Pessoal da Câmra Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências.

O Senado Federal decreta:

Art. 1º É criado o Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal, observadas as disposições desta Lei.

Art. 2º O Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal compreende os cargos em comissão, as funções de confiança e os cargos de provimento efetivo.

Art. 3º Os cargos em comissão, e as funções de confiança, que se destinam respectivamente às atividades de direção e assessoramento, de chefia e de assistência, serão providos e exercidos por servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, respeitado o disposto no art. 12 desta Lei.

Parágrafo único. Não se incluem nas disposições deste artigo um cargo de assessor e um de secretário que são de livre recrutamento de cada Deputado Distrital.

Art. 4º Os cargos de provimento efetivo compõem a Carreira Atividades Legislativas, que compreende os cargos de Analista Legislativo, Técnico Legislativo e Auxiliar Legislativo, respectivamente de níveis superiores, médio e básico, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 5º O ingresso na Carreira Atividades Legislativas faz-se, ressalvado o disposto no inciso IV do art. 7º desta Lei, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos:

I — no Padrão I, da 3ª Classe do cargo de Analista Legislativo;

II — no Padrão I, da 3ª Classe do cargo de Técnico Legislativo;

III — no Padrão I, da Classe Única do Cargo de Auxiliar Legislativo.

Art. 6º Podem concorrer aos cargos da Carreira Atividades Legislativas:

I — para o cargo de Analista Legislativo, os portadores de diploma de curso superior com formação na área de competência para a qual ocorrerá o ingresso;

II — para o cargo de Técnico Legislativo, os portadores de certificado de conclusão de 2º grau ou equivalente;

III — para o cargo de Auxiliar Legislativo os portadores de comprovante de escolaridade até 8ª série do 1º grau, conforme a área de atuação.

Art. 7º O desenvolvimento do funcionário na Carreira Atividades Legislativas ocorre mediante progressão, promoção, acesso e ascensão, conforme dispuser o regulamento:

I — progressão é a passagem do funcionário de um padrão para o seguinte, dentro da mesma classe, obedecidos os critérios especificados para avaliação de desempenho e o tempo de efetiva permanência na Carreira;

II — promoção é a passagem do funcionário de um classe para a imediatamente superior da Carreira, obedecidos os critérios de avaliação de desempenho e qualificação profissional;

III — acesso é a investidura do funcionário da Carreira em cargo ou função de direção, chefia, assessoramento ou de assistência, observados o processo seletivo, critérios de rodízio, procedimentos de avaliação de desempenho específico e perfil profissional correspondente às exigências da função;

IV — ascensão é a passagem do funcionário, dentro da Carreira, da última classe de nível básico para a do nível médio e da última classe deste nível para o nível superior, sendo posicionado no padrão de vencimento imediatamente superior àquele em que se encontrava.

§ 1º Será reservada um terço das vagas fixadas no Edital de Concurso Público para os funcionários a que se refere o inciso IV deste artigo, os quais terão classificação distinta dos demais concorrentes.

§ 2º As vagas referidas no parágrafo anterior que não forem providas, serão automaticamente destinadas aos habilitados no concurso público.

Art. 8º Integrar, ainda, o Quadro de Pessoal, na qualidade de cargo de provimento efetivo, o cargo de Assessor Legislativo.

§ 1º O ingresso no cargo de Assessor Legislativo faz-se por concurso público de provas e títulos.

§ 2º O valor de vencimento do cargo de Assessor Legislativo corresponde a Cr$ 115.000,00 (cento e quinze mil cruzeiros).

Art. 9º O valor de vencimento de Analista Legislativo da 3ª classe, Padrão I, corresponde a Cr$ 42.409,21 (quarenta e dois mil, quatrocentos e nove cruzeiros e um centavo) e serve de base para fixação do valor do vencimento dos demais integrantes da Carreira Atividades Legislativas da Câmara Legislativa do Distrito Federal, observados os índices estabelecidos no Quadro de Escalonamento constante do Anexo II desta Lei.

Parágrafo único. O valor do vencimento previsto neste artigo e no § 2º do art. 8º desta Lei será reajustado nas mesmas datas e nos mesmos índices adotados para os servidores do Distrito Federal, ocorridas a partir de 1º de junho de 1990.

Art. 10. O regime jurídico dos servidores do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal é o da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e as leis que o complementam.

Art. 11. O primeiro concurso público para os cargos de provimento efetivo, acessível àqueles que preencherem as condições exigidas para ingresso, será realizado no prazo máximo de quatro meses, a contar da publicação desta Lei.

§ 1º A competência para realização do concurso público de que trata o parágrafo anterior é do Governo do Distrito Federal e do Senado Federal, que designarão comissão paritária de técnicos sob a Coordenação da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

§ 2º Caberá ao Governo do Distrito Federal propor a estrutura organizacional e quantificar os cargos efetivos, os cargos em comissão e as funções de confiança do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal, tendo como princípio a eficiência e eficácia para cumprimento de sua finalidade de Poder Legislativo.

§ 3º O Governo do Distrito Federal encaminhará, no prazo de trinta dias a contar da publicação desta Lei, projeto de lei ao Senado Federal propondo a estrutura organizacional e a criação dos cargos e funções a que se refere o parágrafo anterior, fixando o índice de que trata o art. 14 desta Lei.

Art. 12. Expecionalmente, na primeira legislatura, a Câmara Legislativa pode requisitar servidores da Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, podendo, inclusive, ocupar cargos em comissão e função de confiança.

Parágrafo único. O número de servidores requisitados não poderão exceder a três vezes o número de Deputados Distritais.

Art. 14. É criada, para os servidores de que trata esta Lei, a Gratificação Atividade Legislativa, cujo valor será obtido mediante aplicação de índice a ser fixado, com incidência unicamente sobre o vencimento.

Parágrafo único. A gratificação a que se refere este artigo, sob a qual incide o desconto previdenciário, incorpora-se aos provento de ina-tividade.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 158, DE 1990

Dispõe sobre o parcelamento do débito, em cruzeiros, de proprietário de imóvel residencial financiado por instituição do Sistema Financeiro da Habitação — SFH, quando não possuir cruzados novos suficientes para quitar integralmente o seu saldo devedor.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a facultar a todos os mutuários do Sistema Financeiro da Habitação — SFH, que não possuírem cruzados novos suficientes para a quitação integral de saldo devedor, o uso de cruzeiros para complementar o valor do débito a ser liquidado.

§ 1º Nos casos em que ocorrer o uso de cruzeiros para a finalidade indicado no **caput** deste artigo, a complementação poderá ser feita em até 12 (doze) parcelas mensais.

§ 2º O refinanciamento da parcela a ser complementada em cruzeiros será de responsabilidade exclusiva do agente financeiro que efetuou o empréstimo habitacional.

§ 3º O valor em cruzeiros a refinanciar será atualizado pela correção monetária creditada aos saldos dos depósitos em caderneta de poupança, acrescido de juros equivalentes a 12% a.a. (doze por cento ao ano) ou fração **pro rata**, incidentes sobre o saldo devedor.

Art. 2º Os benefícios previstos no Art. 5º da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, aplicam-se a todos os mutuários que fizerem uso de cruzeiros para complementar a quitação do saldo devedor junto ao Sistema Financeiro da Habitação — SFH.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O presente projeto de lei tem como finalidade facultar ao proprietário do imóvel habitacional, financiado por instituição do Sistema Financeiro da Habitação — SFH, que não possua cruzados novos suficientes para quitar integralmente seu saldo devedor, o uso de cruzeiros para complementar a parcela resultante da diferença entre o saldo devedor do mutuário e o montante de cruzados novos retidos no Bacen.

O parcelamento do débito em cruzeiros até 12 (doze) prestações visa a criar condições que levem os mutuários do SFH a liquidar os seus saldos devedores junto às instituições financeira da habitação.

A liquidação dos saldos devedores junto aos agentes financeiros da habitação diminui a pressão sobre o Fundo de Compensação de Variações Salariais — FVCS, cujo rombo potencial está previsto em US$ 1,5 bilhão a partir de 1995.

Para evitar qualquer ônus para o Governo e o SFH, o parcelamento em cruzeiros será de exclusiva responsabilidade das instituições que financiaram os imóveis.

Com a finalidade de evitar benefícios adicionais, além dos já estabelecidos pela Medida Provisória nº 212/90 e pela Lei nº 8.004/90, os valores em cruzeiros, a serem refinanciados, serão atualizados pela correção monetária creditada aos saldos dos depósitos em caderneta de poupança, acrescidos de juros de 12% a.a. (doze por cento ao ano).

O conjunto dos dispositivos constantes do nosso projeto de lei favorece a política governamental de diminuir a pressão sobre o Fundo de Compensação de Variações Salariais — FCVS, ao permitir que o número de financiamentos a serem quitados junto ao SFH se amplie.

Sala das Sessões, 6 de setembro de 1990. — Senador **Francisco Rollemberg.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.004,
DE 14 DE MARÇO DE 1990.

Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

. . . . . .

Art. 5º O mutuário do SFH, que tenha firmado contrato até 28 de fevereiro de 1986, poderá, a qualquer tempo, liquidar antecipadamente sua dívida, mediante o pagamento de valor correspondente à metade do saldo devedor contábil da operação, atualizado **pro rata die** da data do último reajuste até a data da liquidação.

§ 1º A critério do mutuário, a liquidação antecipada poderá ser efetivada, alternativamente, mediante o pagamento do montante equivalente ao valor total das mensalidades vincendas.

§ 2º O valor da mensalidade (§ 1º) corresponde à soma dos encargos devidos mensalmente pelo mutuário, em decorrência do conjunto de obrigações componentes da operação. Esse valor será, para essa finalidade, reajustado **pro rata die**, com base nos índices de atualização dos depósitos de poupança, a contar do dia 1º do mês do último reajustamento até a data de liquidação da dívida.

. . . . . .

(À Comissão de Assuntos Econômicos-decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 159, DE 1990

Altera os arts. 160, 163, 164 e 165 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, criando a Comissão Interna de Saúde e exige a regularidade das empresas quanto aos aspectos de segurança, higiene ambiental e medicina do trabalho para contratarem com o Poder Público.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 160, 163, 164 e 165 da Consolidação das Leis do Trabalho passam a vigir com a seguinte redação:

"Art. 160. Nenhum estabelecimento poderá iniciar suas atividades sem prévia inspeção e aprovação das respectivas instalações pela autoridade competente em matéria de segurança, higiene ambiental e medicina do trabalho e nem contratar com o Poder Público se não comprovar regularidade nestes aspectos, através de laudo pericial emanado da autoridade competente.

§ 1º . . . . . .

§ 2º É facultado as empresas solicitar prévia autorização, pelo órgão competente, dos projetos de construção e respectivas instalações, bem como de laudo pericial comprovando sua regularidade com as normas de segurança, higiene ambiental e medicina do trabalho."

"Art. 163. Será obrigatória a constituição de Comissão Interna de Saúde(Cisa), com o objetivo de promover, prevenir e resguardar a sáude dos trabalhadores, através de ações de conscientização e educação para a saúde, aqui incluídas as de prevenção de acidentes e de doenças do trabalho, além de ações de notificação ao empregador ou a seus prepostos, das condições diversos no

trabalho ou no ambiente em que o mesmo é realizado.

§ 1º Dentre outras subcomissões que poderão ser criadas, será compulsória a constituição de Subcomissão Interna de Prevenção de Acidentes — (Sipa);

§ 2º O Ministério do Trabalho regulamentará dentro de 30 (trinta) dias a partir da publicação desta lei as atribuições, número de componentes e o funcionamento das Cisa e das Sipa".

Art. 164. Cada Cisa será constituída por representantes dos empregados, titulares e suplentes, livremente eleitos por escrutínio secreto, e por um representante do empregador e seu suplente, por ele nomeado, e que obrigatoriamente comporão a Sipa.

§ 1º O mandato dos membros eleitos da Cisa terá a duração de um ano, permitida sua reeleição.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplicará ao membro suplente que, durante o seu mandato, tenha participado de menos da metade do número de reuniões da Cisa ou de subcomissão de que faça parte.

§ 3º Os representantes dos empregado escolherão entre si os presidentes da Cisa e Sipa".

"Art. 165. Os titulares da representação dos empregados nas Cisa e Sipa terão estabilidade no emprego, até um ano após o término de seus mandatos, a não ser a despedida por justa causa, depois de devido processo administrativo acompanhado por representante da Justiça do Trabalho."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Justificação

O objetivo colimado neste projeto de lei é, fundamentalmente, o de assegurar aos trabalhadores a promoção e proteção de suas saúdes, bem como resguardar a saúde ambiental no próprio local de trabalho.

A constituição de comissões de saúde livremente eleitas permitirá a existência de uma liderança específica para este importante aspecto da vida das pessoas que, de igual maneira, permitirá a reivindicação junto às autoridades competentes do atendimento às suas necessidades coletivas.

As atuais Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipa) estão, no momento, obsolescentes, na medida que a necessidade de saúde integral transcende os muros do ambiente de trabalho e não se restringe à prevenção de acidentes. O trabalhador brasileiro encontra-se em sua maioria, à margem do sistema de saúde, porquanto estes serviços só estão disponíveis em horário que entra em conflito com a jornada de trabalho. Se há Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho, (Sesmt), na sua empresa, este mal consegue atender às funções burocráticas e periciais. O trabalhador fica à margem da informação educativa e preventiva e desenvolve o seu trabalho sob condições adversas, ainda estando consumido internamente por enfermidades de todo jaez.

A maneira como as Cipa estão constituídas, presididas por representante do empregador e tendo a metade de seus membros por ele indicados, faz com que não funcionem, existindo apenas no papel; e, quando intentam atingir o escopo para o qual foram criadas, não raro são sabotadas pelo desinteresse e até contrariedade do empregador em investir em equipamentos de segurança e de higiene ambiental. De maneira geral, a não ser nas grandes empresas, que têm suficiente descortino para entender o grande retorno econômico dos investimentos em seus recursos humanos, as Cipa são, de ordinário, "fantasmas".

Esperamos que com o presente projeto de lei possa-se corrigir esta grave distorção e que se utilize do potencial imenso do grupo natural de trabalho, para a veiculação de medidas preventivas de doenças que emergem com força assustadora no momento atual, v.gratia, a Aids, o dengue, doenças sexualmente transmissíveis etc, e outras, que, no futuro, possam ser combatidas eficazmente por medidas de educação, conscientização e prevenção.

Sala das Sessões, 6 de setembro de 1990. — Senador Márcio Lacerda.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

.....

.....

— SEÇÃO II

Da inspeção prévia e do embargo ou interdição

Art. 160. Nenhum estabelecimento poderá iniciar suas atividades sem prévia inspeção e aprovação das respectivas instalações pela autoridade regional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho.

§ 1º Nova inspeção deverá ser feita quando ocorrer modificação substancial nas instalações, inclusive equipamentos, que a empresa fica obrigada a comunicar, prontamente, à Delegacia Regional do Trabalho.

§ 2º É facultado às empresas solicitar prévia aprovação, pela Delegacia Regional do Trabalho, dos projetos de construção e repectivas instalações.

Art. 161. O Delegado Regional do Trabalho, à vista do laudo técnico do serviço competente que demonstre grave e iminente risco para o trabalhador, poderá interditar estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento, ou embargar obra, indicando na decisão, tomada com a brevidade que a ocorrência exigir, as providências que deverão ser adotadas para prevenção de infortúnios de trabalho.

§ 1º As autoridades federais, estaduais e municipais darão imediato apoio às medidas determinadas pelo Delegado Regional do Trabalho.

§ 2º A interdição ou embargo poderão ser requeridos pelo serviço competente da Delegacia Regional do Trabalho e, ainda, por agente da inspeção do trabalho ou por entidade sindical.

§ 3º Da decisão do Delegado Regional do Trabalho poderão os interessados recorrer, no prazo de 10 (dez) dias, para o órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho, ao qual será facultado dar efeito suspensivo ao recurso.

§ 4º Responderá por desobediência, além das medidas penais cabíveis, quem, após determinada a interdição ou embargo, ordenar ou permitir o funcionamento do estabelecimento ou de um dos seus setores, a utilização de máquinas ou equipamento, ou o prosseguimento de obra, se, em conseqüência, resultarem danos a terceiros.

§ 5º O Delegado Regional do Trabalho, independente de recurso, e após laudo técnico do

serviço competente, poderá levantar a interdição.

§ 6º Durante a paralisação dos serviços, em decorrência da interdição ou embargo, os empregados receberão os salários como se estivessem em efetivo exercício.

— V. Portaria nº 3.214, Normas Regulamentadoras nºs 2 e 3.

— V. Portaria GD/nº 5/87, da DRT/SP, que dispõe sobre a faculdade de interditar estabelecimentos (DO 9-3-1987).

SEÇÃO III

Dos órgãos de segurança e de medicina do trabalho nas empresas

Art. 162. As empresas, de acordo com normas a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, estarão obrigadas a manter serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho.

Parágrafo Único. As normas a que se refere este artigo estabelecerão:

a) classificação das empresas segundo o número de empregados e a natureza do risco de suas atividades;

b) o número mínimo de profissionais especializados exigido de cada empresa, segundo o grupo em que se classifique, na forma da alínea anterior;

c) a qualificação exigida para os profissionais em questão e o seu regime de trabalho;

d) as demais características e atribuições dos serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho, nas empresas.

— V. Portaria nº 3.214, Norma Regulamentadora nº 4.

Art. 163. Será obrigatória a constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), de conformidade com instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho, nos estabelecimentos ou locais de obra nelas especificadas.

Parágrafo único. O Ministério do Trabalho regulamentará as atribuições, a composição e o funcionamento das Cipa.

Art. 164. Cada Cipa será composta de representantes da empresa e dos empregados, de acordo com os critérios que vierem a ser adotados na regulamentação de que trata o parágrafo único do artigo anterior.

§ 1º Os representantes dos empregadores, titulares e suplentes, serão por eles designados.

§ 2º Os representantes dos empregados, titulares e suplentes, serão eleitos em escrutínio secreto, do qual participem, independentemente de filiação sindical, exclusivamente os empregados interessados.

§ 3º O mandato dos membros eleitos da Cipa terá a duração de 1 (um) ano, permitida uma reeleição.

§ 4º O disposto no parágrafo anterior não se aplicará ao membro suplente que, durante o seu mandato, tenha participado de menos da metade do número de reuniões da Cipa.

§ 5º O empregador designará, anualmente, dentre os seus representantes, o Presidente da Cipa e os empregados elegerão, dentre eles, o Vice-Presidente.

Art. 165. Os titulares da representação dos empregados nas Cipa não poderão sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.

Parágrafo único. Ocorrendo a despedida, caberá ao empregador, em caso de reclamação à Justiça do Trabalho, comprovar a existência de qualquer dos motivos mencionados neste artigo, sob pena de ser condenado a reintegrar o empregado.

CONSTITUIÇÃO:

— Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Art. 10. Até que seja promulgada a Lei Complementar a que se refere o art. 7º I, da Constituição:

.....

II — fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa:

a) do empregador eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato;

— V. Portaria nº 3.214, Norma Regulamentadora nº 5.

— V. Portaria nº 3.195, de 10 de agosto de 1988, que instituí a Campanha Interna de Prevenção da Aids (DO 11-8-1988).

(À Comissão de Assuntos Sociais — decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a execução do Projeto de Irrigação Nordeste I vem sendo aguardada, com viva ansiedade, pela população daquela faixa territorial do País, uma vez que todas as exigências técnicas e burocráticas foram cumpridas, em tempo hábil, pelos setores governamentais competentes.

Destaque-se que o Projeto Nordeste I propõe o desenvolvimento de uma agricultura empresarial, com tecnologia adequada e estratégias agressivas de comercialização, tanto no mercado interno como no externo. Com tal objetivo, será diligenciada a implementação de um processo rigoroso de seleção e capacitação de irrigantes, procedida esta última sob os aspectos gerenciais, mercadológicos e tecnológicos.

No que concerne aos Estados do Ceará e Piauí, o Projeto Nordeste I será cumprido pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a cuja frente se acha o Engenheiro Luiz Gonzaga Nogueira Marques, profissional dos mais competentes e lúcidos, possuídor de identificação perfeita com a realidade nordestina.

As tarefas a cargo do Dnocs acham-se assim especificadas:

Projetos		
Baixo Acaraú	Ceará	— 8.207 ha
Tabuleiros de de Russas	Ceará	— 10.500 ha
Platôs de Guadalupe	Piauí	— 11.872 ha
Tabuleiros Litorâneos	Piauí	— 7.509 ha
		38.088 ha.

Com relação à Bahia e Pernambuco, os Projetos Formoso H (Bahia) e Barreiras Norte (Bahia) e Pontal (Pernambuco) estarão a cargo da Codevasf, de conformidade com o que foi estabelecido no Projeto Nordeste I.

Com o seu custo total orçado em 465 milhões de dólares, englobando a contrapartida nacional de 255 milhões e um financiamento externo de 210 milhões, de responsabilidade do Bird, o projeto prevê também a participação dos próprios beneficiários, com um aporte de 50 milhões de dólares.

A forma de organização dos produtores e a administração e execução do projeto acham-se explicitamente delineadas no mencionado projeto, devendo a sua realização ocorrer num período de 6 (seis) anos, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Irrigação.

A inquestionável relevância do Projeto Nordeste I poderia ser assim justificada:

1) o Projeto Nordeste I foi amplamente discutido e negociado com as autoridades federais e com as comunidades de agricultores residentes na área, envolvendo, através de entrevistas individuais e reuniões com as lideranças políticas, milhares de produtores, o que conduziu os órgãos desta Secretaria, em função das exigências do Banco Mundial, à elaboração de projetos especiais de reassentamento da população a ser beneficiada pelo projeto. Estas negociações geraram expectativas e compromissos junto as autoridades estaduais e municipais, lideranças políticas e às comunidades beneficiárias;

2) a Secretaria Executiva do Proni deu continuidade às negociações do projeto com o Banco Mundial somente depois de ter sido declarado prioritário pelos órgãos federais existentes na ocasião. Posteriormente, após exame da Cofiex e uma vez cumpridas todas as condições de negociação, a então Seain autorizou a ida de uma missão do Governo brasileiro a Washington, com a finalidade de negociar o contrato do empréstimo para o Projeto Nordeste I, fato que se realizou sobre o comando daquela Secretaria no período de 4 a 12 de dezembro próximo passado;

3) para que a negociação pudesse ser realizada, várias condições, exigidas pelo Banco Mundial, tiveram que ser atendidas dentre as quais cabe destacar a aquisição de 60% das terras para o projeto (aproximadamente 31.000ha. já foram adquiridos por esta Secretaria);

4) os recursos de contrapartida nacional, necessários para a implantação do projeto, no exercício de 1990, foram incluídos no Orçamento federal e aprovados pelo Congresso Nacional;

5) em função de que aquela Secretaria cumpriu com todas as formalidades para a concessão do empréstimo, o banco comunicou ao Governo brasileiro, através do Telex nº 82.987, de 21-2-90, que a sua diretoria autorizou o empréstimo no valor de 210 milhões de dólares para o Projeto Nordeste I, **convidando-o para assinatura**;

6) técnicos do Banco Mundial declararam, quando das reuniões de negociações, tratar-se de um dos projetos melhor preparados pelo Governo brasileiro, onde se destaca a coerência da política de privatização assumida pelo Governo Federal, materializada neste projeto através da formação de Distritos de Irrigação Privados;

7) a Procuradoria-Geral da Fazenda, através do seu parecer PGNF/COFE/nº295/90, de 3-5-90 encaminhado ao Senado Federal, concluiu pela legalidade da operação; e

8) a referida Secretaria já investiu no Projeto Nordeste I, aproximadamente, 21.5 milhões de dólares, sendo 7,7 milhões na aquisição de terras e 13.8 milhões na elaboração de estudos e propostas de empréstimo.

Estes itens, Sr. Presidente, identificam, com muita clareza, a justeza desse Projeto de Irrigação Nordeste I, cuja execução, neste momento, está sendo reclamada por toda a comunidade nordestina, de forma particular aquelas populações sediadas no Ceará, no Piauí, com projetos que serão cumpridos pelo Dnocs e na Bahia e em Pernambuco, projetos que serão executados pela Codevasf.

Sr. Presidente, a minha presença na tribuna, hoje, também credenciado pelos Senadores cearenses Afonso Sancho e Cid Sabóia de Carvalho, objetiva transmitir veemente apelo ao Presidente Fernando Collor e à Ministra Zélia Cardoso de Mello, no sentido de ser viabilizada, sem mais tardança, a execução do Projeto Nordeste I.

Não tem sentido que uma iniciativa de tanta significação para o nosso desenvolvimento econômico e social seja procrastinada, sabido que os recursos já se acham programados, inclusive com a participação de órgão de financiamento externo, como é o caso do Bird.

Espera-se, pois, que, na semana entrante, quaisquer obstáculos relacionados com o magno empreendimento sejam superados pela sensibilidade do Chefe da Nação e de sua Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.

Aliás, Sr. Presidente, na manhã de hoje, eu próprio, antes de ocupar a tribuna do Senado Federal, dispus-me a estabelecer contato com o Diretor-Geral do DNOCS, Engenheiro Luiz Gonzaga Nogueira Marques, reclamando de S. Sª uma providência tranqüilizadora que nos garantisse, a nós, Representantes do Nordeste nesta e na outra Casa do Congresso, o cabal cumprimento do Projeto Nordeste I.

Naturalmente, o dirigente dessa autarquia governamental prestou-me as informações que, a seu juízo, poderiam ter uma conotação tranqüilizadora. No entanto, minha experiência na vida pública brasileira compeliu-me a vir à tribuna, nesta tarde, para pedir, reclamar afinal, ao próprio Presidente da República, comprometido que está com o desenvolvimento da Região — Sua Excelência também a representa, hoje, no cargo mais alto da hierarquia político-administrativa do País — que se cumpra esse projeto.

Se os recursos já foram definidos; se já está assegurada a participação de um órgão de financiamento internacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento; se o próprio País já se dispõe a oferecer a contrapartida para a viabilização desse projeto; se até mesmo quantificou, em relação aos beneficiários, a sua participação de 50 milhões de dólares, por que, Sr. Presidente e Srs. Senadores, tanto tempo para o início desse projeto que vai, em termos de Ceará, significar a irrigação de 31 mil hectares e, em termos de Pernambuco e Bahia, esse número ascende a 50 mil hectares?

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Com imenso prazer, eminente Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Nobre Senador Mauro Benevides, infelizmente não tive oportunidade de ouvir o pronunciamento de V. Exª desde o início, e não queria interrompê-lo, porque, para dar as informações a respeito dessa questão do Nordeste, preciso antes tomar todas as informações e fazer todos os cálculos daquilo que me parece merecer uma crítica muito severa a esse projeto anunciado. A reunião da Sudene o Senhor Presidente

não pôde ir, mas mandou que se anunciasse os cálculos, como se fosse um grande serviço prestado à nossa Região. Pelos meus primeiros cálculos, os recursos do Governo, da União, serão transferidos de forma inferior ao que já vinha sendo transferido, da ordem de 11%, e não de 30% que a Constituição determina. Gostaria, então, de fornecer esses dados, dos quais V. Exª não necessita, pois V. Exª tem conhecimento da questão do Ceará. Solidarizo-me com V. Exª, na certeza de que está, não apenas defendendo o interesse do seu Estado, como o da nossa Região. V. Exª é um batalhador constante em favor do Nordeste.

O SR. MAURO BENEVIDES — Muito grato a V. Exª, eminente Senador Jutahy Magalhães, que nos transmite, já neste primeiro tempo, a sua apreensão, que é a minha também, em relação aos dados anunciados, na última sexta-feira, pelo Secretário do Desenvolvimento Regional, Dr. Egberto Baptista, perante o Conselho Deliberativo da Sudene, relacionados com o plano de desenvolvimento da Região, englobando, segundo o anúncio governamental, algo em torno de 13 bilhões de dólares.

Neste exato momento, nobre Senador Jutahy Magalhães, me tenho preocupado com a execução de um projeto: o Projeto de Irrigação Nordeste I, que, como V. Exª sabe, vem-se arrastando desde o ano passado. Estamos no mês de setembro e nada. O DNOCS não recebeu autorização, nem a Codevasf, que vai executar o projeto na Bahia. Nada. Não houve qualquer aceno do Governo para a exeqüibilidade desse projeto.

A contrapartida nacional já foi definida, o BIRD já notificou o Governo brasileiro que os recursos já estão à disposição de nosso País; os produtores beneficiários desse Programa de irrigação já estão conscientes de que terão a participação de 50 milhões de dólares. Entraves burocráticos na área, salvo engano, do chamado Cofiex, até aqui têm obstaculizado o cumprimento desse programa.

Minha presença na tribuna, já agora com o apoio de V. Exª, é no sentido de que o próprio Presidente Fernando Collor de Mello convoque a sua Ministra da Economia, e ele próprio determine, de forma imediata, a execução do projeto, visto que os recursos foram definidos, as quantias expressivas já se acham comprometidas. O projeto está pronto. O que falta, realmente, é a vontade, a decisão governamental de executar esse Projeto.

Portanto, a minha presença na tribuna, Sr. Presidente e Srs. Senadores, objetiva exatamente garantir a imediata execução do Projeto Nordeste I, beneficiando, neste primeiro momento, os Estados da Bahia, Pernambuco, Piauí e Ceará.

É o apelo que neste instante dirijo ao Primeiro — Mandatário do País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, focalizei, inicialmente, para que constem dos Anais da nossa Casa, fatos curiosos ocorridos no TRE do meu Estado.

Agora mesmo o ex-Governador Waldir Pires, no programa do PDT no meu Estado, solicitou o direito de responder a algumas críticas que lhe tinham sido feitas — considerou-as injuriosas — pelos Representantes do PFL na Bahia.

Quando o candidato do PFL a Governador requer o direito de resposta, em 24 horas o Tribunal Regional da Bahia lhe concede esse direito. Como há algum tempo o TRE vinha tecendo censuras ao programa do PDT, o ex-Governador fez uma manifestação de desagrado à posição do TRE. Curiosamente — penso ser único caso que existe na Justiça Eleitoral — vários Juízes do TRE — não todos — consideraram-se agredidos pelas críticas e consideraram-se também impedidos para julgar as solicitações do ex-Governador, quando S. Exª requeresse qualquer direito de resposta. Então, era o Tribunal de Justiça quem deveria fazer o julgamento do pedido, porque o TRE considerava-se impedido. O curioso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que eles não se consideraram impedidos para conceder contra o ex-Governador Waldir Pires. A favor, estão impedidos; contra, não o estão. E concedem imediatamente os pedidos que são feitos para responder a qualquer atitude considerada mais séria no programa do PDT.

São estas, então, as curiosidades que ocorrem no meu Estado. Quero deixá-las aqui registradas nos Anais da Casa, para que um dia, se alguém for consultá-los, fique sabendo como são tratados esses assuntos jurídico-eleitorais no meu Estado.

O Governador da Bahia também solicitou ao TRE o direito de responder às acusações que lhe foram dirigidas, que, desonestamente, S. Exª teria construído estradas para passar nas suas fazendas. O TRE não considerou isso como ofensa, portanto, não havia direito de resposta. Apenas poderia servir como material eleitoral, mas não havia nada agressivo, nem ofensivo nessas declarações do programa do PFL.

Quando o PMDB fez uma crítica à utilização do Desenbanco — V. Exªs sabem que o Desenbanco é o Banco de Desenvolvimento do meu Estado —, mostrando que, quando o ex-Governador Antônio Carlos Magalhães deixou o exercício de seu segundo mandato, S. Exª criou uma fundação para assuntos políticos, assuntos econômicos. Como era dono do Estado, dono do seu sucessor, o ex-Governador João Durval, S. Exª colocou a fundação nas salas do Desenbanco, e utilizava os funcionários do Desenbanco. Tudo isso consta do **Diário Oficial**. S. Exª os requisitava e o Desenbanco pagava esses funcionários, como também ele utilizava esse órgão para o pagamento de passagens dos convidados. Como esse fato foi citado no Programa, existem cento e trinta ou cento e quarenta processos abertos durante o Governo do então Governador Waldir Pires, sobre fatos até piores do que esse, e que não foram julgados. Como esse fato foi levantado no Programa, o Desembargador que estava com o processo na gaveta há dois anos, sem ter tempo de julgar — como disse o Senador Ronaldo Aragão —, curiosamente, no dia seguinte, julgou o processo e condenou o Desenbanco.

Por coincidência, o Desembargador é o Presidente do TRE; por coincidência, o assessor do Presidente do TRE, o Sr. Jaime Magalhães, é irmão do candidato do PFL, Sr. Antônio Carlos Magalhães. Mera coincidência...

Sr. Presidente, felizmente o TSE está modificando várias dessas decisões; mas em algumas, por falta de sentença, de julgamento, não aceitam recursos.

Por isso, Sr. Presidente, deixo consignados nos Anais do Senado, esses fatos, por mera curiosidade.

Respeito muito a Justiça, tenho que me curvar às decisões finais da Justiça, mas, felizmente, nem todas as decisões do TRE são as finais. As finais são tomadas pelo TSE, que vem revogando muitas das medidas tomadas pelo TRE do meu Estado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, outro tema de meu pronunciamento é o Poder Legislativo, suas atribuições, em especial aquelas do Senado Federal.

Inspiraram-me a abordar a matéria a constatação da proximidade do segundo aniversário da atual Constituição brasileira, a realização das próximas eleições, que vão renovar o Legislativo da União e os dos Estados, e a verificação de que, infelizmente, a imprensa brasileira continua desconhecendo as grandes realizações do Congresso Nacional e das Casas que o integram — Senado Federal e Câmara dos Deputados —, que, desde o início dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, em 1º de fevereiro de 1987, vêm-se debruçando sobre a ingente tarefa de implantar o regime democrático na Nação brasileira.

Ao tratar da questão, primeiramente, fiz uma breve incursão pelas diversas Constituições brasileiras, com o propósito de, a partir dos dispositivos nelas consagrados ao Poder Legislativo em geral, ou ao Senado em particular, tornar mais flagrante a idéia de que, no Brasil, infelizmente, ao Poder Legislativo quase nunca foram cometidas plenas prerrogativas, o que, em parte, explica a visão errônea que, de longo tempo, se formou em muitos brasileiros de que o Executivo é o principal Poder da Nação, sendo natural, por isso, que ele tenha, em vários períodos de nossa História, usurpado o espaço dos demais Poderes.

Da comparação que fiz das diversas Constituições, resulta fácil a conclusão de que, em relação às anteriores, a de 1988 ampliou significativamente as competências do Poder Legislativo. Além disso, é interessante notar, nobres Companheiros, que a comparação dos dispositivos referentes ao Poder Legislativo permite constar as diversas fases de aprimoramento e de retrocesso da democracia brasileira.

No que concerne à Constituição de 1988, verifica-se que ela sobrepuja em espírito democrático todas as demais, pois confere ao Poder Legislativo suas verdadeiras atribuições, o que, sem dúvida, nos impele a nós, Parlamentares, a redobrar esforços no desempenho de nossa missão.

A Constituição Imperial de 1824, por exemplo, proclamava ser atribuição exclusiva do Senado julgar os crimes individuais cometidos pelos membros da Família Imperial, Ministros de Estado, Conselheiros, Senadores e Deputados. Segundo, ainda, a Constituição do Império, o Senado era vitalício, e a eleição de Senador se dava de forma indireta, enviando-se listas tríplices ao Imperador para que escolhesse um terço dos nomes delas constantes. A candidatura ao cargo somente era permitida aos brasileiros que, no gozo dos direitos políticos, tivessem a idade mínima de 40 anos, fossem pessoas de saber e tivessem o rendimento anual de oitocentos mil réis.

Já a Constituição de 1891, a primeira da República, além de estabelecer para o Poder Legislativo o regime bicameral, continuou atribuindo ao Senado, à Câmara Alta, a função moderadora. O Senado era, então, integrado por idosos e em número menor do que o de Deputados, cujo mandato parlamentar era mais breve do que o de Senador. Os Senadores, em número de três por unidade da Federação, representavam o estado-membro como pessoa jurídica, ao passo que o Deputado representava o povo, sendo sua quantidade fixada proporcionalmente ao número de habitantes de cada estado.

Como na Constituição atual, a de 1891 também previa que os projetos de lei pudessem ter origem indistintamente na Câmara ou no Senado.

A Constituição de 1934 manteve o Poder Legislativo bicameral. Relativamente à Constituição de 1891, a grande alteração deu-se por influência das idéias corporativistas que imperavam na época. Em conseqüência dessas idéias, a Câmara dos Deputados passou a compor-se de representantes do povo, eleitos mediante sistema proporcional e, sufrágio universal, igual e direto, e de representantes eleitos pelas organizações profissionais.

A Carta de 1937, a chamada Constituição do Estado Novo, determinou que o Parlamento Nacional seria composto de duas Câmaras: a Câmara dos Deputados e o Conselho Federal, este integrado por representantes dos Estados e por dez membros nomeados pelo Presidente da República. Mas, como se sabe, durante a vigência do Estado Novo não existiu Parlamento no Brasil, tendo Vargas governado o País através do decreto-lei.

Muitos dispositivos da Constituição de 1946, relativos ao Senado Federal, foram reintroduzidos na atual Constituição: o Senado Federal era composto de representantes do Distrito Federal e dos Estados, eleitos segundo o princípio majoritário, eram três Senadores por Estado, cujo mandato tinha a duração de oito anos.

Centralização do Poder no Executivo foi a característica principal da Constituição de 1967 e de suas alterações, principalmente as do AI-5.

Os Atos Institucionais, o Poder Executivo legisla por decretos-leis, e a aprovação de leis por decurso de prazo desprestigiaram, em muito, o Legislativo.

Como se depreende da exposição que acabo de fazer-lhes, o autoritarismo no Brasil esteve sempre associado à debilitação do Poder Legislativo.

Embora desde a Carta do Império e a teoria da separação dos poderes tenha sido um princípio que presidiu o constitucionalismo brasileiro, muitas vezes esse princípio não foi senão mera formalidade, visto que, em nossas constituições, ressalvadas as de 1946 e de 1988, sempre houve mecanismos que enfraqueceram a divisão dos poderes, a exemplo do Poder Moderador, da aprovação de projetos por decurso de prazo ou da competência atribuída ao Executivo para legislar.

A Constituição de 1988, contudo, alterou em profundidade esse estado de coisas, pois, ao estruturar o Poder Legislativo, atribuiu tão-somente a si as tarefas que lhe são típicas e que são consoantes a sua finalidade: elaborar a lei e fiscalizar seu cumprimento por parte do Executivo.

É indubitável que a atual Constituição tenha fortalecido o Poder Legislativo. Ela sepultou o decreto-lei e extinguiu a aprovação de leis por decurso de prazo. E, mais do que suprimir vícios do passado, o texto constitucional vigente tratou de conferir novas atribuições ao Legislativo, como, por exemplo, o controle da emissão de títulos da dívida pública, da emissão de moedas e dos acordos em torno da dívida externa. E ainda mais: ao Legislativo foi concedida pela atual Constituição a faculdade de rejeitar o veto presidencial por decisão da

maioria absoluta e não mais de dois terços dos Congressistas, como no passado; ainda ao Legislativo foi conferida a competência para controlar as atividades nucleares e as concessões dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, além de outras atribuições previstas ao longo da Carta Magna. A Constituição atual fez constar do seu texto as malfadadas medidas provisórias que necessitam de regulamentação urgente para evitar os abusos do Executivo que, de outubro de 88 até hoje já enviou para o Legislativo 214 medidas provisórias.

Conforme estabelecido no art. 48 da Constituição de 1988, ao Congresso Nacional cabe legislar sobre todas as matérias de competência da União. Na verdade, esse dispositivo constitucional declara expressamente que o Direito Positivo é da competência do Legislativo.

Também no que concerne às competências exclusivas do Congresso Nacional, a Constituição de 1988 ampliou o rol das tarefas da Instituição. De acordo com o texto em vigor (art. 49), compete ao Congresso, independentemente de sanção presidencial, as matérias sobre relações internacionais, atos administrativos, ação fiscalizadora, segurança nacional, comunicações, consulta popular, preservação de terras indígenas e concessão de terras públicas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, também o Senado Federal encontra-se fortalecido na atual Constituição brasileira. A Câmara Alta não é mais apenas Casa Revisora, pois o art. 61 da Constituição confere a seus membros e às suas comissões a prerrogativa da iniciativa das leis complementares e ordinárias, na forma e nos casos ali previstos. Além disso, o art. 52, que trata das competências privativas do Senado Federal, enumera as atribuições da instituição que independem da aprovação da Câmara dos Deputados ou da sanção presidencial. Basicamente, trata-se de tarefas de natureza judicial, administrativa, financeira e política.

Procedendo-se à análise dessas competências, mesmo que de maneira perfunctória, conclui-se que algumas delas têm sido tradicionalmente, nas últimas Constituições, atribuídas à Câmara Alta. Independentemente, porém, desse ponto, vale dizer, independentemente do enriquecimento do elenco das competências privativas do Senado como resultado de inovações do último texto constitucional, é importante destacá-las todas, porque sua citação, embora não nos apresente nenhuma novidade, servirá para destacar a importância do papel do Senado Federal perante a Nação brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é muito grande o significado da instituição para a sociedade brasileira. Diria mesmo que o Senado Federal é o guardião da democracia, que tão ardentemente todos desejamos ver prosperar nesta sofrida Nação.

Das relevantes atribuições privativas do Senado Federal trata o art. 52 da Constituição, a seguir enumeradas com o intuito de reforçar a argumentação que venho desenvolvendo.

Reza o art. 52 que compete privativamente ao Senado Federal:

"— processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

— processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

— aprovar previamente, por voto secreto, após argüição pública, a escolha de:

a) magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;

c) Governador de Território;

d) Presidente e Diretores do Banco Central;

e) Procurador-Geral da República;

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

— aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

— autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

— fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

— dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal;

— dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

— estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

— suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

— aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

— elaborar seu Regimento Interno;

— dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e função de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

— eleger membros do Conselho da República.

Senhor Presidente, Srs. Senadores, a reconquista dos poderes e prerrogativas do Poder Legislativo, diferentemente do tendencioso julgamento que muitos fazem do Congresso Nacional, tem-nos imposto uma carga de trabalho extenuante. Felizmente, no Senado Federal, temos sabido corresponder às altas expectativas que a Nação brasileira tem em relação a seus parlamentares. Hoje podemos orgulhar-nos de estar inteiramente devotados às causas brasileiras, esforçando-nos por tornar viva a democracia projetada pela Constituição, buscando diuturnamente honrar o mandato que nos foi concedido pelo povo e, em conseqüência, no afã de servi-lo plenamente, chegamos muitas vezes a

situações de cansaço extremo. Pois: nossa jornada de trabalho é longa e se consome em atividades de alta complexidade, seja nos debates e votações das sessões do Senado Federal e do Congresso Nacional, seja nos trabalhos das comissões permanentes e temporárias, onde, muitas vezes, ocupamos postos de presidência ou de relatoria; seja na elaboração ou estudo de projetos de lei, de pareceres, de requerimentos e de relatórios; seja na preparação de pronunciamentos; seja na participação de negociações ou de reuniões de acordos; seja nos contatos com autoridades federais, estaduais, municipais, grupos representativos, associações de classes e público em geral; seja nas reuniões com os demais quadros de nossas agremiações partidárias; seja na participação de eventos científicos; seja na realização de viagens oficiais ou na realização de periódicas viagens de trabalho aos Estados que representamos, além de todas as atividades de natureza administrativa que o cargo nos impõe.

Se tantas e diversificadas atividades são por nós realizadas não é verdade que haja ócio generalizado no Senado Federal. Ao contrário, há, na Casa, um dinamismo de vários Senadores.

Assim, somando-se o maior dinamismo dos mais jovens e a maior experiência dos mais vividos, tem-se uma Casa equilibradamente atuante e sensata, cuja produtividade poderia ter sido muito maior tanto pela quantidade quanto pela qualidade dos trabalhos realizados pelos Senadores após a promulgação da nossa Constituição. Não somos, porém, uma Casa omissa, vários são os que se dedicam integralmente aos trabalhos legislativos, muitos são os assuntos tratados e inúmeras são as sugestões apresentadas.

Conforme nos informa o Relatório da Presidência do Senado Federal, em 1989, realizaram-se 244 sessões no ano, sendo 183 ordinárias, 59 extraordinárias e duas especiais. No mesmo ano, estiveram em funcionamento oito Comissões Parlamentares de Inquérito, quatro comissões especiais intensas, quatro comissões temporárias, para exame de códigos, quatro comissões temporárias para exame de propostas de emenda à Constituição. Foram, ainda, pronunciados 1.251 discursos e apresentadas 1.983 proposições, sendo 406 projetos de lei, 17 projetos de resolução, nove projetos de lei do Distrito Federal, seis projetos de decreto legislativo, 566 requerimentos, 712 pareceres, 261 emendas e seis propostas de emenda à Constituição.

Todas essas cifras, Sr. Presidente e Srs. Senadores, demonstram o trabalho da Casa. Por serem contudo, esses dados, em geral, ignorados pela população brasileira, inclusive pela grande imprensa do País, não têm infelizmente, contribuído para a tão necessária revisão do conceito da atuação parlamentar existente em certos setores da sociedade.

Com tantos trabalhos realizados, não é de todo impossível supor que as atividades do Parlamento brasileiro não são adequadamente divulgadas porque é do interesse das forças contrárias à democracia mantê-las ocultas à população, com o objetivo de tornar desnecessária a existência do Poder Legislativo na vida da Nação brasileira.

Aliás, essa suposição fortalece-se na medida em que nos damos conta de que a certos segmentos retrógrados da sociedade brasileira sempre interessou a existência, no País, de um Poder Executivo exacerbado, a fim de que fique mais fácil a manutenção de seus privilégios.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, com essas reflexões que acabo de realizar, nenhuma delas nova para V. Exªs, pretendi apenas reavivar o debate que freqüentemente costuma haver nos mais diversos ambientes, sobre a atuação do Legislativo, nele incluída a do Senado Federal, Instituição a que tenho a honra de pertencer.

Estou cônscio de que tão-somente tangi a algumas questões sobre o tema. Outro, porém, não foi meu propósito.

Oxalá possa esse pronunciamento inspirar outras análises da matéria, a fim de que o debate sobre o Poder Legislativo se torne verdadeiramente fértil e, também, para que possamos, em atitude de sadia autocrítica, avaliar nossa atuação parlamentar.

O momento político que ora atravessamos no Brasil, marcado pela atuação de um Governo que quer, a todo custo, impor sua vontade, abusando da edição de medidas provisórias — o que é altamente ofensivo ao Poder Legislativo e à democracia —, este momento, repito, é francamente propício ao debate da matéria. Além disso, a campanha eleitoral em realização no País, animada por candidatos que, uma vez eleitos, virão renovar o Congresso Nacional (a totalidade da Câmara dos Deputados e um terço do Senado Federal), por certo, deve envolver no debate do tema cada eleitor que, no próximo dia 3 de outubro, estará sufragando o nome de um concidadão para o representar no Congresso Nacional e nas Assembléias Legislativas estaduais.

Os meus votos Sr. Presidente, Srs. Senadores, são no sentido de que os eleitores brasileiros já estejam tão imbuídos do valor da democracia e tão cientes das atribuições do Congresso Nacional, que optem por eleger Senadores e Deputados profunda e sinceramente comprometidos com as causas do Poder Legislativo. Somente assim será mantida, no Brasil, a esperança de que a democracia triunfará.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Com a palavra o nobre Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO (PMDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, depois de ouvir o discurso do Senador Mauro Benevides, a respeito de um projeto do Nordeste que se encontra engavetado, faltando, apenas, a boa vontade da parte do Governo brasileiro, porque os recursos internacionais já estão alocados a falta sensibilidade à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento e aos responsáveis pela área do Governo que aí está, chega-se à conclusão de que é lamentável que isso ainda ocorra em um país em desenvolvimento. Quando se quer dar dinheiro, ele não aceita, quando se quer diminuir a distância entre a miséria e o desenvolvimento, surgem entraves da natureza dos que se encontram em algumas Regiões do Brasil, principalmente a Norte e a Nordeste.

Ouvi também, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a complementação do discurso do Senador Jutahy Magalhães a respeito da Justiça Eleitoral na Bahia, que é, realmente, cega; a Justiça que só vê por um olho, que é o olho que interessa a determinados caciques.

Sr. Presidente, não é diferente a situação no Norte do Brasil, na Região Amazônica. Na Região Amazônica temos o Projeto Planafloro, já aprovado pelo Banco Mundial, aprovado pelo Governo brasileiro,

faltando, única e exclusivamente, a agilização da liberação dos recursos, para que se possa, pelo menos, minorar a distância, de que já falei, entre o subdesenvolvimento da Região Norte do País e as outras Regiões do Brasil.

É de se estranhar que, na minha Região, a Amazônia Ocidental tudo seja difícil. O Governo parece que entende que lá não existe gente. Essa Região pode dar muita contribuição, porque é potencialmente rica e necessita não de esmola, mas de ajuda para o seu desenvolvimento.

Leio aqui, no jornal **Folha de S. Paulo** do dia 2 de agosto: "Collor libera 2,8 bilhões para Alagoas", o que é muito justo. Até que os recursos são pequenos. Mas é preciso também que se liberem recursos para as outras Regiões do Brasil, que hoje, como a Amazônia, sofrem a falta de recursos destinados às atividades básicas essenciais ao seu desenvolvimento.

Neste ponto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, reporto-me ao meu Estado, Rondônia. Para V. Exªs terem idéia, a única hidrelétrica ali existente é a de Samuel — onde já foram gastos recursos da ordem de US$ 720 milhões — e que está necessitando de poucos recursos para a sua conclusão, e até agora o Governo vem procrastinando a liberação. É até um crime que se comete contra a nossa Região, que necessita urgentemente de energia elétrica para o seu desenvolvimento.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, concluída Samuel, será necessário que se liberem recursos para a construção do sistema de transmissão Acre-Rondônia, a fim de que a energia gerada por Samuel seja estendida a esses dois Estados e possamos tirá-los da penúria em que se encontram. A energia elétrica é fator principal de desenvolvimento de qualquer país e a nossa região vive à base de termelétricas e de motores estacionários, inconfiáveis para o seu desenvolvimento. O que vemos é o Governo ficar surdo e mudo quanto a esses problemas.

Ainda mais grave, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é a situação da saúde.

Tenho batido às portas dos Ministérios responsáveis, para que procurem minorar os problemas de saúde na Região Amazônica, principalmente no meu Estado.

O Estado de Rondônia recebe do Ministério da Saúde e da Secretaria de Saúde do Estado 52 milhões de cruzeiros para atender à rede básica de saúde, uma quantia insignificante, pois nosso Estado enfrenta problemas de toda ordem, desde a malária, a leishmaniose, até doenças tropicais diversas. A solução da grave questão da saúde da Região Amazônica é uma decisão política, a nível de Governo Federal.

A coisa mais esdrúxula que acontece no meu Estado, Sr. Presidente e Srs. Senadores, com relação à saúde, é que o previdenciário não tem direito a atendimento médico, porque, se foi feito um convênio global, não existe convênio com a Previdência Social do meu Estado, nem com médicos, nem com hospitais, relegando-se os contribuintes à condição de indigentes.

Tenho reclamado para que tratem os desiguais com igualdade neste caso, onde quem não contribui tem a assistência dada pelo Estado e os que contribuem não têm assistência alguma. Isso é um disparate. E chamo aqui a atenção do Ministério da Saúde, para que, imediatamente, agilize, através de convênios com hospitais e médicos, a fim de prestar atendimento àqueles que contribuem para a Previdência Social.

É mais um problema que tanto os Governos anteriores como o atual insistem em não exergar no Estado de Rondônia.

O Sr. Mendes Canale — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Ouço V. Exª, Senador Mendes Canale.

O Sr. Mendes Canalle — Senador Ronaldo Aragão, ouço, com a maior atenção, o pronunciamento de V. Exª, como costumeiramente o faço. Agora o faço de forma especial, quando V. Exª enfoca esses problemas. Seria interessante — permita-me registrar o trabalho que realizei quando estive à frente da Sudeco, um Plano de Desenvolvimento para o Centro-Oeste. Esse Plano, dentro dos problemas de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, colocava em relevo os problemas do Estado de V. Exª, um Estado que, ao ser criado, recebeu grandes recursos, fundamentalmente na parte rodoviária, como o asfaltamento da BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho, e que esperamos, possa, no seu prosseguimento, chegar à grande saída para o Pacífico. Desde aquela época, sinto não só o grande potencial da Região como, especialmente, o descaso havido, fundamentalmente, a que V. Exª fez referência, no setor energético. Não se pode conceber a transformação de um Território em Estado se não há uma infra-estrura preparada. Assistimos, no passado, a transformação de Rondônia em Estado; sabíamos que ia atrair inúmeros brasileiros para aquela região. Tanto é verdade que os Governos chegaram a se movimentar, pedindo não fosse mais ninguém para Rondônia, tal o número de migrantes que se dirigiam a essa Região, atraídos pela riqueza das suas terras, pelo grande potencial ali existente. Se, de fato, fosse colocado em execução o planejamento para o desenvolvimento da região, o Estado de Rondônia estaria, hoje, em outro nível de desenvolvimento. Faltou exatamente essa infra-estrutura, pela qual V. Exª tanto se tem batido nesta Casa, tanto tem reclamado e continua a fazê-lo, não só com o alto sentido de ser seu Representante, como com o sentimento maior de brasileiro que é, que sabe o que representa e o que é Rondônia para o desenvolvimento da economia nacional. Assim, mais uma vez, cumprimento V. Exª, quando enfoca, hoje, o problema relacionado com a saúde. Ninguém melhor do que V. Exª, médico que é, humanitário que tanto serviu àquela população, sabe que a saúde não é problema só de Rondônia. Mas, ali, sente-se, também, a grande necessidade de o Governo ter suas vistas voltadas para esta questão. Ela é fundamental e representa tudo para uma população sofrida. Até lembro aquele plano de desenvolvimento de todo o Centro-Oeste, integrando a Região ao Estado de Rondônia. Que isto possa servir de orientação ao Governo, pelo trabalho que os técnicos lá desenvolveram, olhando, acima de tudo, para aquilo que os homens em Rondônia reclamam: a infra-estrutura que V. Exª hoje cobra, e tem sido cobrada outras vezes, visando o grande desenvolvimento dessa região. Não quer V. Exª, como bem acentuou, que o Governo esteja aplicando maiores recursos em outras áreas que também são carentes, mas o Governo não pode deixar de ter a visão voltada para uma região como essa, que merece a atenção do Poder Executivo, porque tem que se integrar ao grande desenvolvimento da economia nacional.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Agradeço ao Senador Mendes Canele, homem conhecedor da problemática da Região, pois esteve à frente da Sudeco e ali deixou um plano. Se o Governo tivesse procurado aplicar esse Plano deixado por S.

Exª, a situação teria sido outra. É preciso que os governos entendam que os homens que dirigem determinados órgãos, ao saírem, os planos bem feitos têm que continuar, e foi o que fez o Senador Mendes Canale quando esteve à frente da Sudeco, pois conhecia e conhece o problema, não só do Mato Grosso do Sul como da Região Amazônica, uma Região que precisa de incentivos e de recursos. E o que estamos vendo, Senador Mendes Canale? É o Governo querendo fazer da Região Amazônica só um cartão postal, sem a sensibilidade de reconhecer que essa Região tem um potencial que precisa ser explorado. Ela não deve ser só cantada em prosa e verso. O Governo colocou à testa do órgão que trata do meio ambiente um cidadão que não tem nenhum compromisso com o desenvolvimento da Região Amazônica e é insensível à sua problemática.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Amazônia e Rondônia não podem continuar aceitando esse tipo de colocação, esse tipo de discriminação que a Região está sofrendo.

O Sr. Francisco Rollermberg — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Ronaldo Aragão?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Ouço o nobre Senador Francisco Rollemberg.

O Sr. Francisco Rollemberg — Senador Ronaldo Aragão, confesso que fiquei estarrecido com as declarações de V. Exª nesta tarde, principalmente quando afirma que a saúde pública no seu Estado não tem nenhuma preocupação com o homem, com a pessoa humana dos seus coestaduanos. Acreditava eu, que, com o SUDS, teríamos em todo este Brasil, e não somente em alguns Estados mais desenvolvidos, a integração dos serviços municipais e estaduais com os órgãos federais e que não vivêssemos mais aqueles instantes terríveis do doente municipal, do doente estadual, do doente federal e dos que não são de ninguém, os abandonados, os indigentes. Agora vem V. Exª e nos dá uma declaração desse tipo. Recordo-me, então, de uma visita que fiz, certa vez, à Amazônia. No Acre, em Cruzeiro do Sul, encontrei um número imenso de leprosos perambulando pelas ruas da cidade. Fui visitar um leprosário. Lá, o diretor, um frade, chamou-me e disse: "O Sr. é médico e Deputado?". "Sou, sim." "Eu lhe quero mostrar uma coisa". E levou-me para um dos desvãos do leprosário e me mostrou uma sala um pouco maior que dois gabinetes nossos, possivelmente, repleta de medicamentos e me disse: "Isso é o que há de mais novo produzido na Alemanha para o tratamento da lepra, para combater o bacilo de Hansen. Sr. Deputado, esses medicamentos estão a expirar o seu prazo de validade; não sendo eu médico, não tenho coragem de dar esses remédios aos leprosos do Acre e não consigo, de maneira nenhuma, que o antigo Serviço Nacional de Lepra ou o Ministério da Saúde se sensibilizem e mandem um médico ao Acre, para nos dar as diretrizes de como usar essa medicação". Àquela época, era Ministro da Saúde o Sr. Roberto Santos, candidato hoje ao Governo do Estado da Bahia. Estive com Roberto Santos, estive com o seu Secretário-Geral, que fora meu professor na Faculdade de Medicina da Bahia, e confesso que fui muito bem recebido, mas não consegui resolver esse problema, talvez pelo fato de não ser eu um acreano que estava a defender os interesses locais. Nobre Senador, com toda a bravata com que o SUDS foi instalado, com a destruição do Sesp, da Sucam, veja como está a saúde pública no Brasil: os jornais do Rio demonstram a preocupação ante o iminente surto de dengue hemorrágico. Por quê? As demissões na Sucam atingiram, de maneira mais intensa, os funcionários de nível médio, aqueles que trabalhavam no campo, aqueles que faziam levantamento e identificação dos mosquitos, aqueles que pulverizavam os carros e as casas, aqueles que controlavam. Essa mão-de-obra de nível médio, altamente qualificada, foi posta em disponibilidade. A malária volta a grassar no País e a Sucam se encontra impotente para controlá-la. A Fundação Sesp, que foi exemplo de saúde pública para o Mundo inteiro — e não me canso de dizer que, se o Ministério da Saúde tivesse acabado e se mantivessem somente esses dois órgãos, o Sesp e a Sucam, a saúde pública no Brasil até que caminharia bem —, a Fundação Sesp também foi desativada, para se criar um novo organismo que seria essa fusão. Mas as coisas caminham a passo de cagado neste País. Ao registrar estas minhas considerações de apoiamento ao seu magnífico discurso desta tarde, eu, como seu Colega médico, seu Colega Senador, quero demonstrar a minha maior apreensão com o quadro nosológico da Região Amazônica, área de moléstias ditas tropicais, algumas delas ainda desconhecidas, especialmente no campo das arboreosas, outras tantas como a leishmaniose, de controle e erradicação difícil, a febre amarela, a malária e tanta outras. A perdurar esse estado de coisas que V. Exª denuncia com tantas percuciência nesta tarde, só tenho a dar o meu voto de pesar a esta Nação e a mim mesmo. À Nação, pela saúde que ela apresenta, e a mim mesmo, porque, em sendo médico, confessso-me impotente diante de um quadro dessa natureza. Parabenizo V. Exª pelo pronunciamento que faz nesta tarde.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Agradeço ao nobre Senador Francisco Rollemberg pelo aparte. V. Exª demonstra sensibilidade quando aborda o grave e sério problema da saúde. Demitem-se hoje funcionários da Sucam, demitem-se funcionários do Sesp, colocam-se esses funcionários em disponibilidade, enquanto a ocorrência de malária, na Região Amazônica, e, agora, a do dengue hemorrágico, no Rio de Janeiro, começa a aumentar quase que numa proporção geométrica. E o que estamos vendo? Estamos vendo o Ministério da Saúde dizer que está tudo bem, demitindo médicos, paramédicos. Aonde vamos parar?

Diz V. Exª com muita propriedade, Senador Francisco Rollemberg, que, se se acabasse o Ministério da Saúde e ficassem o Sesp e a Sucam, estaríamos bem servidos no setor de saúde pública.

Em Rondônia e na Região Amazônica, onde grassam essas chamadas doenças tropicais, vemos que a Sucam está impotente, sem condição de penetrar nas matas, porque não possui transporte, não possui pessoal qualificado.

O Sesp, que tanto contribuiu para minorar o problema de saúde pública no Brasil, principalmente na Região Amazônica, hoje também se encontra impotente. Hoje até se falou na Fundação Nacional de Saúde, e não estamos vendo coisa alguma. Existe uma briga por cargos, enquanto a saúde no Brasil está, a cada dia que passa, mais catastrófica. E disse muito bem V. Exª, não sabemos para onde vamos.

Esta Casa aprovou 90 milhões de dólares para o combate à malária. Onde está o programa?

No meu Estado, a cada dia que passa aumenta a ocorrência de malária, há falta de assistência médica pelo Inamps, que não existe. O que se fez, Senador Francisco Rollemberg? Fez-se um convênio global entre o Ministério da Saúde e a Secretaria de Saúde do Estado. No início, era um programa-piloto, era cobaia, para ver se dava certo. Como esse programa era melhor do que se fazer convênio com hospitais,

com médicos, e a um custo bem menor, o Ministério de Saúde firmou um convênio com o Estado, em detrimento daqueles que contribuem com 8% do seu salário para a Previdência Social. Estou reclamando que o Inamps, independentemente de um convênio com o Governo Estadual, que tem uma rede-base que necessita dar atendimento ao indigente, àqueles que não têm condição, faça convênios com as clínicas, com os médicos, e, assim, minore a situação aflitiva daqueles que contribuem para a Previdência Social.

O Sr. Mauro Benevides — Permita-me V. Exª um aparte?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Ouço V. Exª, com todo o prazer.

O Sr. Mauro Benvides — V. Exª vem à tribuna do Senado, hoje, com a responsabilidade de Senador e de médico, fazer uma denúncia de maior gravidade sobre a área de saúde no seu Estado e no restante do Norte do País.

Os apartes que lhes foram oferecidos pelos eminentes Senadores Mendes Canale e Francisco Rollemberg reforçam, sem dúvida, essa sua posição altiva e corajosa em reclamar, já agora com o relato absolutamente dramático da situação, providências, que não podem demorar, por parte do Governo Federal. Depois que nós, Constituintes, erijimos à condição de norma constitucional o Sistema Unificado Descentralizado de Saúde, e a Carta foi promulgada quase praticamente há dois anos, 5 de outubro de 1988 — estamos praticamente há dois anos da promulgação da Lei Maior — não teria mais sentido que ainda permanecesse em qualquer Unidade Federativa do Brasil, mesmo a mais distante, no município mais longínquo, uma situação realmente calamitosa, como a que V. Exª hoje apresenta ao conhecimento da Nação. O meu aparte é, sobretudo, para solidarizar-me com V. Exª pelo seu pronunciamento, e também para instar as autoridades federais, a fim de que, sem mais delongas, adotem as providências necessárias, para pelo menos atenuar esse quadro de tantas dificuldades vividas pelos nossos amigos e irmãos de Rondônia.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Agradeço ao Senador Mauro Benevides, homem de uma Região também sofrida, o Nordeste, tanto na saúde como na sua infra-estrutura. Os problemas do Nordeste são muitos, não são diferentes dos problemas da Região Norte.

Estamos aqui, no Senado, sempre pedindo e até implorando uma solução governamental, uma solução que não se olhe se é do governo do partido "a" ou "b". Estamos tentando chamar a atenção do Governo para a solução de um problema público, que é o povo.

Quando a Assembléia Nacional Constituinte estabeleceu que os Estados a serem criados teriam a mesma lei do Estado de Rondônia, fiquei absmado. A Lei nº 41, que criou o Estado de Rondônia estabelece que o Governo Federal tem a responsabilidade de carrear recursos para a sua infra-estrutura, mas não está fazendo. Só sinto que os Estados criados, baseados na lei que criou o Estado de Rondônia passem pela mesma situação do meu Estado.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permita-me V. Exª um aparte?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Ouço o nobre Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Exª já escutou os apartes daqueles que conhecem bem não só a Região como a questão de saúde. Meu aparte é mais na área política. Há poucos instantes, escutamos o Senador Mauro Benevides reclamando uma ação governamental. Já existem recursos da parte do Bird, no entanto, não há a contrapartida de recursos nacionais alocados, já determinados, mas não transferidos, para se poder executar o serviço que se faz necessário no Ceará, na Bahia etc. V. Exª está abordando outro aspecto na área da saúde, mostrando a necessidade de uma ação imediata e efetiva do Governo Federal nessa área e mesmo nessa Região. Todos sabemos do perigo que corre o Brasil, como um todo, pela falta que vem fazendo a ação efetiva da Sucam, que evitava que se alastrassem essas epidemias que o Brasil já sofreu no passado e está sofrendo agora, no presente. Já se considerava que essas epidemias tinham sido erradicadas do País. Quando reclamamos, sempre aparece uma voz do Governo para dizer que estamos reclamando cedo demais. Estamos completando seis meses de Governo. Até quando vamos esperar para podermos cobrar do Governo uma ação executiva? A ação, hoje, é contra a inflação. Tudo é contra a inflação. Então, não se aumenta o salário do funcionário público, arrocha-se o salário do trabalhador, pega-se a poupança de todos, não se aplica em rodovias, não se aplica em saúde pública, não se aplica em educação, não se aplica em nada, porque não **há dinheiro**, não há recursos, mas ficam vibrando com superávits, com as reservas cambiais que aumentam a cada dia, com o dólar que está a 79 cruzeiros. E as obras? E os serviços?

Estão aqui os Senadores Francisco Rollemberg, Mauro Benevides para comprovar que, no Nordeste, sofremos as conseqüências da seca. Quando pedimos uma ação para atendimento emergencial, não paternalista, mas para uma situação de fato existente no Nordeste, o Governo diz: "Isso é ação paternalista. Já estão acostumados com essa ação paternalista. Agora, vamos fazer de outra maneira. Morra quem quiser nesses dois ou três anos e, daqui a seis ou oito anos, talvez, tenhamos alguma coisa na aplicação desses recursos." Qual é a realidade? Os recursos que serão transferidos para o Nordeste são inferiores àqueles transferidos no Governo passado, que criticávamos. Perdoe-me este aspecto político ao pronunciamento de V. Exª, que é um pronunciamento mais técnico, um pronunciamento de interesse da Região, mas preocupa-me, pois vejo os Senadores aqui, representando os seus Estados, reclamando providências que não são tomadas pelo Governo, e sempre em nome de um combate a inflação, a única coisa que deve ser feita neste momento.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Agradeço ao Senador Jutahy Magalhães, homem tarimbado, conhedor dos problemas nacionais, que tem abordado e chamado a atenção não só para os problemas da Região Nordeste, de onde é, como para todos os problemas do Brasil, com uma análise séria, uma análise técnica, análise de homem que esta preocupado com a situação em que se encontra esta Nação.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, chamamos a atenção no caso da saúde, mas não só da saúde. Se V. Exªs lerem o plano tão alardeado, o plano agrícola que foi feito, verão que ele só está penalizando a Região Amazônica. Por quê? Porque o Governo, que coloca esta Região como um santuário, não garante o preço mínimo, não compra, não armazena. Então, o que vamos ficar fazendo na Região Amazônica? O que vamos ficar fazendo em Rondônia? O agricultor que para lá foi, chamado pelo Governo — não interessa se foi o Governo anterior, mas foi criada a imagem das fronteiras agrícolas —, para fazer a ocupação de Rondônia, ficou na expectativa de dias melhores, com a distribuição de terras etc. Hoje, o que estamos vendo? Estamos vendo um pacote agrícola vol-

tado simplesmente para o livre mercado. E como vamos fazer o livre mercado se o agricultor da Região, antes de fazer a colheita, já tem que vendê-la, porque não tem onde estocar, não tem condições de comercialização?

A cada dia vamos diminuir a distância entre a miséria e o desenvolvimento. Como? Entre os aquinhoados e os miseráveis. Só se os miseráveis desaparecerem.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Exª outro aparte?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Pois não.

O Sr. Jutahy Magalhães — Desculpe-me interromper, mas ontem ouvi um Deputado de Goiás — e aqui temos o Senador Carlos Patrocínio, que poderá também dar uma palavra sobre este assunto — declarar, n' **A Voz do Brasil**, que no seu Estado tinham comprado apenas 20% de calcário em relação ao ano anterior, elemento necessário no cerado para a correção do solo, a fim de se obter a produção desejada. Perguntava ele: como podemos pensar em uma produção maior se somente 20% do calcário foi comprado, em relação ao ano anterior? Como V. Ex bem disse, o pacote agrícola, primeiro, não se preocupou com o tempo. A oportunidade foi perdida, chegou depois do prazo para a plantação. Depois, o Banco do Brasil só empresta se primeiro receber os recursos com correção monetária total e, acima da correção monetária, os juros. Então, o agricultor não tem condições de pagar, não tem condições de receber. O preço dos insumos sobe com a inflação e o produto não tem a correção. É política agrícola para onde? Para o Brasil não é; para os agricultores brasileiros também não. Talvez para um número reduzido de produtores. Esses talvez se beneficiem.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Senador Jutahy Magalhães. V. Exª chama a atenção para um problema sério, que abordarei em outra ocasião: o problema agrícola com relação à Região Amazônica. O pequeno agricultor vai desaparecer totalmente. Querem que o agricultor plante e coma. E a sua sobrevivência? Não falaram nisso.

Está-se tentando incentivar cooperativa em Estados já estruturados, como seria o caso de São Paulo, Paraná não sei se poucos Estados do Nordeste. Na Região Amazônica o pacote agrícola é uma penalização ao pequeno produtor, aquele que não tem condição de discutir preços. Ora, se o Governo não tem a responsabilidade — tirou a responsabilidade do armazenamento, da garantia do preço mínimo e do financiamento barato como o pequeno agricultor, que já colhe para vender imediatamente, a fim de saldar as suas dívidas ou comprar o seu sustento, vai ter condição de fazer livre negociação? Só entendo essa livre negociação na cabeça de poucos. Fazer programa de Governo, fazer programa agrícola em gabinete em Brasília, é muito fácil. Ver a realidade, discutir a realidade, sair daqui dos gabinetes com ar condicionado para penetrar na Região Amazônica, não querem. Quando se fala na Região Amazônica aqui, em Brasília, nos gabinetes onde se fazem tantos planos, fica-se logo com medo de malária. Estamos a quase 3 mil quilômetros distantes da Região.

Ora, precisamos ter mais seriedade. Precisamos ter, neste Brasil, pessoas que vão lá para elaborar planos, seja na área de saúde, educação, transporte etc; precisamos chamar a atenção do Governo, para que elabore um plano com os pés mais no chão, porque fazer governo através de televisão e de jornais é muito fácil.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Exª mais um aparte?

O SR. RONALDO ARAGÃO — É um prazer ouvir V. Exª

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Exª falou em seriedade. Permita-me fazer uma brincadeira. Li outro dia uma nota — V. Exª falou em elaborar a política agrícola em gabinetes refrigerados — em que o Ministro da Agricultura, quando esteve em um desses Estados — não sei se foi em Goiás ou em Tocantins —, fez questão de dizer que usava botas sem o brilho dos gabinetes, botas sujas pela poeira do chão que ele pisava. Quando olharam para os pés dele, ele estava com um sapato bem brilhante, bem engraxado.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Este, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é o Brasil atual, que precisa ter outra visão. É preciso — não quero ser profeta do apocalipse; só estou chamando a atenção dos homens responsáveis de todos os setores do Governo —, é preciso que se discuta a problemática dessas Regiões para diminuir as distâncias no Brasil, para que possamos ser um País grande, e não só na miséria, não só no arrocho salarial. Precisamos ser um País economicamente grande, onde toda a sua população viva bem.

O Sr. Carlos Patrocínio — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Pois não. Ouço V. Exª

O Sr. Carlos Patrocínio — Nobre Senador Ronaldo Aragão, não tivemos o privilégio de ouvir o pronunciamento de V. Exª desde o começo, mas temos certeza de que aborda tema da mais alta relevância, já que se trata da saúde do nosso povo, principalmente do povo do Norte. Eu, como V. Exª também, fui um daqueles que atenderam ao chamamento dos Governos anteriores para interiorizar a medicina. Temos sentido na pele as dificuldades porque passam os hospitais particulares ou mesmo os hospitais do Governo, hospitais conveniados, principalmente a população desassistida, essa população do Norte.

Como V. Exª bem assegura, é uma região ainda inóspita, onde não se procura fazer uma política adequada, tendo em vista as suas peculiaridades. Temos visto, em campanha política, um sem-número de pedidos para atendimento médico-hospitalar, no que diz respeito a cirurgias não consideradas emergenciais. Então, vão-se acumulando aqueles pedidos de cirurgia, principalmente em relação a planejamento familiar. É uma situação caótica. Os hospitais não podem atender à demanda; existe uma limitação do número de guias — embora a Constituição assegure que a saúde deve ser universal. Cumprimento V. Exª por esse pronunciamento e também faço soar minha voz em defesa de medidas urgentes, para minimizar os problemas de saúde do nosso povo. Na questão da agricultura, também é necessário que se faça imediatamente um plano voltado para o Norte do nosso País. É que se faça logo, de imediato, um zoneamento ecológico, destinando as terras que poderão ser utilizadas na lavoura de subsistência, e as que não poderão ser mexidas, ou seja, onde não se poderão derrubar árvores, porque temos tido uma série de reclamações no que diz respeito às queimadas. Sabemos que pequenos produtores, pequenos fazendeiros que têm um pouco de gado para a sua subsistência, não estão podendo queimar os seus pastos. Têm que ir ao Ibama e pagar uma quantia "x" para isso, e muitos não têm essa quantia, por mais irrisória que seja. Também o Ibama não consegue fazer esse controle. Em que pese o esforço do Governo em relação ao aspecto ecológico, há ainda

muitas queimadas, que nos impedem muitas vezes, em viagens de avião, descer em vários lugares. O Ibama ainda não está bem estruturado, e prejudica os pequenos, os miniprodutores e agricultores, que fazem uma pequena roça, uma lavoura de subsistência de um alqueire, ou menos. Quando os pega, o Ibama lhes cobra multas exorbitantes. Quanto à produção de grãos, já tivemos por três vezes a visita do Sr. Ministro Antônio Cabrera, que considera o Estado do Tocantins uma fronteira agrícola. S. Exª acabou de assinar recursos para viabilizar a segunda safra do Projeto Rio Formoso, no Estado do Tocantins. O Banco Mundial financiará cerca de 60% de uma barragem que propiciará água em abundância, para que o Projeto Rio Formoso, o maior projeto irrigado do mundo em terras contínuas, produza aquilo para o que foi destinado. Devo dizer que a produção de grãos no Estado do Tocantins caiu cerca de 70%. Quanto ao Estado de Goiás, como disse o Senador Jutahy Magalhães, também não tenho as cifras exatas, mas sei que a produção e o consumo do calcário praticamente inexistiu este ano. No Estado do Tocantins, existe apenas uma mina de calcário, que está em litígio, a Tocantins/Goiás, que era da antiga Metago, do Estado de Goiás. Até hoje essa mina não foi repassada para o Estado do Tocantins. Então, o agricultor do Estado do Tocantins, cuja última safra caiu 70%, possivelmente não terá como melhorar as condições de plantio, já que não tem nada de calcário para ser utilizado. Como já se disse aqui, o solo do cerrado tem que ser corrigido. De fato, urgem providências no sentido de minimizar os problemas dos agricultores do Norte do nosso País, principalmente no que diz respeito à área de saúde. Congratulo-me, portanto, com V. Exª

O SR. RONALDO ARAGÃO — Agradeço a V. Exª, que é conhecedor tanto do problema de saúde do Estado do Tocantins como do Brasil.

O Que se faz com referência à saúde é um alarde na televisão e nos jornais, quando se demitem médicos. Esse profissional fica sendo o responsável por tudo. Paga-se mal ao médico, ao paramédico, não lhes são dadas condições de trabalho e alardeiam o fato no Brasil inteiro, através da imprensa, como se isso fosse a solução do problema de saúde, como se isso viesse solucionar o problema de saúde, esquecendo-se que a cada dia que se demitem médicos, paramédicos e não se dão condições de trabalho nos hospitais, agrava-se mais o problema de saúde no Brasil. Estamos vendo, infelizmente, que o médico está "pagando o pato" de toda essa situação. O médico, que tem o contato direto com o paciente, com aquele que está sofrendo, ganha uma miséria. O médico, no Brasil, ganha uma miséria! Se o médico ganha uma miséria, imaginem o paramédico!

É preciso que se mude esse conceito. É preciso que a saúde, no Brasil, tenha outro conceito. É preciso que se dêem condições ao médico, ao paramédico, para que possam minorar o problema de saúde nesta Nação.

Referindo-me à distribuição de medicamentos, há uma reclamação generalizada não existem remédios. Agora estão culpando o Congresso Nacional por não ter aprovado a revisão orçamentária.

É necessário que haja um bode expiatório. Este será, sem dúvida, o Congresso Nacional, que não aprovou a revisão do Orçamento. Este é um Poder que todos podem criticar. Hoje, os jornais já estão dizendo que vai faltar isso e aquilo, por falta de recursos, recursos que ainda dependem da aprovação do Congresso Nacional.

Fica aqui, Sr. Presidente, a minha preocupação e, pelos apartes, a preocupação de todos nesta Casa. É preciso que o Governo se sensibilize, que o Governo procure agilizar suas ações, que o Governo apareça menos no rádio e na televisão e procure dar curso àquilo que o Brasil tanto espera. Não estamos aqui — repito — sendo profetas do apocalipse, mas estamos tentando trazer um alerta aos órgãos do Governo e aos homens responsáveis, para que se sensibilizem e vejam a realidade.

Para terminar, Sr. Presidente, registro o convite feito pela ONU ao Governador do meu Estado, Jerônimo Santana, para que participe de um seminário, nos dias 5 a 8, que tem como tema a "Sustentabilidade, uma Visão do Hemisfério Sul, e Proteção das Florestas Tropicais". Fica, portanto, o registro deste convite a um único Governador do Brasil, para colocar suas opiniões a respeito da ecologia, principalmente na região Amazônica.

Eram estas as minhas considerações, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Ronaldo Aragão, o Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nelson Carneiro, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ronaldo Aragão, o Sr. Nelson Carneiro, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Ronaldo Aragão — Carlos Patrocínio — Mauro Benevides — Lourival Baptista — Nelson Carneiro — Marcio Lacerda.

SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mendes Canale.

O SR. MENDES CANALE (PSDB — MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, dentro ainda da Hora do Expediente, desejamos encaminhar à Mesa o seguinte requerimento:

"Requeremos, com base nos arts. 50 da Constituição Federal, e 216 do Regimento Interno, sejam solicitados ao Exmª Sr. Ministro da Agricultura as informações que se seguem, da situação em que se encontra a Coque e Álcool da Madeira S/A — a Coalbra, criada com a finalidade de produzir etanol de madeira, com a unidade fabril sediada em Uberlândia, Minas Gerais."

Sr. Presidente, consideremos a atual conjuntura no tocante à preocupação ora desperta para o Proálcool, quando o assunto deveria constituir preocupação constante dos Governos, não só em tornar o programa ponto fundamental no prosseguimento de seus reais objetivos, como o aprimoramento do processo, que já se havia tornado irreversível.

Embora maus brasileiros tenham procurado e procuram ainda a sua extinção — e o próprio Governo o havia colocado em segundo plano —, não fosse o problema do Golfo Pérsico, com reflexo na política petrolífera, talvez o Proálcool continuasse no esquecimento, sofrendo a ação dos que o combatem.

Quando o Governo acorda para o problema, não se pode deixar de enfocá-lo pelos mais diferentes ângulos, ativando alternativas já buscadas, ainda mais que para tanto tenha ele despendido recursos no passado. Não pode este assunto, portanto, no presente, ser relegado ao esquecimento, sem

que se procure reavaliar os objetivos que conduziram o Governo a realizar a importação da mencionada unidade fabril, a fim de bem aferir o interesse de reativar a sua implantação, ou de responsabilizar aqueles que, levados pela imprevidência de planejadores incompetentes, conduziram o País a despender elevados recursos em dólares para instalar um elefante branco, razão pela qual formulamos as indagações constantes deste nosso requerimento, o qual passamos às mãos de V. Exª, a fim de que seja o assunto submetido à douta Comissão Diretora da Casa e encaminhado ao Exmº Sr. Ministro da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 321, DE 1990

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Requeremos, com base nos arts. 50 da Constituição Federal e 216 do Regimento Interno, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, as seguintes informações:

Em que situação se encontra a Coque e Álcool de Madeira S/A — Coalbra —, criada com a finalidade de produzir etanol de madeira, com unidade fabril sediada em Uberlândia — MG?

Senhor Presidente,

Considerando a atual conjuntura, no tocante à preocupação ora desperta para o Proálcool, quando o assunto deveria constituir preocupação constante dos governos, não só em tornar o programa ponto fundamental no prosseguimento de seus reais objetivos, mas no aprimoramento do processo, que já se havia tornado irreversível. Embora maus brasileiros procuraram e procuram ainda a sua extinção e o próprio governo o havia colocado em segundo plano, — não fosse o problema do Golfo Pérsico, com reflexos na política petrolífera —, talvez, o Proálcool continuasse no esquecimento e sofrendo a ação dos que o combatem. Quando, porém, o governo acorda para o problema, não se pode deixar de enfocá-lo pelos mais diferentes ângulos, ativando alternativas já buscadas, ainda mais que, para tanto, tenha o governo despendido recursos, no passado, não podendo, portanto, em momento como o presente, ser relegado ao esquecimento, sem que se procure, antes, reavaliar os objetivos que conduziram o governo de então a proceder a importação da mencionada unidade fabril, a fim de bem aferir o interesse de reativar a sua implantação ou de responsabilizar aqueles que, levados pela imprevidência de planejadores incompetentes, conduziram o País a despender elevados recursos, em dólares, para instalar um "elefante branco", razão pela qual formulamos as indagações que se seguem:

1. No tocante aos objetivos

1.1 — A produção do etanol e derivados tinha por objetivo:

a) **fundamental** — concorrer, como alternativa energética, para o abastecimento de veículos?

b) **experiência** — para o aproveitamento do maciço florestal existente em várias regiões do País?

2. No tocante à aquisição

2.1 — O que levou o governo a adquirir a unidade fabril de origem soviética?

2.2 — Só a Rússia possuía experiência nesse ramo?

3. No tocante à instalação

3.1 — Quando foi instalada?

3.2 — O que levou o governo a sediá-la naquele município mineiro?

3.3 — Havia maciço florestal na área em condições de ser explorado?

4. No tocante à produção

4.1 — Qual a capacidade produtiva da unidade?

4.2 — Quanto tempo funcionou?

4.3 — Qual a quantidade, em hectares, de matéria-prima para um funcionamento rentável?

5. Situação atual

5.1 — Tem planos o governo para prosseguir na exploração dessa alternativa energética, quando sabemos que vem importando metanol para adicioná-lo à gasolina?

5.2 — Há estudos que recomendam a importação à ativação da mencionada unidade?

5.3 — Quais as vantagens?

6. Responsabilidade

6.1 — No caso de considerar ou de haver sido considerado um erro técnico ou imprevidência dos planejadores à aquisição mencionada, existe ou se objetiva responsabilizar os que cometeram essa malversação com o dinheiro público? — Senador **Mendes Canale.**

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O requerimento lido irá o exame da Mesa. (Pausa.)

A presente sessão, nos termos do art. 174 do Regimento Interno, fica dispensada da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Presidência comunica ao plenário que, nos termos do dispositivo no art. 174 do Regimento Interno, o período destinado à Ordem do Dia da sessão ordinária de segunda-feira foi dispensado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas.)

(*) ATO DO PRESIDENTE

Nº 127, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2 de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 008.090/90-4, resolve rescindir, a pedido, o contrato de trabalho do senhor João Negromonte Filho, Assessor Técnico, DAS-3, do Gabinete do Líder do PRN, Senador Ney Maranhão, contratado sob o regimento jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a partir de 1º de julho de 1990.

Senado Federal, 2 de julho de 1990.

— Senador **Nelson Carneiro**, Presidente.

(*) Republicadd por haver saído com incorreção nos **DCN**, Seção II, de 3-7-90 e 10-8-90.

(*) ATO DO PRESIDENTE

Nº 132, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão

Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 001.926/90, resolve aposentar, voluntariamente, Sandor Perfeito, Analista Legislativo, Classe "Especial", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea **c**, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 520 e 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal bem como o artigo 11 da Resolução nº 87, de 1989, com proventos proporcionais ao seu tempo de serviço, a razão de 34/35 (trinta e quatro trinta e cinco avos) do seu vencimento, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senador Federal, 3 de julho de 1990.

– Senador **Nelson Carneiro**, Presidente.

(*) Republicado por haver saído com incorreção nos **DCN**, Seção II, de 3-7-90, e 10-8-90.

(*) ATO DO PRESIDENTE

Nº 139, DE 1990

O Presidente do Senado Federal no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002774/90.9, resolve aposentar, voluntariamente, Frederico da Gama Cabral Filho, Assessor Legislativo, SF-AS, Parte Especial do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea **c**, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 520, 517 inciso VI e 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal bem como o artigo 11, da Resolução nº 87, de 1989, com proventos proporcionais ao seu tempo de serviço, à razão de 31/35 (trinta e um trinta e cinco avos) do seu vencimento, observado o disposto no artigo 37, inciso VI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 3 de julho de 1990.

Senador **Nelson Carneiro**, Presidente.

(*) Republicado por haver saído com incorreções nos **DCN**, Seção II, 3-7-90 e 10-8-90.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 142, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007644/90.6, resolve aposentar, voluntariamente, Marly Pereira Martins Gomes, Assessor Legislativo, SF-AS-3, Parte Especial, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos, 515, inciso II, 516, inciso I; 517, inciso VI, e 488, § 4º do Regulamento Administrativo do Senado Federal bem como o artigo 11, da Resolução nº 87, de 1989, com proventos integrais, observado o disposto no art. 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, 3 de julho de 1990.

Senador **Nelson Carneiro**, Presidente.

(*) Republicado por haver saído com incorreções nos **DCN**, Seção II, de 3-7-90 e 10-8-90.

(*) ATO DO PRESIDENTE

Nº 163, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.007/90-8, resolve aposentar, voluntariamente, Braz Queiroz, Analista Legislativo, Classe "I", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea **c**, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 520, 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem assim com as Resoluções (SF) nºs 21, de 1980, e 87, de 1989, art. 11, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, à razão de 30/35 (trinta e trinta e cinco avos) do seu vencimento, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 10 de agosto de 1990.

Senador **Nelson Carneiro**, Presidente.

(*) Republicado por haver saído com incorreções no **DCN**, Seção II, de 11-8-90.

(*) ATO DO PRESIDENTE

Nº 165, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 008.976/90-1, resolve aposentar, voluntariamente, Sonia Mendes Viana, Analista Legislativa, Classe "Especial", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea **c**, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 520, 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem assim com as Resoluções (SF) nºs 21, de 1980, e 87, de 1989, artigo 11, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, à razão de 25/30 (vinte e cinco trinta avos) do seu vencimento, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 10 de agosto de 1990.

– Senador **Nelson Carneiro**, Presidente.

(*) Republicado por haver saído com incorreções no **DCN**, Seção II, de 11-8-90.

ATO Nº 005, DE 5 DE SETEMBRO DE 1990

Institui normas para a produção de Impressos Institucionais do Senado Federal.

O Primeiro Secretário da Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no art. 137 do Ato nº 31, de 1987, da Comissão Diretora,

Resolve:

Art. 1º A produção de Impressos Institucionais do Senado Federal obedecerá ao disposto nas presentes normas.

Art. 2º Para efeito destas normas, constituem Impressos Institucionais os papéis pré-impressos destinados a veicular informações e dados administrativos, técnicos e jurídico-legais, interna e externamente.

Art. 3º Os Impressos Institucionais compreendem as seguintes categorias básicas:

I – Formulários Institucionais – aqueles que contêm impressos apenas os elementos identificadores da Instituição (assinatura e endereço) e se destinam a correspondência interna e externa, atos, projetos, pareceres etc., sendo seu preenchimento regido por normas específicas de elaboração desses documentos;

II – Formulários Administrativos – aqueles que possuem campos delimitados pré-impressos para posterior preenchimento manual ou mecanizado;

III – Envelopes – destinados ao acondicionamento de documentos de circulação interna e de correspondência externa;

IV – Capas de Processo – destinadas ao acondicionamento de documentos de circulação interna e externa que se convertam em processo;

V – Pastas – destinadas ao arquivamento – em estante, arquivo de gaveta, arquivo suspenso etc. – de documentos;

VI – Fichas – destinadas ao registro de dados e informações diversas, acondicionadas em arquivos próprios;

VII – Publicações – destinadas ao registro das atividades do Congresso Nacional, dos atos e fatos administrativos da Casa, de relatórios gerais e setoriais etc.;

VIII – Cartazes – destinados à divulgação, interna e externa, de eventos de interesse geral promovidos pelo Senado Federal;

IX – Anúncios – moldura, elaborada com os elementos de identificação institucional do Senado Federal, destinada a circunscrever os anúncios a serem publicados na imprensa.

Parágrafo Único. Os formulários institucionais e administrativos poderão ser planos (para preenchimento manual ou em máquina de escrever) e contínuos (para impressoras eletrônicas).

Art. 4º Os formatos dos Impressos Institucionais obedecerão às especificações do Sistema Internacional DIN recomendado pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, expressas pelas séries A, B e C, com as seguintes medidas:

ENTRA TABELA

§ 1º Os formatos A4, B4 e C4, são os fundamentais, deles derivando seus múltiplos e submúltiplos.

§ 2º Serão enquadrados na série A os Impressos Institucionais caracterizados nos incisos I, II, VII, VIII e IX do art. 3º

§ 3º Enquadram-se na série B os envelopes de maior capacidade e as pastas para arquivamento de papéis da série C.

§ 4º Enquadram-se na série C os envelopes de menor capacidade, as capas de processos, as pastas para arquivamento de papéis da série A e as fichas.

§ 5º O papel copiativo adotado pelo Senado será o de formato A4 (210 X 297 mm), devendo, para a cópia de originais de maior formato, ser utilizado o mecanismo de redução de imagem da copiadora.

Art. 5º Os envelopes, a serem confeccionados com os elementos de identificação do Senado, obedecerão aos seguintes padrões internacionais:

81 X 114 mm – formato C7;

81 X 162 mm – para correspondência aérea;

110 X 220 mm – para papéis formato A4 dobrados em 3;

114 X 162 mm – formato C6;

125 X 176 mm – formato B6;

162 X 229 mm – formato C5;

176 X 250 mm – formato B5;

225 X 325 mm – formato C4;

250 X 353 mm – formato B4.

Art. 6º A extensão dos formatos de papéis, quando necessária, obedecerá às seguintes disposições:

I – far-se-á em apenas um sentido do papel – horizontal ou vertical – mantendo-se a medida padrão do outro;

II – será modulada, tomando-se a medida do lado a ser estendido, subtraindo-se dela 3 cm (margem de arquivamento) e dividindo-se o resultado por 2 (dois).

Art. 7º Os formulários institucionais serão impressos na cor preta e os formulários administrativos, na cor azul.

Parágrafo único. Cada formulário terá apenas uma cor de impressão.

Art. 8º Os formulários terão, como marca característica, as seguintes assinaturas ou timbres, impressos do lado esquerdo superior do papel:

I – Formulários Institucionais – o símbolo, representado pelas Armas da República e o logotipo, representado pelo nome Senado Federal;

II – Formulários Administrativos – o símbolo, constituído da marca estatilizada integrada pela meia-lua representativa do prédio do Plenário e o traço vertical representativo do prédio do Anexo I, e como logotipo, o nome Senado Federal.

§ 1º Os formulários institucionais e administrativos de uso geral da Casa não deverão conter impresso o nome de qualquer órgão da estrutura organizacional.

§ 2º Poderão ser personalizados os formulários destinados à correspondência dos Senadores, de cada membro efetivo da Comissão Diretora, dos Presidentes de Comissão e dos Líderes partidários.

Art. 9º A padronização dos impressos institucionais segundo estas normas é de responsabilidade da Secretaria Administrativa com a colaboração do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Senado Federal – Cedesen, cabendo a esses órgãos a elaboração e proposição das normas complementares que se fizerem necessárias à perfeita execução da presente.

Art. 10. Os Impressos Institucionais, objeto deste Ato, serão produzidos, com exclusividade, pelo Centro Gráfico do Senado Federal.

Art. 11. O disposto nestas normas aplica-se, no que couber, no Centro Gráfico – Cegraf e ao Centro de Informática e Processamento de Dados – Prodasen.

Art. 12. Os estoques atuais de impressos continuarão em uso até que se esgotem.

Art. 13. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário. – Senador Mendes Canale, 1º Secretário.

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE COMPRAS, CONTRATAÇÕES E ALIENAÇÕES

PORTARIA Nº 01/90 DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições e de acordo com a delegação de competência que lhe foi conferida pelo art. 2º do Ato nº 122, de 1990, do Presidente resolve:

Designar Djalma José Pereira da Costa, Analista Legislativo, Classe Especial, matrícula nº 1.426, para substituir a titular no período de 6 a 16 de setembro de 1990.

Comissão Permanente de Licitação, 3 de setembro de 1990. — **Martha Lyra Nascimento**, Presidente.

ATA DE COMISSÃO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Destinada a examinar os critérios, as possíveis irregularidades e os efeitos sócio-econômicos da dispensa e colocação em disponibilidade de servidores, da extinção de cargos e empregos, repartições, autarquias e empresas, no âmbito da Administração Pública da União, direta, indireta e fundacional.

Ata da 3ª Reunião, realizada em 16 de agosto de 1990

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa, às dez horas e dez minutos, na Sala de Reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Maurício Corrêa, Mauro Benevides, Afonso Sancho, Pompeu de Sousa, Jutahy Magalhães, Chagas Rodrigues, Mansueto de Lavor, Cid Sabóia de Carvalho e Raimundo Lira, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito criada através do Requerimento nº 178, de 1990, com a finalidade de "examinar os critérios, as possíveis irregularidades e os efeitos sócio-econômicos da dispensa e colocação em disponibilidade de servidores, da extinção de cargos e empregos, repartições, autarquias e empresas, no âmbito da Administração Pública da União, direta, indireta e fundacional".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Luiz Viana Neto, Áureo Mello, Wilson Martins, Lourival Baptista, Odacir Soares, Antônio Luiz Maya, João Menezes e Affonso Camargo.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Senador Maurício Corrêa, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que logo após, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente esclarece que a presente sessão destina-se aos depoimentos dos Senhores Lafaiete Coutinho Torres, Presidente da Caixa Econômica Federal e Jorge Lins Freire, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil.

O Senhor Presidente procede a leitura do Ofício enviado pelo Senhor Alberto Policaro, Presidente do Banco do Brasil, justificando sua ausência nesta reunião e colocando-se à disposição da Comissão para outra data, quando deverá prestar esclarecimentos sobre o assunto.

Após o juramento e a qualificação, de acordo com o disposto no Código de Processo Penal, o Senhor Lafaiete Coutinho Torres tece considerações sobre a reforma administrativa que está ocorrendo na Caixa Econômica Federal, dizendo ser, a mesma, necessária para a racionalização das atividades e agilização na captação e aplicação de recursos. O Senhor Lafaiete Coutinho Torres é assessorado pelo Senhor Carlos Alberto Siqueira de Almeida, Diretor de Administração e Recursos Humanos da Caixa Econômica Federal, prestando o referido Senhor, o juramento.

No período das interpelações, usam da palavra os Senhores Senadores Jutahy Magalhães, Cid Sabóia de Carvalho, Pompeu de Sousa, Chagas Rodrigues, Raimundo Lira e o Relator, Senhor Senador Mansueto de Lavor.

Na segunda fase da reunião, presta juramento e procede à qualificação, o Senhor Jorge Lins Freire, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil que tem o seu depoimento dado como lido e é inquirirido pelos Senhores Senadores Mauro Benevides e Mansueto de Lavor. O Senhor Presidente determina que o pronunciamento do Senhor Jorge Lins Freire seja publicado em anexo a esta ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico dos debates. — **Senador Maurício Corrêa**, Presidente.

DEPOIMENTO DO PRESIDENTE DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A., DR. JORGE LINS FREIRE, NA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE DISPENSA E COLOCAÇÃO EM DISPONIBILIDADE DE SERVIDORES:

(REQUERIMENTO 178, DE 1990)

Senhor Presidente, Senhores Senadores, meu Senhores e minhas Senhoras,

É com muita honra que, na qualidade de Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A., atendo à convocação de Vossas Excelências por meio do Requerimento nº 178, deste ano, para contribuir com o exercício do papel constitucional reservado a esta Casa pelo art. 58, parágrafo 3º, de nossa Carta Magna.

2. Com o propósito de tornar essa contribuição a mais eficaz possível, meu depoimento caracteriza o Banco do Nordeste, sua missão e forma de atuação, presta informações sobre a estrutura e evolução dos quadros de pessoal da instituição e explica o processo de racionalização e reorganização do banco.

(I — O Banco do Nordeste)

3. O Banco do Nordeste completou em julho passado 38 anos de existência, ao comemorar o aniversário da Lei nº 1.649, de 19 de julho de 1952. Criado com o objetivo de promover a mobilização dos recursos humanos e naturais da região para a transformação de sua economia e o soerguimento dos padrões de vida de seus habitantes, a ação do banco tem sido modernizante, de fomento e privatizante.

4. Como parte dessa dimensão modernizante e de fomento, o banco tem contribuído para difundir a racionalidade econômica, as práticas gerenciais modernas e as inovações tecnológicas. Tem ainda procurado consolidar a visão de que a solução do problema do Nordeste passa por investimentos em pesquisas que identifiquem suas verdadeiras vocações, e pela criação de empresas agrícolas e industriais que otimizem essas vocações e empreguem os recursos humanos e naturais da região.

5. Dentro dessa linha, o banco inovou ao introduzir na região a concessão de crédito, subordinada à elaboração de projetos e análises de viabilidade sócio-econômica de empreendimentos, e a estreita vinculação do crédito com assistência técnica.

6. Organizado sob a forma de sociedade de economia mista, com a participação majoritária do Governo Federal, o Banco do Nordeste deve, contudo, ser entendido como um agente público do fortalecimento da iniciativa privada no Nordeste. A par disso, sua ação tem sido dirigida de modo a privilegiar o pequeno e médio produtor comercial, industrial e rural, este diretamente ou através do apoio técnico e creditício à formação e desenvolvimento de suas cooperativas.

7. No cumprimento dessas funções, o Banco do Nordeste atingiu, em julho passado, aplicações globais de 130 bilhões de cruzeiros, dois terços dos quais destinados a operações típicas de fomento.

8. Merecem ainda destaque as aplicações à conta do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) que, naquela posição, já alcançavam mais de oito por cento do volume emprestado pelo BNB, beneficiando preponderantemente o agricultor do semi-árido nordestino. Além disso, segundo as estimativas do banco, as operações à conta do FNE deverão ganhar particular dinamismo neste segundo semestre, quando se prevê um atendimento de cerca de 15.000 novos pedidos de crédito.

9. Para à efetivação de sua ação creditícia, conta o Banco do Nordeste com uma rede de 168 agências e uma força de trabalho da ordem de 8.842 pessoas (na posição de julho passado), sendo que desses 6.467 (73 por cento do total) são funcionários concursados, 1.058 (12 por cento) são bolsistas de nível médio e superior, também concursados, e 1.317 (15 por cento) são subblocados associados a contratos de locação de serviços para a realização de tarefas que não são próprias da atividade bancária.

Senhor Presidente, Senhores Senadores,

10. Considero oportuno mencionar que o banco tem adotado uma política austera no que diz respeito à sua força de trabalho e tem primado pela valorização e qualificação de seus funcionários a ponto de suas equipes técnicas serem reconhecidas na região por seu grau de preparo e de compromisso com a instituição e sua missão de desenvolvimento.

11. De fato, os funcionários da Casa ingressam por concurso público e seu progresso funcional baseia-se no mérito, objetivamente mensurado por sistema de avaliação de desempenho, treinamento e concorrência interna. Anualmente, o banco oferece cerca de 6.000 oportunidades de treinamento.

12. A qualificação do pessoal da instituição pode também ser aferida quando se constata que mais de um terço dos funcionários detém curso superior ou de pós-graduação ou que quase oitenta e seis por cento do contingente de pessoal dispõem de nível secundário ou educação formal mais elevada.

(II — Medidas de Racionalização e Contenção de Custos)

Senhor Presidente, Senhores Senadores,

13. O Banco do Nordeste também se caracteriza por uma contínua busca de práticas e processos, tendentes ao incremento dos níveis de eficiência e produtividade. Dentro dessa ótica, e atento aos desafios que lhe são impostos por mudanças na concorrência e no cenário econômico, o banco tem desenvolvido um permanente programa de racionalização, informatização e ajustamento de seus processos e estruturas organizacionais.

14. Em abril deste ano, medidas administrativas de ajustamento foram adotadas como forma de responder, no curto prazo, aos desafios impostos pelo plano de estabilização Brasil Novo, do Governo do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Collor de Mello. Essas ações eram requeridas dado o alto grau de incerteza com respeito ao comportamento do mercado bancário.

15. Em particular, àquela época, os bancos anteviam um profundo desbalanceamento entre suas estruturas de custos e receitas, uma vez que a queda da inflação, eliminando o **floating**, associado a uma expectativa de contração na demanda por crédito, tendia a reduzir significativamente as rendas bancárias, sem alterações mais representativas dos custos administrativos.

16. No caso específico do Banco do Nordeste, esse desequilíbrio representava um problema ainda mais grave porque sua cultura e história organizacionais não incorporavam experiências de diminuição de custos através da redução de contingente de pessoal, principalmente porque, como mencionei anteriormente, seus funcionários ingressam na instituição via concurso público, conforme previsto no estatuto social do banco.

17. Foram, assim, adotadas ações administrativas tendentes a reduzir custos e recomendaram-se estudos para nortear a adoção de medidas mais profundas no campo de recursos humanos e materiais, da organização e administração e de sistemas operacionais e financeiros.

18. Dentre esses estudos, merecem destaque, porque mais pertinentes ao objeto desse depoimento, as recomendações para, no prazo de 30 (trinta) dias, concluir estudos visando:

— À reavaliação dos casos de funcionários que houvessem infringido reincidentemente os padrões de conduta e comportamento previstos em norma e que, portanto, pudessem ser considerados de difícil recuperação;

— À identificação de servidores tidos como de baixo desempenho;

— À definição de incentivos para a aposentadoria de servidores que já tivessem obtido o direito a esse benefício;

— À realização de estudos indicativos de agências que merecessem extinção ou relocalização;

— À revisão das estruturas organizacionais das agências e direção geral do banco.

19. Os estudos relacionados a pessoal foram realizados pela Diretoria de Recursos Humanos e Patrimoniais e submetidos ao Comitê de Avaliação de Pessoal (Comap) que, no Banco do Nordeste, examina em caráter imparcial e à luz dos padrões normativos, os casos de promoção por merecimento e de conduta funcional.

Senhor Presidente, meus Senhores e minhas Senhoras,

20. Foi nesse clima de mudanças e ajustamento que, frize-se, vinha sendo comandado pelos próprios funcionários da Casa, que assumi o cargo de Presidente do Banco do Nordeste, honrado com a confiança que me deposita o excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Collor de Mello.

21. Enquanto aprofundava meu conhecimento sobre o banco, preocupei-me em rever e reconduzir esse processo em curso de mudanças, de modo a garantir a impessoalidade, a justeza dos critérios e afastar qualquer possibilidade de arbítrio nas decisões de pessoal, evitando danos ao clima organizacional que pudessem

comprometer medidas mais importantes no futuro, voltadas para revitalizar a capacidade operacional do banco e retomar, com todo vigor, suas ações promotoras do desenvolvimento regional.

22. Especificamente com respeito à força de trabalho, as medidas já adotadas conduziram a uma redução de 1.008 pessoas, equivalente a mais de 11 por cento do contingente de trabalho do banco. A diminuição de contingente já ocorrida e em curso resulta em economias equivalentes a 14 por cento do total das despesas administrativas.

23. Esse grupo de 1.008 pessoas constitui-se de 400 bolsistas (40 por cento do total), 181 sublocados (18 por cento) e 427 funcionários concursados (42 por cento).

24. Para as demissões de funcionários foram feitas avaliações e adotados, pelo Comitê de Avaliação de Pessoal, os seguintes critérios:

— Baixo desempenho funcional;

— elevado grau de absenteísmo injustificado;

— contumácia na emissão de cheques sem provisão de fundos;

— responsabilidade por ocorrência de natureza grave.

25. Além disso, os funcionários que apresentam condições precárias de saúde a ponto de comprometer o seu desempenho profissional estão recebendo assistência particular da área de medicina de trabalho do banco, com vistas à superação de seus problemas e reincorporação às suas atividades ou no sentido do encaminhamento de processos de aposentadoria por invalidez. A propósito, orientei especificamente o Comitê de Avaliação de Pessoal a rever os recursos de servidores que se enquadram nessa situação e que, eventualmente, tenham sido demitidos.

26. Além da dimensão quantitativa dessas reduções, cumpre ainda mencionar que houve também uma mudança de qualidade, de ruptura com uma cultura organizacional que protegia funcionários não comprometidos com a organização, não sintonizados com os padrões de desempenho perseguidos pela maioria dos servidores do banco, constituindo para esses um fator de desestímulo. Portanto, a vantagem adicional foi o do estabelecimento de um clima organizacional mais sadio, que não convive com a ausência de compromisso com a empresa, e que valoriza e engrandece o trabalhador diligente que aspira ao progresso funcional.

27. Por seu turno, os estudos para o replanejamento espacial da rede de agências do banco conduziram à decisão do Conselho de Administração da empresa, em 3 de julho passado, de fechar 13 dessas Unidades, sendo 6 agências extra-regionais e 7 agências regionais.

28. Nesse particular, o objetivo precípuo da proposta que fiz ao Conselho de Administração foi o de reestabelecer uma clara definição do papel institucional e operacional das agências do banco, que vinha se deteriorando pela abertura de unidades fora do Nordeste sem uma sintonia adequada com os objetivos maiores da empresa e com sua estratégia de negócios.

29. Com base nessas novas diretrizes, as agências extra-regionais do Banco do Nordeste são instrumentos da elevação da lucratividade da empresa, da promoção da integração do Nordeste com as regiões mais desenvolvidas do País, e da absorção de padrões modernos de técnica e gerência bancárias, por via da competição em centros financeiros dinâmicos e mais sofisticados do que as praças do Nordeste.

30. A aplicação desses critérios levou à decisão de extinguir 6 agências extra-regionais que apresentaram pelo menos três anos de prejuízos ou que estavam situadas em praças cujos perfis de negócios estão predominantemente concentrados no setor primário, o qual não poderia ser atendido pelos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), cuja aplicação se restringe à Região.

31. As agências regionais se direcionam à maximização do papel institucional do banco, qual seja a promoção do desenvolvimento econômico e de indução de transformações econômico-sociais. A par dessa função maior, que fundamenta a própria existência do BNB, essas agências deverão buscar padrões eficientes de funcionamento, de modo a, subsidiariamente, contribuir para a lucratividade e para o equilíbrio financeiro do BNB.

32. Além disso, o grau com que essas agências são solicitadas a contribuir com os padrões de eficiência privada da empresa se amplia na medida em que a localização dessas unidades se aproxima das regiões Metropolitanas no Nordeste, onde as atividades industriais e, particularmente, as comerciais são mais desenvolvidas.

33. A aplicação desses princípios à rede de agências do banco conduziu à decisão de extinção de 7 agências regionais, porque elas estavam localizadas em praças que não maximizavam a ação desenvolvimentista do BNB e vinham apresentando prejuízos há pelo menos 4 períodos.

Senhor Presidente, Senhores Senadores,

34. A implementação dessas medidas relacionadas aos aspectos administrativos de patrimônio, pessoal e rede de agências encerra uma etapa de medidas contingenciais, de certa forma, presidida pela ótica dos custos.

(III — Reorientação do enfoque das mudanças organizacionais)

35. Essa, contudo, é uma etapa passada, que cede lugar a uma nova perspectiva de mudanças que estou empenhando em conduzir e que visa ao revigoramento do BNB como agente financeiro e de transformação do Nordeste.

36. Como parte dessa nova fase de mudanças estão em curso no BNB três projetos da mais alta relevância para os destinos e rumos futuros da empresa, que vêm sendo conduzidos por funcionários da própria Casa.

37. O primeiro projeto está relacionado à definição de diretrizes estratégicas de ação do BNB para os próximos 5 anos, contemplando a identificação dos segmentos e das atividades econômicas que, do ponto de vista da maximização das possibilidades de crescimento da região, devam merecer a ação específica do banco.

38. Essas definições estão sendo consubstanciadas no documento "diretrizes para um plano de ação do BNB (1990-95)", composto por 27 monografias setoriais da economia nordestina, e que identifica os segmentos dinâmicos da economia para subsidiar a ação do banco, notadamente no que respeita à aplicação de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

39. Mencione-se ainda, como parte desse esforço de planejamento econômico, o desenvolvimento de "estudo sobre a agroindústria do Nordeste", que visa subsidiar o desenvolvimento de um amplo programa de desenvolvimento agroindustrial

da região, voltado para o aproveitamento de matérias-primas produzidas pelos empreendimentos associados ao Programa de Irrigação do Nordeste, que têm, na pequenez do mercado regional, forte obstáculo a ser vencido no caminho de sua consolidação.

40. O segundo projeto é o de uma ampla reorganização estrutural do Banco, envolvendo direção geral e agências, e que objetiva constituir-se em instrumento de modernização empresarial e de alavancagem para o aproveitamento das oportunidades institucionais que se apresentam ao banco, pelo reconhecimento do Governo Federal e Congresso Nacional, do papel institucional do BNB de promotor do Desenvolvimento do Nordeste, com o destaque constitucional de recursos que permitem uma intervenção sistemática e transformadora na economia regional.

41. Esse Projeto tem como objetivos o reforço das funções de Banco de Desenvolvimento do BNB, a ampliação de sua capacidade e agilidade operacionais, a modernização organizacional e a melhoria dos padrões de competitividade e eficiência.

42. O Projeto pressupõe uma visão crítica do modelo organizacional do BNB, que ainda preserva traços fundamentais da estrutura original da Instituição que data dos anos cinqüenta, de modo a privilegiar as atividades associadas com o financiamento do desenvolvimento, o planejamento econômico e empresarial, a captação de recursos de médio e longo prazos e a atuação do Banco nas operações típicas do Mercado de Capitais, que em economias mais desenvolvidas, têm-se constituído em instrumento essencial da organização, reestruturação e expansão empresarial.

43. O novo modelo organizacional estratifica as funções dos órgãos do BNB, de sorte a que a direção geral do Banco concentre-se nas atividades estratégicas de direção, planejamento e controle, as agências voltem-se para as atividades de negócios e as atividades executivas sejam confinadas a centrais de produção que, pela adoção de tecnologias modernas de produção e comunicações, se beneficiarão de economias de escala e aglutinação.

44. Uma conseqüência dessa nova arquitetura organizacional é a redução do tamanho da direção geral do Banco, com uma diminuição de cerca de 50 por cento do número de funções de chefia, e a prioridade, no que respeita ao uso dos recursos organizacionais, para as áreas fins e de negócios relativamente às áreas meios.

45. O terceiro projeto é o de aprofundamento do Planejamento da rede de agências do Banco, que contempla a redefinição da estratégia dessas unidades operadoras, de modo a induzir o aproveitamento das vocações econômicas de suas áreas de atuação, e a mudança do desenho espacial da rede de agências, com vistas a maximizar a ação de desenvolvimento do BNB e compatibilizá-la com a atuação de outros organismos financeiros do Governo Federal.

46. Esses projetos, registre-se estão em perfeita sintonia com as diretrizes emanadas do Governo Federal para a reorganização do setor público.

Senhor Presidente, Senhores Senadores,

47. Essas são, portanto, as informações que considerei relevante trazer à esclarecida consideração de Vossas Excelências. Dessa maneira, ao tempo em que encerro minhas palavras, desejo agradecer a atenção que me foi dispensada, esperando ter sido útil ao desenvolvimento dos trabalhos dessa Comissão.

Fico, portanto, à disposição de Vossas Excelências para responder questões específicas que sejam julgadas necessárias.

Muito obrigado!

ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A EXAMINAR OS CRITÉRIOS, AS POSSÍVEIS IRREGULARIDADES E OS EFEITOS SÓCIO-ECONÔMICOS DA DISPENSA E COLOCAÇÃO EM DISPONIBILIDADE DE SERVIDORES, DA EXTINÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS, REPARTIÇÕES, AUTARQUIAS E EMPRESAS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UNIÃO, DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 1990, ÀS 10 HORAS E 10 MINUTOS, DEPOIMENTOS DOS SENHORES LAFAIETE COUTINHO TORRES, PRESIDENTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E JORGE LINS FREIRE, PRESIDENTE DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, SENADOR MAURÍCIO CORRÊA.

Presidente: Senador Maurício Corrêa

Vice-Presidente: Senador Lourival Baptista

Relator: Senador Mansueto de Lavor

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Havendo número legal, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída para examinar os critérios das demissões dos funcionários públicos.

Convido o Relator, Senador Mansueto de Lavor, para que ocupe o seu lugar à Mesa.

Esta Presidência recebeu o seguinte ofício, que passo a ler para conhecimento dos Srs. Senadores:

BANCO DO BRASIL S. A

Presidência

Of. PRESI-5987-90/567

Brasília (DF), 13 de agosto de 1990

A Sua Excelência o Senhor

Senador Maurício Corrêa

DD. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

sobre a Reforma Administrativa

Sr. Presidente,

Refiro-me ao Ofício nº 006/90-CPI/RA, de 9-8-90, no qual V. Exª, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Reforma Administrativa, convoca-me para prestar esclarecimentos sobre o assunto, no próximo dia 16-8-90, às 10 horas.

A propósito, tendo em vista a existência de compromisso anteriormente assumido, que impede a minha presença naquela data, solicito a V. Exª a especial fineza de transferir para outra oportunidade o comparecimento previsto.

Nesse sentido, encareço, ainda, a V. Exª, indicar funcionário que manteria contatos necessários com o meu Gabinete visando ao ajuste da nova data.

Aproveito o ensejo para apresentar a V. Exª os protestos de distinta consideração.

Alberto Policaro Presidente.

De modo que, vamos marcar outra data para o seu comparecimento. Sei inclusive, que na agenda do Presidente do Banco do Brasil constava, concomitantemente, nesta data, palestra que iria proferir na Escola Superior de Guerra.

Convido o Dr. Lafaiette para que tome assento à Mesa.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, seria da maior importância, até mais funcional, que pudéssemos ouvir hoje o depoimento do Sr. Presidente do Banco do Brasil. São os três bancos oficiais, que estão também sofrendo essa reforma administrativa, cujos servidores nos têm realmente endereçado correspondências, documentos e informações.

Esse depoimento conjunto das três grandes entidades financeiras oficiais seria da maior importância, daria mais organicidade ao nosso trabalho.

Mas, compreendemos os argumentos e o pedido de adiamento do depoimento do Sr. Presidente do Banco do Brasil. Antes disso, quero lançar para a Comissão e para a Presidência proposta no que se refere a depoimentos dos representantes dos servidores dessas três entidades, principalmente, e de outros organismos de servidores públicos, a nível nacional e regional.

Considero da maior importância que uma entidade representativa dos servidores da Caixa Econômica, aquela que mais tenha a representatividade entre todas as associações de servidores da Caixa Econômica seja aqui ouvida e tomado o seu depoimento. Igualmente, do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, os representantes máximos das associações ou dos sindicatos de servidores daquelas entidades.

Além disso, temos que tomar depoimentos, por exemplo, claros, do Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e de outras entidades como Sudene, Dnocs e de outros órgãos regionais.

Assim, submeto à apreciação da Comissão que esses depoimentos sejam feitos, como permite o Regimento, à maneira de audiência pública. Em vez de tomarmos o depoimento de um ou de outro servidor, haveria o credenciamento prévio daqueles que mais tivessem representatividade entre os servidores da Administração Direta e da Administração Indireta, inclusive das empresas de capital misto, das empresas públicas etc., para que em duas audiências, possivelmente, resolvêssemos esse problema da necessidade que temos de ouvir os representantes dos funcionários, dos servidores. Creio que uma audiência pública, onde se pudesse credenciar esses representantes que falassem em nome desses servidores, duas audiências seriam suficientes.

Proponho, também, para uma maior funcionalidade, que uma dessas audiências seja realizada aqui mesmo no Congresso e que a Comissão se desloque — como já ocorreu com a CPI da Corrupção, que foi ao Maranhão, a Minas Gerais — um ou dois dos seus membros, para ouvir essas representações, onde elas pudessem melhor se deslocar e aí estivessem.

Assim, eu gostaria de sugerir, em termos concretos, duas grandes audiências públicas. Uma, realizada aqui em Brasília, com os representantes nacionais dos servidores públicos da Administração Direta e Indireta e dessas empresas também, e, no caso — porque um dos casos mais gritantes é a Sudene e o próprio Banco do Nordeste que fica em Fortaleza —, uma audiência pública no Nordeste também. Se for necessário, faremos uma terceira em uma cidade como São Paulo ou Curitiba, onde existam sedes de organismos regionais.

Quero submeter à aprovação essas duas audiências públicas, para que, com antecedência se possa programá-las e dar notícia a todos os interessados.

É o que submeto à apreciação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Creio que não há divergência por parte de nenhum Senador. Não havendo manifestação em contrário, fica aprovada a sugestão do Relator, Senador Mansueto de Lavor. Peço à Secretaria que tome as providências pertinentes.

Acredito que o depoimento do Presidente da Caixa Econômica Federal será pequeno. O Relator já havia solicitado que o depoimento de S. Sª fosse primeiro, e assim consta na agenda. Lamento não poder atender a sua solicitação, em virtude de o calendário já ser preestabelecido e por solicitação do Sr. Relator.

Convido o Sr. Lafaiete Coutinho a se levantar, a fim de prestar o juramento.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — "Juro, sob palavra de honra, dizer a verdade do que souber e do que me for perguntado".

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Seu nome completo.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Lafayette Coutinho Torres.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Sua idade?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Cinqüenta anos.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Estado civil?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Casado.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Seu Estado de origem?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Sua residência?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Sua profissão?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Advogado.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Função pública ou cargo público que exerce?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Presidente da Caixa Econômica Federal.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Lugar onde exerce a sua atividade?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Convido V. Sª que se sente aqui. V. Sª prefere fazer uma exposição por escrito?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Quero fazer uma exposição por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Solicito ao Senador Pompeu de Sousa que ocupe a Presidência, enquanto atendo o Embaixador que se encontra aqui.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — V. Exª, então terá a palavra para a exposição inicial e tem direito à assessoria, se assim o desejar.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Obrigado, Senador.

Exmº Senador Pompeu de Sousa, Presidente da Mesa e dos trabalhos, Exmº Sr. Senador Mansueto de Lavor, digno Relator desta Comissão; Srs. Senadores; minhas Senhoras e meus Senhores: cumprimento o Senado Federal pela iniciativa desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Se a sociedade especialmente através do seu Parlamento, tivesse exercido fiscalização sobre as atividades

des da Caixa Econômica Federal não teríamos, hoje a tarefa de redirecioná-la. Evitaríamos distorções como o aumento inexplicável no seu quadro pessoal de 44 mil 838 para 67 mil 541 funcionários, em apenas um ano, entre 88 e 89. Ou a admissão de 2.342 servidores concursados nos primeiros 15 dias de março deste ano. Contratações que aumentaram em valores reais 222,77 por cento nossas despesas com o pagamento de salários, a contar de janeiro de 88 a março de 90.

Nossa reforma administrativa, senhores senadores, fortalecerá a instituição na sua atividade fim, como banco múltiplo e social. Portanto, o que hoje executamos, não se resume a mera redução de pessoal. O enxugamento da máquina é apenas um item de reforma estrutural ampla, que garantirá a sobrevivência da Caixa Econômica. Recuperaremos sua atividade negocial e a tornaremos lucrativa. Atendendo a nova ordem econômica do País, a capacitaremos para enfrentar o desafio da modernidade.

Pretendemos conter despesas e gerar novas receitas. Para concretizarmos estes objetivos contamos com o auxílio dos próprios funcionários, que participaram de grupo de trabalho criado para apresentar sugestões à condução da reforma. Todos, diretoria e servidores, estão convictos da necessidade de racionalização das atividades e agilização na captação e aplicação dos recursos.

A tarefa é árdua. Temos que cumprir pesados compromissos herdados da administração anterior, que comprometeram a nossa capacidade de investimento até 91. Todos os recursos disponíveis foram distribuídos nos estertores do último governo. Somente nos três primeiros meses do ano, foram liberados financiamentos nas áreas da habitação no valor de 122,28 bilhões, o equivalente a 174,24 milhões de VRF. Quase o mesmo volume liberado durante todo o ano de 89, que foi de 134,31 bilhões de cruzeiros, ou o equivalente a 191,39 milhões de VRF.

Foi preciso rigor e criatividade para devolver agilidade e eficiência à instituição. Nos últimos dias do governo passado, a direção da Caixa admitiu, contratou, gastou sem parcimônia. A legislação que regulamenta a função pública não conta ainda com mecanismos capazes de protegê-la em períodos de transição entre governos. Trata-se de um debate que encaminho aos senhores, para evitar que se repitam situações de constrangimento como a que enfrentamos ao assumirmos a administração.

Resolvemos enfrentar a situação da Caixa com coragem. Assumimos a direção determinados a colocá-la no mesmo nível das instituições financeiras mais modernas do País. Assim, nossa reforma foi concebida em três pontos básicos: administrativo, operacional e cultural. O administrativo é o mais visível e nevrálgico. Inclui demissões e mudanças na estrutura do banco, com a redução do organograma e das funções comissionadas.

A partir das mudanças na área administrativa esperamos transformar a mentalidade interna e operacional da Caixa. Será desta maneira que obteremos maior agilidade e agressividade nos negócios. Vamos trabalhar como um banco social, mas com espírito da iniciativa privada. Queremos reciprocidade dos nossos clientes. Enfim, uma relação de mão dupla.

Revimos muito mais na Caixa. Estamos absorvendo os serviços do Serpro para reduzir a despesa em 1 bilhão de cruzeiros. Além da economia, ganhamos o controle da nossa área de informática. Até outubro deste ano, estaremos totalmente independentes e dominando a inteligência dos sistemas.

Com a revisão deste contrato trouxemos ainda o domínio da área de informática para a Caixa. O que nos proporcionará melhor desempenho frente à concorrência da iniciativa privada. Disputaremos nossa fatia no mercado em igualdade de condições. Estamos absorvendo gradativamente os sistemas de depósitos, de material de consumo, de penhor e contabilidade, antes fornecidos pelo Serpro. A rotina trimestral das cadernetas de poupança, o controle das ordens de pagamento, da carteira de aplicações e microfilmagem, em breve, também estarão sendo processados pela Caixa.

Usamos o máximo da criatividade para racionalizar custos. Nossa meta é economizar 975 milhões mensais com o corte das horas extras dos funcionários. O suficiente para pagar 6.055 servidores do quadro, levando-se em conta que o nosso salário médio, hoje, é de 110 mil 748 cruzeiros. De maio para cá já reduzimos em 879,8 milhões as despesas com horas extras e nosso objetivo é manter estes pagamentos suplementares em 7,5 por cento da folha de pagamento, que em julho custou 7,6 bilhões.

Cortamos ainda 236 das 770 funções gratificadas na matriz da Caixa o que reduziu nossas despesas em 20 milhões e 500 mil cruzeiros mensais. O próximo passo será promover o mesmo enxugamento nas superintendências regionais, onde pretendemos cortar 1.249 funções gratificadas, economizando 91 milhões de cruzeiros por mês. No final, somente este item da reforma representará redução de despesas de 112,20 milhões mensais.

Concedemos 518 aposentadorias a funcionários que tinham este direito, enxugando a folha de pagamento em 125,97 milhões, o equivalente ao pagamento de 3.500 funcionários de nível inicial. Quanto aos critérios para as demissões, optamos por afastar 8.529 estagiários, mão-de-obra transitória que gera serviço prestado sem retorno. Somos conhecidos no mercado como escola formadora de recursos humanos para serem aproveitados pela concorrência. Em tempos de austeridade, não podíamos nos dar ao luxo de manter estas contratações, cujas recisões geraram economia de 119 milhões.

Dispensamos, também, 118 servidores que estavam em licença para tratar de interesses particulares. Avaliamos que estes funcionários não precisavam de seus empregos para sobreviver, já que podiam manter-se afastados. Com isto economizamos 17 milhões, o suficiente para pagar 472 iniciantes.

Não poderíamos continuar mantendo os 2.342 funcionários novos, concursados, admitidos nos primeiros dias de março, que recebiam em média 36 milhões de cruzeiros mensais. Precisávamos manter nosso quadro funcional de carreira. Optamos por romper com uma prática distorcida, própria da história da administração pública brasileira.

Demitimos 534 empregados em empresas coligadas: 213 na Companhia Nacional de Seguros e 321 na Empresa de Processamento de Dados S.A – Datamec. No passado, estas empresas serviram, muitas vezes, para a prática do empreguismo, distorção no serviço público, eliminada pela reforma administrativa do Presidente Collor. A economia gerada por esta medida foi de cerca de 150 milhões.

Aliadas às ações que procuraram gerar novas receitas para a Caixa, as medidas decorrentes do enxugamento da máquina, quando totalmente implantadas, representarão uma redução de depesas no valor de 3,2 bil-

hões de cruzeiros mensais. O suficiente para pagar 20.332 funcionários, ou o equivalente à metade de nossas agências em todo o País. Desligamos, no total, 12.147 funcionários sem desestruturar a instituição.

Mantivemos, senhores, nosso horizonte, a preocupação de conservar intocável o patrimônio humano da Caixa Econômica Federal. Se me perguntarem se vou continuar demitindo, devo-lhes dizer que não sei. Dependerá de avaliações permanentes que faremos do desempenho de cada um.

Não avaliaremos apenas os funcionários mas também os serviços de todo os sistema da Caixa Econômica Federal. Só o que for eficiente sobreviverá à reforma. Neste contexto, vamos revisar nossa rede de agências. Caberá ao talento dos próprios funcionários a manutenção de suas unidades.

Adotamos o princípio de acabar com o que é deficitário. Mas antes de fechar alguma porta da Caixa Econômica Federal esgotaremos todas as alternativas para mantê-las aberta. O empenho dos funcionários será fundamental, pois pode transformar prejuízos em lucro.

Ainda na reforma administrativa, entre as alternativas para a desmobilização de recursos, optamos pela venda de mais de seis mil, 778 imóveis sem uso para a instituição. A construção de novos prédios está suspensa. Reformas só em caso de absoluta necessidade. Precisamos fazer dinheiro e não gastar o que não podemos e não temos.

Por falta de recursos, para economizar mais ainda, tivemos que paralizar a construção de duas novas sedes regionais da Caixa, em Pernambuco e Goiás. Foram obras aprovadas no início deste ano, sendo a de Pernambuco aprovada no dia 13 de março de 1990, por 15,3 e 15,16 milhões de dólares. Preferimos arcar com a suspensão dos contratos, que nos custou 293,9 a de Pernambuco e 239,05 milhões de cruzeiros a de Goiás, o que ainda sairia menos oneroso. Na de Pernambuco os elevadores já estavam comprados e na de Goiás, o ar condicionado, também, segundo o meu Diretor Administrativo, que se encontra no canteiro de obras.

Nossa reforma Srs. Senadores, não será bem sucedida se negligenciarmos a área operacional. Vários dos critérios para concessão de financiamento estão sob revisão. Hoje cobramos reciprocidade daqueles que se beneficiam das nossas carteiras de crédito. Contratamos auditorias externas para reavaliar operações nas áreas de saneamento e habitação.

O esforço para economizar e dar lucratividade à Caixa não se restringe a mudanças internas. Buscamos também soluções externas. O índice de inadimplência dos nossos clientes é muito alto. Em todas as suas carteiras a instituição foi condescendente em demasia com os maus pagadores. E vamos insistir na cobrança dessas dívidas, recuperando recursos liberados. Com o resgate destes débitos, poderemos investir em novos projetos.

A Caixa Econômica Federal tem o compromisso de diminuir o déficit habitacional deste País.

A Caixa está mudando e vai mudar muito mais Srs. senadores. Queremos aperfeiçoar nosso atendimento ao público e aproximar a Caixa da sua clientela. Hoje, com a reforma, temos a maioria dos nossos funcionários dirigida à prestação de serviços ao cliente. Mantemos 46 dos nossos 68 mil funcionários lotados em agências. Este redirecionamento de pessoal nos permitiu oferecer novas opções. Estamos criando o departamento do trabalhador, para assistência direta à grande massa de assalariados do País. Teremos, por exemplo, centrais de atendimento em regiões de concentração de fábricas, metrô, terminais rodoviários. As centrais serão simples, com muitos caixas, e funcionarão em horário especial.

Enfim, Srs. Senadores, essas são as linhas básicas de um longo processo de modernização. Serão cinco anos de mudanças. O que fazemos hoje é apenas o embrião da nova Caixa Econômica Federal do Governo do Presidente Collor. Entendemos que um projeto desta magnitude é difícil de ser inteiramente assimilado por funcionários e pelo público no seu início. Mas ele é fundamental para o futuro da Caixa: ou mudamos hoje ou desapareceremos no tempo. A concorrência é implacável. Só os fortes, os eficientes poderão sobreviver. O fato de sermos uma instituição oficial não nos garante o amanhã. Temos que trabalhar em pé de igualdade com a iniciativa privada, sem perdermos de vista nossa função social.

E, para esta tarefa, Srs. Senadores, contamos com a colaboração do Congresso Nacional. Estamos abertos ao debate. Esperamos que os Srs. Senadores questionem, apontem falhas, dêem sugestões à nossa administração. Vamos iniciar este diálogo agora. A partir deste momento, coloco-me à disposição para, solidariamente, discutirmos a Caixa Econômica Federal.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Encerrada a exposição inicial do inquirido, passa-se à fase de inquirição.

Dou a palavra ao primeiro inscrito, o nobre Senador Afonso Sancho. (Pausa.)

O Sr. Afonso Sancho declina da palavra.

Passo, então, a palavra ao segundo inquiridor inscrito, o nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, Sr. Depoente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero dizer que V. Sª, o Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, tem no seu currículo um dado para mim muito importante, que é o nome. V. Sª é da família de um dos grandes amigos da minha família, prematuramente falecido e que, até hoje, relembramos com muita saudade.

Mas isso, Sr. Presidente, não me impede de formular algumas questões e levantar alguns problemas, sobre os quais tenho dúvidas, dos quais tomei conhecimento pela leitura dos jornais. Infelizmente temos que, muitas vezes, tomar conhecimento das questões através da leitura dos órgãos de comunicação.

Em um comunicado aos servidores da Caixa, V. Sª disse que estava demitindo 2.633 empregados do Quadro, inclusive concursados. Ao mesmo tempo, autorizando a área de recursos humanos a promover a convocação e contratação de concursados que estão aguardando vaga. A informação estaria correta? Se fosse correta essa informação, como V. Sª explicaria esse estranho comportamento?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Sr. Senador Jutahy Magalhães, minhas palavras são de cumprimento a V. Exª, que conheço de há muito tempo, pelas ligações afetivas que nos une as nossas famílias e pela especial atenção e apreço que sempre tive pelo seu pai, o General Juracy Magalhães, que me honrou em me telefonar enquanto sou Presidente da Caixa Econômica Federal.

Sr. Senador, quero dizer a V. Exª que a notícia do jornal precisa ser distinguida no contexto em que foi pronunciada. O Presidente da Caixa Econômica Federal demitiu realmente 2.645 funcionários, e foi surpreendido por uma greve motivada por preconceitos ideológicos, preconceitos estes que deveriam ser superáveis diante da grandeza daquela instituição. Diante da greve, realmente, eu disse que se os funcionários não entrassem, eu demitiria a cada dia 2.500 funcionários e recrutaria, dentro dos concursados, novos funcionários. Alertado sobre uma possível injustiça de que, se amanhã, alguns desses funcionários, dos 2.645, quisesse retornar ao trabalho, não quisesse fazer parte daquele grupo de manifestantes que impediam os funcionários de entrar na Caixa Econômica Federal para exercer o seu sagrado direito do trabalho. Como V. Exª sabe, a greve é um direito constitucional, mas o direito do trabalho também o é. E eu disse que, em momento algum, deixaria de recuar para rever qualquer decisão de minha parte.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Sª fala do problema de piquete. Certamente, agora, V. Sª acha que também estaria correto, dentro do princípio constitucional, o direito de greve, a ameaça de demissão de dois mil e quinhentos funcionários, por dia, se a greve continuasse por mais algum tempo? Porque se V. Sª estivesse ameaçando aqueles que estivessem, por força, pelo hábito coercitivo, impedindo a entrada de alguém no prédio, ainda poderia ser compreendido. Mas ameaçar a demissão de dois mil e quinhentos funcionários por dia, pelo fato de existir uma greve, que é um direito constitucional, hoje previsto até para o funcionalismo público, será que essa medida estaria correta pelo sentido administrativo e, principalmente, seria uma medida democrática?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Sr. Senador, a democracia exige, em princípio, o cumprimento da lei. Como sabe V. Exª, existe uma lei que regulamenta o direito de greve e os princípios desta lei não tinham sido cumpridos. A greve para poder ser legal, a primeira comunicação tem que ser feita à administração da empresa. A greve não foi julgada porque não levamos o assunto ao Tribunal, mas no entendimento do Presidente da Caixa os pressupostos legais da declaração da greve não tinham sido exercidos.

Depois, Sr. Senador, é preciso que identifiquemos as pessoas que fazem greve neste País, porque há muitos sindicalistas que, escudados no seu direito de não serem demitidos, vão para a porta das instituição Financeira, levando, muitas vezes, pessoas que não trabalham na instituição financeira para impedir esse direito de greve. E o que fiz foi gerar uma solidariedade à instituição que dirijo, a instituição que tenho a obrigação perante os meus consumidores e perante os contribuintes que são donos daquela instituição, porque ela pertence ao Tesouro Nacional. Gerei essa solidariedade do nosso Estado, porque considera a Bahia o meu Estado afetivo; recebi dezenas de telefonemas, de mães aflitas, de pais preocupados que diziam que os seus filhos queriam entrar no trabalho e que não permitiam. Tive, é verdade, um apoio enorme do Sr. Governador do Estado, que garantiu a ordem, que mandou a polícia para permitir a abertura das nossas agências e, em 24 horas, as agências e os nossos consumidores, os nossos poupadores tiveram acesso às nossas agências.

É preciso que verifiquemos, também — e V. Exª assistiu no meu depoimento o que foi feito nessa instituição — assinaram contrato no dia 13 de março, para fazer obras e compraram primeiro ar condicionado, elevadores. Isso devia também ter gerado manifestação do corpo funcional, uma manifestação em defesa da instituição.

Sr. Senador, tenho a maior tranqüilidade em dizer que a posição que tomei em relação à greve foi democrática, porque sou um democrata por princípio, foi legal, porque não farei nada que fujão espírito da lei.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Mas V. Sª, pelo menos, tomou uma atitude dentro daquilo que julga certo. Logicamente há divergências de opinião, o meu pensamento, por exemplo, é o de que não foi uma medida certa, correta, dentro dos princípios democráticos, pelo ângulo, pela minha visão. Mas S. Sª, pelo menos, conscientemente, tomou uma medida que considerava justa e correta.

No caso da demissão de vigilantes da Caixa, considerados excedentes, há informação de que, de um lado, foram demitidos esses vigilantes do quadro e, de outro lado, não foi reduzido o quadro de vigilantes da firma SEG, no Rio de Janeiro; pelo contrário, com a saída desses "excedentes", a Caixa Econômica Federal foi obrigada a aumentar o número de contratados indiretamente. Ocorre que segundo essas denúncias a média de salário de cada vigilante da Caixa Econômica Federal é de 27 mil cruzeiros, enquanto para a firma é pago 87 mil, 17 cruzeiros e 87 centavos por vigilante contratado. Se esses dados forem corretos, trata-se de uma reforma administrativa às avessas. O que V. Sª tem a dizer sobre isso?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Sr. Senador, não conheço o Regimento, não sei como é que posso indagar da área de pessoal que está comigo para saber como posso responder a pergunta de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Como a Presidência já lhe avisou, V. Sª pode usar a sua assessoria, tem direito de usar a sua assessoria.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Só os Senadores que não podem.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O Regimento é contra os Senadores.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Indago se eu poderia responder a pergunta do Sr. Senador depois, enquanto eu pediria ao meu pessoal que me informasse.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O Sr. Senador concorda?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Não sei se esse também seria o caso. Sr. Presidente, apenas uma outra pergunta. Para confirmar que a Caixa estaria aumentando o contingente de vigilantes e telefonistas contratados de firmas. Há denúncias de que as firmas prestadoras de serviços de vigilância e telefonia quiseram contratar os afastados, para exercerem as mesmas funções no prédio da Caixa Econômica Federal, ganhando menos, mas tendo um custo bem maior para a Caixa. O Sr. tem conhecimento disso?

O SR. LAFAIETE COUTINHO — Não, desconheço o assunto, Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Porque V. Sª sabe que essas companhias prestadoras de serviço contratam os funcionários por um preço, muitas vezes, irrisório, mas recebem dos órgãos que as contratam um valor muito mais alto, que não repassam para o trabalhador. Daí a razão desta indagação.

Sr. Presidente, acho até que, pelo menos por precedência aqui na Casa, que o próprio

diretor da área de recursos humanos poderia falar.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Exatamente!

Mas V. Exª já estava numa outra pergunta. E o Presidente da Caixa tinha reservado a resposta para outra oportunidade, e já troquei. De forma que a Presidência pede a V. Sª que complete a sua pergunta, e responderá em seguida a pergunta anterior.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — A pergunta anterior — vou voltar àquela pergunta anterior — é que no caso da demissão — aí me dirigindo ao pessoal dos recursos humanos — de vigilantes da Caixa, considerados excedentes, há denúncias de que, de um lado, foram demitidos esses vigilantes do quadro. E, de outro lado, não foi reduzido o quadro de vigilantes da firma SEG, no Rio de Janeiro. Pelo contrário, com a saída desses excedentes, a Caixa Econômica Federal foi obrigada a aumentar o número de contratados indiretamente. Ocorre que, segundo essas denúncias, a média de salários de cada vigilante da Caixa Econômica Federal é de 27 mil cruzeiros, enquanto que para a firma é pago 87 mil 17 cruzeiros e 87 centavos por vigilante contratado.

Se esses dados estiverem corretos trata-se de uma reforma administrativa às avessas.

O que o Sr. tem que dizer sobre isso?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Senador, antes de passar a palavra para o meu colega, Diretor de Administração e Pessoal da Caixa, queria dizer a V. Exª, e já fiz menção aqui na minha exposição de que, não obstante a partir de 15 de março ter havido inflação no País, os níveis tinham sido, evidentemente, muito longe daquela hiperinflação que vivíamos antes de 15 de março, é objetivo da Presidência da Caixa reduzir em 20% os valores de todos os contratos de prestação de serviços que tinham sido assinados, e que prestavam à Caixa as diversas empresas.

Posso dizer que está em curso — e a informação que recebi ainda há pouco, quando vinha para cá, é de que já obtivemos reduções de cerca de 150 milhões de cruzeiros por mês nos contratos de prestação de serviços diversos, elaborados com a Caixa antes de 15 de março.

Pediria, se o Sr. Presidente me permitisse, passar a palavra para o Diretor de Administração e Pessoal da Caixa, e ele poderia responder a essa indagação do Senador Jutahy Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Solicito a V. Sª que aguarde um pouco.

O depoimento é o do Presidente da Caixa. É claro que o Regimento autoriza que o Sr. venha acompanhado de assessores.

Agora, para ele falar, o Sr. vai ter que assumir o compromisso — por gentileza, não me oponho, mas tem que prestar o juramento.

O SR. CARLOS ALBERTO SIQUEIRA— "Juro, sob palavra de honra, dizer a verdade do que souber do que me for perguntado".

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Qual o nome do Sr.?

O SR. CARLOS ALBERTO SIQUEIRA — Carlos Roberto Siqueira de Almeida.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Sua idade?

O SR. CARLOS ALBERTO SIQUEIRA — Trinta e oito anos.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Estado civil?

O SR. CARLOS ALBERTO SIQUEIRA — Desquitado.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Natural de onde?

O SR. CARLOS ALBERTO SIQUEIRA — De Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Sua residência?

O SR. CARLOS ALBERTO SIQUEIRA — SQS 312, em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Sua profissão?

O SR. CARLOS ALBERTO SIQUEIRA — Economiário.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — V. Sª exerce que função pública no momento?

O SR. CARLOS ALBERTO SIQUEIRA — Diretor de Administração em Recursos Humanos da Caixa Econômica Federal.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Só exerce atividade aqui em Brasília?

O SR. CARLOS ALBERTO SIQUEIRA — Aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Por gentileza o Sr. limite-se apenas a assessorar o Presidente.

O SR. CARLOS ALBERTO SIQUEIRA — Gostaria de, antes de mais nada, cumprimentar os Srs. Senadores, passando a responder ao Senador Jutahy Magalhães, o qual conheço já há algum tempo através de seu filho, porque fui Superintendente na Bahia há até pouco tempo, para dizer que essa informação deve ter algum tipo de equívoco. Primeiro, o excesso de técnicos ou de pessoas do quadro, que não sejam do quadro funcional da empresa, de nível administrativo, foi feito de maneira que se contemplassem as necessidades apenas prementes da instituição nessas funções. Depois, como disse o presidente, a todos os confrades nós fizemos uma solicitação para que houvesse uma redução de 20% no seu quadro de despesas, conseqüentemente no quadro de pessoal. Então, não seria com a nossa autorização, de maneira nenhuma, que haveria aumento de despesas no Rio de Janeiro ou em qualquer outro Estado. Não acredito...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — A questão não foi se houve aumento da despesa; a questão é que não foram dispensados aqueles que estavam prestando serviços a essa empresa, SEG, do Rio de Janeiro. E que o preço de custo salarial de cada vigilante pago a esta empresa — e aí fiquei muito confiante quanto à informação porque vieram até os centavos — era de Cr$ 87.017,87. Muito acima daquilo que se pagava ao funcionário da Caixa que exercia essa função e que recebia Cr$ 27.000,00. Não é que foram contratados novos vigilantes para a firma, mas que estavam dentro de um contrato em que a firma recebia Cr$ 87.017,87 por cada vigilante.

O SR. CARLOS ALBERTO SIQUEIRA — Então, tudo bem! Eu havia interpretado a pergunta de outra maneira. Mas gostaria de falar ainda com relação aos 20% de redução. A todas as empresas foi solicitada essa redução; algumas já a fizeram, temos um prazo ainda até o final do ano para ajustar essa situação, e é óbvio que se houver a permanência da vigilância integral no Rio de Janeiro por parte da empresa, não é nada que venha a acintar o nosso trabalho, porque se já reduzimos vigilantes do quadro, é claro que o nosso contingente de vigilantes no Rio de Janeiro já ficou defasado, ou, pelo menos hoje, dentro daquilo que a gente acha que deve existir.

Com relação ao problema de salários, confesso a V. Exª que no momento não disponho das informações nem de um nem de outro, mas posso lhe garan-

tir que os vigilantes da Caixa não ganham no seu bojo apenas Cr$ 27 mil; talvez V. Exª esteja falando apenas do salário pago a eles, mas eles têm uma série de custos indiretos e vantagens que deverão estar agregados a este salário.

Depois, com relação ao pagamento de mais de Cr$ 87 mil, segundo V. Exª coloca, dos vigilantes da empresa, eu desconheço realmente que o valor seja deste porte porque temos contratos diferentes em cada Estado; eles dependem do dissídio, das vantagens que têm e nós não podemos uniformizar. Inclusive, já foi feita essa proposta anteriormente à administração da Caixa para que houvesse um pagamento unificado no Brasil inteiro e isso é impossível, pois cada base sindical incorpora vantagens que não podemos controlar. Mas não acredito, Sr. Senador, que o valor do salário de um vigilante seja esse valor que o Senhor falou.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Peço ao Presidente que depois solicite as informações mais detalhadas e as envie aqui para a Comissão, para que tenhamos conhecimento da realidade ou não desse valor.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Peço à Secretaia que todas as decisões que forem tomadas aqui tenham os seus ofícios expedidos imediatamente. Então, no caso do Senador Jutahy Magalhães, que promova a expedição do ofício imediatamente. Inclusive, peço para cobrar ofícios que me parece ainda não foram mandados com relação ao depoimento do Sr. João Santana, de providências e cobranças que foram feitas aqui.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Gostaria de prometer ao Senador Jutahy Magalhães que, independentemente de receber o ofício, a Presidência da Caixa, com a maior rapidez, vai responder a V. Exª

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Outra indagação que fiz, o presidente mostrou desconhecimento do fato, dizendo que não tinha condições de informar. Mas também existe essa denúncia que nos chegou de que a mesma firma teria tentado contratar os funcionários demitidos, por um valor abaixo daquele que eles recebiam na Caixa Econômica, exatamente devido a essa defasagem de preço entre o que se paga ao funcionário e o que se paga à empresa. V. Exª fala em corte de 20% aos prestadores de serviço e em um período de inflação — pode ter a inflação baixado mas não acabou, a inflação está aí existindo e nós sabemos disto. Numa altura dessa, a empresa cortar 20% dos seus contratos, ela não estaria ganhando demais, então, para cortar tanto assim?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Senador, nós não assinamos nenhum desses contratos, e talvez por esta ilação de V. Exª é que a gente tenha tomado a deliberação de tentar cortar em 20%. Nós estamos jogando duro, Senador. Nós sabemos que o dinheiro do contribuinte é pouco, o País está em uma posição difícil...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Tenho acompanhado essas denúncias do atual Governo a respeito da Administração passada. O que eu tenho estranhado é que o atual Governo é exatamante apoiado por aqueles que apoiavam a Administração passada e o que eu estranho mais ainda é que essas denúncias fiquem no vazio e que todos os desperdícios, todas essas firmas que recebiam mais do que deviam, nada disto teve conseqüências; nenhuma dessas denúncias, até agora, pelo menos, pelo conhecimento que temos, teve conseqüência.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — No caso da Caixa Econômica, Sr. Senador, acho que a maior conseqüência é denunciar isto, em respeito à Casa do povo. Então, estou trazendo ao Senado Federal e fiz aqui algumas manifestações de estranheza por parte da Caixa Econômica. A Caixa Econômica, em 90 dias, assinou contratos da área habitacional de valor idêntico quase ao do ano de 1989. Acho que não teria melhor condição de eu dizer publicamente do que aqui no Senado Federal.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Sª está fazendo bem em denunciar. Agora, V. Sª denuncia e V. Sª está no cargo, como os outros diretores, como os Ministros, como o atual presidente estão nos cargos e podem determinar as conseqüências para as denúncias: a apuração da denúncia, a comprovação da mesma e a punição daquele que cometeu a falta denunciada. Então, é isto que está faltando até agora: estas conseqüências, porque, pelo menos, do conhecimento público, acho que não é.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Ora, Sr. Senador, eu aqui na minha exposição, que acho que, lamentavelmente, V. Exª não ouviu...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — É, eu cheguei nas últimas linhas da exposição de V. Sª

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Eu disse que colocava a debate aqui no Senado Federal a necessidade de uma proteção para a administração pública nos momentos de transição, porque V. Exª sabe que há um princípio jurídico segundo o qual não há nenhum crime sem lei anterior, que o defina.

Então, o máximo que posso dizer aqui é que os meus antecessores foram imprudentes na concessão desses financiamentos habitacionais. V. Exª sabe que existe demanda por habitação no País; V. Exª sabe que a Caixa Econômica Federal vive para emprestar dinheiro ao setor habitacional; e estes contratos, Sr. Senador, foram feitos todos dentro da rotina da Caixa Econômica Federal. O que é de estarrecer é que foram feitos às vésperas de quando o País todo sabia e ansiava por um programa de estabilização econômica.

Aqui neste País — e nós precisamos mudar isto — quem tem prestígio é quem assina contrato e não quem paga contrato. Hoje, a Caixa Econômica Federal está liberando cerca de 15 a 16 bilhões de cruzeiros de financiamento habitacional e todos os dias o Presidente da Caixa lê na imprensa que a Caixa não está financiando. Nós estamos financiando 366 mil unidades habitacionais para a classe média e o Presidente Collor, através da Caixa Econômica, com os recursos do Fundo de Garantia, lançou um programa de fazer 200 mil casas para os mais desassistidos.

É possível que a grande reclamação seja a mudança de vetor: ao invés de nós continuarmos financiando apartamentos de luxo, os 200 mil que nós começamos a fazer foi para resgate do grande compromisso social que o País tem com os mais humildes.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Eu só fico satisfeito porque a Caixa financiava muitos apartamentos de luxo, shoppings centers etc., quando deveria financiar mais essas habitações para os menos protegidos da sorte.

Mas, Sr. Presidente, vários jornais têm denunciado que a reforma administrativa do Presidente Collor tem quase que se resumido na demissão dos estagiários, que viraram bodes expiatórios e representam bem mais da metade do total dos servidores sacrificados para atingir a meta do Presidente. No caso da Caixa, é muito pior: houve a dispensa antecipada de 8.529 estagiários, 76% do total de demitidos, mas

sabe-se que eles exerciam, na sua maioria, funções pertinentes aos servidores do quadro da Caixa para suprir a carência de funcionários. Por que essa perseguição aos estagiários cuja remuneração é baixíssima? E como ficam os serviços da Caixa a seus clientes sem esse pessoal?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Sr. Presidente, acho que a grande verdade que a Caixa está mostrando é que ela exonerou essas pessoas e continua funcionando, prestando serviços talvez melhores do que prestava anteriormente. Para minha satisfação, Senador Jutahy Magalhães, a folha de pagamento da Caixa Econômica Federal, que tinha sido no mês de março de Cr$ 8 bilhões e 79 milhões, no mês de abril, Cr$ 9 bilhões e 360 milhões; no mês de maio Cr$ 8 milhões e 292 milhões; no mês de junho, Cr$ 7 bilhões e 860 milhões; no mês de julho é de Cr$ 7 bilhões e 615 milhões. Essa administração, em relação ao mês de março, reduziu em Cr$ 400 milhões em valores nominais, Sr. Senador. Quando eu falo em 20% na redução dos contratos, é 20% em valor real, independente do processo de inflação.

E a Caixa vem funcionando, Sr. Senador. Aqui, na minha exposição, mostrei que os estagiários, que eram cerca de 17 mil na Caixa Econômica, representavam uma mão-de-obra que a Caixa formava para o resto do sistema financeiro. Na verdade, ao Presidente da Caixa Econômica Federal e com certeza a nenhum participante do Governo do Presidente Collor foi agradável demitir. Bom mesmo é conceder, bom mesmo é fazer e possivelmente devem ter sido aplaudidos pelos funcionários da Caixa e por muitos brasileiros os que fizeram esses desmandos, os que admitiram 20 mil em um ano, os que aumentaram o salário real em 227%. E isso, Sr. Senador, posso garantir a V. Exª que não vai acontecer na minha administração na Caixa Econômica Federal.

Os serviços da Caixa, não obstante essa redução de pessoal, continuam sendo prestados e possivelmente com mais eficiência. Eu tenho um compromisso com a sociedade, um compromisso comigo e um compromisso que tenho tornado público em diversas entrevistas: eu vou fazer na minha administração, ao fim dos 5 anos, da Caixa Econômica Federal a maior, a mais moderna e a mais eficiente instituição financeira oficial. Agora, vou fazer da Caixa Econômica Federal uma instituição que vai ter o seu objetivo social, porque é primordial que ela tenha um objetivo social. Mas ela não vai ser uma casa de assistência social. Eu não quero jamais bater nos corredores do Congresso Nacional pedindo o dinheiro do contribuinte — o dinheiro escasso que a gente precisa para fazer escolas, para fazer hospitais, para retomar as estradas públicas deste País — para subsidiar a Caixa Econômica Federal. Não usarei desse expediente do Tesouro, prometo a mim mesmo muito mais que à Nação brasileira.

Este é um compromisso comigo, Sr. Senador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Fico feliz de ver a expectativa de V. Exª e estou certo, que pela pessoa que é, V. Exª terá todas as condições de fazer uma boa administração na Caixa.

Eu posso lamentar essa questão do início do Governo. V. Sª está atendendo ordens, está atendendo determinações, porque esses cortes lineares que foram feitos em várias áreas da administração pública não podem merecer, da nossa parte pelo menos, o aplauso que alguns gostariam de receber.

Mas, no caso da Caixa, por exemplo, essas medidas tópicas de demissão de funcionários e outras anunciadas por V. Sª foram precedidas de uma análise integrativa junto com outras instituições financeiras públicas, no sentido de dar complementariedade às funções públicas relevantes nessa matéria, como linha de crédito agrícola do Banco do Brasil, ao setor habitacional, auxílio a pequena e média empresas na extensa área geográfica do País, de modo, a racionalizar a ação do Estado? A questão da reavaliação das 2.200 agências deficitárias está sendo analisada sob esse ângulo? Como é possível demitir pessoal sem o conhecimento exato da dimensão que a Caixa precisa ter para atender a essa complementariedade?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Sr. Senador, o Presidente da Caixa jamais demitiu ninguém recebendo ordens do Presidente Collor ou de qualquer outra autoridade administrativa.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Então, V. Sª me permita. Dizer que não existe uma determinação da Secretaria de Administração, o que foi declarado aqui inclusive pelo próprio Dr. João Santana, e é do conhecimento público que isso é uma determinação de Governo, o enxugamento da máquina administrativa é uma política do Governo. Então, alguns aplaudem, outros não aplaudem, mas é uma determinação do Governo. O Presidente pode não ter dito: "demita fulano, sicrano e beltrano", mas há uma determinação do Governo que cada órgão do Governo enxugue a sua máquina administrativa.

Então, é isso que eu digo quando falo em ordem do Governo.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Entendi, Senador. Peço desculpas a V. Exª mas o que quero dizer é que jamais o serviço da Caixa poderia ser afetado em relação a qualquer nível de demissão. Nós estamos atentos a isso em termos de Governo e em termos de Caixa Econômica. A nossa idéia é dar eficiência ao setor público. Precisamos revitalizar o setor público brasileiro, porque o seu nível de eficiência caiu muito. E todo o estudo que for feito de rede de agência levará, certamente em conta, o compromisso que as instituições oficiais têm com a sociedade.

Não posso aceitar que a Caixa Econômica seja administrada simplesmente como um banco comercial. Ela terá que existir com suas funções sociais. E o Presidente da Caixa não vai ter nenhum temor em bater nos corredores do Congresso para pedir também que os fundos sociais sejam geridos pela Caixa Econômica. Se tenho grandes compromissos sociais com este País, se a Caixa é o Banco da comunidade ela irá à ponta e vai financiar casa e saneamento. A Caixa terá que ser, também a gestora dos fundos socais deste País.

Este é um compromisso que também tenho dentro da minha gestão: procurar lutar com o Congresso Nacional para carrear para a Caixa Econômica Federal muitos desses fundos que hoje são geridos fora da Caixa. E quero dizer a V. Exª, se puder com o meu passado tranqüilizá-lo, que a Caixa Econômica Federal irá rever a sua rede de agências mas sempre, e como disse aqui na minha exposição, esgotando todos os meios, todas as alternativas possíveis para não fechar nenhuma agência.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Mas a questão que levantei foi se teria sido feito o estudo prévio para dimensionar, inclusive, o entendimento entre a Caixa Econômica, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, esses órgãos do Estado para dimensionar esse enxugamento da máquina administrativa sem criar nenhuma dificuldade para o exercício dessas funções.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Antes iremos estudar o redimensionamento da rede de agências. No caso da Caixa Econômica as posições que tomamos de demissões — fiz aqui na minha exposição, Sr. Senador — esses 2.345 funcionários foram todos admitidos no mês de março. É uma estranha coincidência. A Caixa não iria parar, Sr. Senador. Eu ia assumir a Caixa no dia 15. Se faltassem funcionários, se o serviço estivesse tendo impossibilidades de serem feitos, possivelmente iria ao Secretário João Santana, ao Presidente Fernando Collor, à Ministra Zélia Cardoso de Mello, dizendo que a instituição não pode funcionar. Falta funcionário! Mas esse não era o caso. Nomearam nos estertores! Nomearam 2.300 no mês de março.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Senador Jutahy, pergunta-me uma intervenção no seu debate?

Gostaria de perguntar, no espaço do Senador Jutahy Magalhães, se essas nomeações foram de pessoas concursadas ou não concursadas?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — A Caixa Econômica Federal só tem concursados, Sr. Senador. Todas as nomeações são de concursados. A Caixa Econômica Federal só tem concursados.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Só há concursados. É porque há um caso estranho. Naturalmente não estranho com relação à Caixa, mas estranho com as suas conseqüências sociais. Pessoas que deixaram seus empregos, inclusive em órgãos federais, para assumir na Caixa Econômica convocados após a realização do concurso.

Ocorreu que essas pessoas foram demitidas da Caixa Econômica e, logicamente, não podem retornar a seus empregos no DNER e, por exemplo, em bancos estaduais e outros órgãos igualmente estatais tanto quanto a Caixa Econômica.

Fiz essa pergunta apenas para um esclarecimento, porque pretendo abordar esse assunto no Senado Federal, defendendo um meio pelo qual o Governo possa reabsorver aqueles que, confiando na Caixa Econômica, perderam, no entanto, o seu emprego original. Era somente essa intervenção.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Outra pergunta, Sr. Presidente.

A Caixa teve que absorver, no Governo passado, um grande contingente de servidores do BNH. Agora há a denúncia de que houve discriminação na escolha de servidores demitidos no caso de vigilantes, motoristas e telefonistas, pois foram atingidos preferencialmente os originários do BNH.

Queria que o Sr. nos informasse o que tem sido feito em termos de reaproveitamento, treinamento, redirecionamento a fim de dar melhor utilização e maior produtividade a esse grupo de servidores do BNH, ou será que esses servidores continuam, em sua maioria, no Rio de Janeiro e subaproveitados por descuido da administração do Banco?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Sr. Senador, garanto que não houve qualquer discriminação contra nenhum funcionário. Aos funcionários da Caixa, aqueles concursados, tinham dito sempre que na hora em que os funcionários do BNH, por uma decisão legal, foram incorporados, eles viraram funcionários da Caixa. E aos funcionários do BNH que têm um corpo técnico excelente, mas que residem todos ou a grande maioria no Rio de Janeiro, estou fazendo as ponderações de que não podemos ter — acho que o número de médicos era maior, mas o meu assessor está dizendo que são 43 médicos — na sede da Caixa Econômica no Rio de Janeiro. Somos um País pobre, Sr. Senador. Quarenta e três médicos na nossa Bahia, poucos municípios devem ter.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Municípios, quase nenhum!

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Temos isso na Caixa Econômica. E são esses excessos e exageros que não podemos compartilhar. Precisamos ter o apoio da sociedade para evitar esse tipo de demanda. E é realmente difícil, Senador, porque bom mesmo é terem sido nomeados os 43 médicos. Transferir médicos, demitir médicos, isso tudo tem problema e existem pressões enormes e contra pressões para que isso não aconteça.

Mas não podemos, num País pobre como o nosso, saber e eu ter a tranqüilidade de chegar aqui no Senado e dizer que tenho 43 médicos no Rio de Janeiro e os municípios brasileiros não têm médico! Tenho técnicos do melhor gabarito. Sei que todos esse técnicos que o Sr. está se referindo são do melhor gabarito. Mas eles não devem estar no Rio de Janeiro, Ipanema, Copacabana, Barra da Tijuca. Eles deveriam estar no interior da Bahia, de S. Paulo, de Pernambuco, levando desenvolvimento. E iremos fazer essas transferências. Primeiro, fizemos opções porque queremos sempre fazer por critérios.

O primeiro critério que demos foi abrir um voluntariado de 55 técnicos. Cerca dos 500 que existem no Rio de Janeiro já optaram por se deslocarem do Rio de Janeiro às outras regiões do País.

Não sei se, ontem, foi aprovado em nossa reunião de Diretoria um voto dando ao Diretor de Pessoal uma delegação para que ele executasse essas transferências. E vamos começar por essas cinqüenta e cinco. E vamos longe! Isto por que, Senador, o compromisso que tenho é com a administração da Caixa, de ela ter uma grande gestora. Sou homem da iniciativa privada. Questionam-me, na Caixa, porque colocaram um homem da iniciativa privada na Presidência da Caixa. Vou voltar para a iniciativa privada, e quero voltar, como disse aos funcionários da Caixa, com o meu **curriculum** engrandecido. E o meu **curriculum** vai ficar engrandecido porque vou sanear a Caixa Econômica Federal. Vou fazer da Caixa Econômica Federal um instrumento de desenvolvimento deste País, que ela não tem sido, ou tem sido de forma errônea.

Então, Sr. Senador, posso tranqüilizar a V. Exª e ao Senado de que esses técnicos serão criteriosamente transferidos. Não vou deixar, seguramente, esse número de técnicos no Rio de Janeiro, porque não há necessidade, temos outras carências em outras regiões do País.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Não veja, V. Sª nisto qualquer indelicadeza, porque eu não seria indelicado para com V. Sª de forma alguma.

Mas, nesta resposta, não atendeu V. Sª à pergunta, porque V. Sª falou que, realmente, alguns fizeram voluntariado. Mas existe algum trabalho, dentro da Caixa, para o reaproveitamento daqueles funcionários que eram do BNH, com treinamento para eles poderem exercer aquela função que interesse à Caixa? Fala V. Sª que, até hoje, quinhentos e tantos técnicos estão lá no Rio de Janeiro. O que se está fazendo com esses quinhentos e tantos Técnicos que estam lá no Rio de Janeiro, pelas declarações de V. Sª, sem ter o que fazer?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Vamos transferi-los para utilizar toda a sua capacidade em locais em que a Caixa tenha mais necessidade. Estamos fazendo uma reavaliação de nosso quadro de pessoal, e, suponho, para exemplificar: no Estado da Paraíba, existem dois

engenheiros. Aliás, é um Estado difícil, porque tem até sobrando. No Estado de Pernambuco, existem quatro engenheiros sanitários. Vamos, então, tentar aumentar para seis ou oito essa lotação. Queremos dar oportunidade, queremos utilizar todo esse potencial de trabalho que esses técnicos do BNH têm. Não temos qualquer restrição a qualquer técnico do BNH. Queremos apenas alocá-los onde eles possam produzir mais para a Caixa Econômica Federal e para o País.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Ouvi, pelo pronunciamento de V. Sª e pelas declarações que tem feito, em resposta às indagações que fiz, a preocupação com os gastos da Caixa Econômica. Tem V. Sª a preocupação de evitar dispêndio maior, desnecessário?

Ontem, fiz um pronunciamento no plenário do Senado a respeito da publicidade do Governo Collor e tive oportunidade de abordar alguns pontos.

A Caixa, por exemplo, e outros órgãos estão cortando pessoal, e o Governo Collor está gastando quinhentos milhões de dólares em publicidade. Agora, a Caixa, que está cortando tanta gente, está fazendo campanha de publicidade e, como eu disse ontem, essas campanhas estão sendo entregues, por coincidência, ou não, à empresas que fizeram a campanha do Presidente Collor, quando ele era candidato, sem concorrência e sem licitação, sem nem a pré-classificação das empresas que normalmente fazem a pré-classificação para poderem ser beneficiadas, ou não, pelos dirigentes dos órgãos públicos.

Mas existe uma outra campanha, também, de obras do Governo Federal, que é assinada com apoio da Caixa Econômica Federal. Qual é esse apoio, Sr. Presidente? Quanto está custando isto à Caixa Econômica Federal?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Senador, uma das coisas mais gratificantes, para mim, hoje, é ver realmente a mudança que este País sofreu depois do Programa de Estabilização e depois que o Presidente Collor assumiu o Governo.

Não deve saber V. Exª, mas a Caixa Econômica Federal nunca fez licitação para nenhuma instituição, nenhuma qualificação para as empresas que fazem publicidade da Caixa Econômica Federal.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Não devo saber, não, acho que sei porque fiz isto ontem, fiz o discurso e falei sobre isto; sobre a lei que determina que todas as empresas apresentem o mesmo preço, o mesmo valor, 20% do valor da propaganda. Então, não houve uma verdadeira licitação. Mas há uma pré-classificação, uma pré-qualificação das empresas.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — A Caixa Econômica tinha contratos, tempo de televisão e espaços de jornal comprados há mais de um ano, nobre Senador, tudo pago por antecipação. Lamentavelmente, não sabia que poderia ser inquerido sobre isso. Não tenho aqui os números da centrimetragem — não sei se o Assessor de Comunicação está presente — que a Caixa Econômica Federal tinha.

A Caixa Econômica Federal é uma instituição diferente, precisa concorrer, V. Exª que vê televisão todos os dias, pode observar que as instituições financeiras estão todos os dias na televisão. Hoje, por exemplo, é um momento importante para a Caixa Econômica Federal estar no ar com a Caderneta de Poupança.

É uma omissão que tem hoje a Caixa Econômica Federal, porque ela deveria estar brigando pela posição da caderneta de poupança.

A Caixa Econômica Federal, Senador Jutahy Magalhães, tinha comprado uma quota na TV Manchete para transmissão da Copa do Mundo. Já havia pago, com exceção da última parcela, e nós pedimos autorização dentro da lei, porque quando o Presidente assumiu, para moralizar esse sistema de publicidade brasileiro, Sua Excelência baixou alguns decretos, inclusive tornando público todos esses atos feitos às escondidas que foram publicados no **Diário Oficial**. Eu mesmo publiquei todos os contratos que a Caixa Econômica Federal tinha no **Diário Oficial**. No caso fizemos, realmente, filmes para a televisão para utilizar o tempo que já estava comprado na TV Manchete e na própria TV Bandeirantes.

Em seguida, Senador Jutahy Magalhães, V. Exª sabe que este País foi varrido por uma onda de pessimismo. Diziam que a poupança tinha acabado e, agora, ela está aí revitalizada, chegando a quase um trilhão de cruzeiros. O povo está fazendo fila para aplicar novamente na Caderneta de Poupança e a Caixa Econômica Federal tinha, seja como grande órgão captador de poupança, seja o grande instrumento, o grande braço social do Governo, ela tinha que aparecer na televisão. Ela tinha de dizer que a Caderneta de Poupança estava viva, e a Caixa Econômica Federal o fez e não se omitiu. Fê-lo de acordo com a lei.

Quando o Presidente Collor de Mello baixou os decretos, S. Exª dava as condições de excepcionalidade. Pedimos a excepcionalidade e ela foi dada.

Em relação à campanha do Governo sobre o programa de estabilização, que tem o apoio da Caixa Econômica Federal, não tenho os valores exatos e sob compromisso de juramento não quero dizer quanto posso, mas também vai na minha indagação...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Sª poderia, pelo menos, dizer qual o benefício para a Caixa Econômica Federal, não a campanha da Caderneta de Poupança, mas a campanha de propaganda do Governo, apenas com o apoio da Caixa Econômica Federal. Qual o benefício da Caixa Econômica Federal?

O SR. LAFAIETE COUTINHO — O benefício, Senador Jutahy Magalhães, é utilizar esse ar de modernidade, de eficiência deste Governo com a Caixa Econômica Federal. Consegui vincular o nome da Caixa Econômica Federal a esse programa de estabilização, que está resgatando o povo brasileiro daquela hiperinflação que hoje parece uma ficção. Porém, no dia 10 de março, vivíamos, aqui, uma inflação de 100%, e esta é a vinculação do nome da Caixa Econômica Federal a esse ar de modernidade, de eficiência que é a conseqüência que vou dar à Caixa Econômica Federal.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Vejo até com curiosidade esse ufanismo daqueles que servem em determinadas funções públicas, atualmente. Isso acompanha o ufanismo do Presidente da República. V. Sª acaba de falar na Caderneta de Poupança. O Presidente da República deu entrevista, há tempos atrás, dizendo que no seu Governo a Caderneta de Poupança não tinha sofrido grandes retiradas; pelo contrário, estava crescendo. Fiz então um pedido, um requerimento de informações à Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, Zélia Cardoso de Mello, que, também faz parte desse ufanismo nacional. S. Exª teve que me dar a resposta correta e mostrou que o prejuízo das Cadernetas de Poupança nos meses de abril, maio e junho tinha sido da ordem de setenta e seis bilhões, pelo menos em cada mês. Estava havendo um decréscimo. Com o IOF que foi criado por este Governo, é lógico que

isso é uma tendência natural de quem aplica. Quem tem poucos recursos para aplicar, vai aplicar na Caderneta de Poupança que não paga o IOF. Isso é natural. Mas até hoje não conseguiu reconquistar aqueles depósitos que eram feitos anteriormente no Plano Cruzado. Está no ofício da Ministra Zélia Cardoso de Mello. Por isso, não adianta ninguém vir aqui com ufanismo para dizer o contrário.

Quando V. Sª diz que neste Governo se fez a moralização da publicidade, discordo. Não vou dizer que seja imoral, mas dizer que está diferente dos outros, não é verdade. Está sendo distribuída a publicidade de acordo com o interesse e a vontade da autoridade. Por coincidência, estão entregando publicidade àquelas empresas que fizeram a campanha do candidato Collor de Mello. Essas são as empresas que estão recebendo a publicidade. Da Caixa Econômica Federal, também, foi entregue a alguém que fez a campanha do citado candidato. Isto é público e notório!

Querer "tapar o sol com a peneira não adianta". V. Sª não veja nisto uma indelicadeza; veja alguém que está discordando. V. Sª deu respostas discursivas, mas os pontos realmente positivos, objetivos, estes não foram dados.

É muito interessante observar o ufanismo do Governo, quando o Presidente da República faz uma declaração pública, afirmando que a inflação do mês de agosto será de 3%. Esta é uma prova de ufanismo, porque isto não acontecerá e todos sabem! E isto se acentua quando vem a Ministra Zélia Cardoso de Mello e diz que não será 3%, mas 6%. Também não será 6%!

São essas informações que buscamos. Nós, das CPI, do Senado, somos despreparados para exercitar a verdadeira função das CPI. Ainda não temos o costume que existe em países com maior experiência nessesentido, com poder econômico mais amplo. Nesses casos, por exemplo, quando vêm aqui o Presidente da Caixa Econômica e o Presidente do Banco do Nordeste, deveríamos estar aqui com o pessoal até de fora do Senado que tivesse o conhecimento para arrancar de V. Sª aquilo que precisamos.

Desta forma, temos de nos basear em informações de jornais, de sindicatos, daqueles que nos trazem, quase que espontaneamente, aquilo de que precisamos. E não conseguimos chegar tão a fundo nessa questão.

V. Exª me desculpe, mas nesse caso da Caixa Econômica, não estou satisfeito com as respostas. E nesse caso da publicidade, penso que não há condição de esconder a verdade. V. Sª tem razão a lLei permite excepcionalmente.determina que as empresas de publicidade, quando apresentarem suas propostas — todas têm de apresentá-las, — vão ganhar os 20%. Então, não há verdadeiramente uma licitação ou uma pré-qualificação das empresas para receberem os favores daqueles que estão no poder.

A moralização não foi trazer para o seu gabinete, para uma pessoa só distribuir as verbas de propaganda. Esse não é o sentido de moralização. A moralização seria no sentido de, já que tanta coragem se tem para tantas coisas, que se cortasse essa publicidade que V.Sª disse já existir desde o Governo passado. Não se deveria também fazer o prolongamento de Corte? Tantos funcionários estão aí passando fome porque foram demitidos. Não era necessário fazer as despesas que o Governo vem fazendo até na publicidade? Quinhentos milhões de dólares não são brincadeira para um País que não tem recursos. Por isto também me permiti o direito de fazer um questionamento, que não é bem nessa fase, mas fazer um pequeno discurso, porque ouvi vários.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Côrrea) — Queria fazer alguma observação?

O SR. LAFAIETTE Coutinho — Não tenho vivência parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) Passo a palavra ao nobre Senador Pompeu de Sousa.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, Srs. participantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a minha intervenção na inquirição do Presidente da Caixa Econômica Federal será, de certa forma, apenas complementar a do nobre Senador Jutahy Magalhães. Identifico-me totalmente com suas posições. Querendo fazer como o meu nobre Colega Cid Sabóia de Carvalho, que pegou uma carona no tempo do Senador Jutahy Magalhães, eu me reservei para esta indagação complementar:

Em primeiro lugar, tal como Jutahy Magalhães, rendo, neste momento, uma homenagem ao nosso saudoso amigo Lafaette Coutinho, com quem participei de muitas atividades culturais e institucionais neste País. De modo que S. Sª, o presidente da Caixa carrega, fazendo supor que se trate de um parente próximo, mas quero, inclusive, louvar, já que estamos na parte incial de louvação, o Sr. Lafaiette; louvar a manifestação de independência que S. Sª adotou quando disse que as suas decisões não resultam de ordens do Governo, ordens, sequer, do presidente. Isso é um ato realmente, quase de rebeldia. Eu, como sou um rebelde, gosto muito dos rebeldes.

Agora, eu me permitiria ter uma certa dúvida em relação ao teor dessa rebeldia, de vez que temos bastante experiência, o saber de experiência feito nos poucos meses em que o Sr. Collor de Mello está governando este País, do seu autoritarismo. De forma que acho surpreendentemente que um funcionário demissível **ad nutum** seja tão independente. Mas, se realmente isso é verdade, eu me congratulo com S. Sª Só não gostei dessa parte — vamos dizer — inicialmente das minhas observações, da insistência com que S. Sª insistiu, insistiu, no termo "modernidade". Meus Deus, eu já não posso nem ouvir essa expressão! Parece-me, realmente, um passa-moleque — vamos dizer — semântico, quase uma molecagem semântica, que este País adota muito, de dizer as coisas justamente significando o contrário.

Quando o Sr. Getúlio Vargas deu um golpe de Estado desinstitucionalizando este País e estabelecendo um regime tirânico, um regime fascista, ele chamou isso de Estado Novo. Nós sabemos que a tirania é a coisa mais velha do mundo.

Quando esse outro rapaz assume o Governo, com uma feição semelhante, eu até costumo dizer que ele me parece mais neto de Getúlio Vargas do que neto de Lindolfo Collor, a quem muito aprecio e cuja memória cultuo pela sua independência, pela sua bravura e pela sua inteligência. Esse jovem assumiu o Poder com feições getulianas, quase de neto de Getúlio Vargas. Realmente ele, também, instituiu o Brasil Novo, Oh, meu Deus do céu, tanta modernidade me parece uma modernice modernosa! De vez que o neoliberalismo que os neoliberais proclamam por aí não parece muito distante do liberalismo do Adam Smith.

Bem, são considerações à margem, porque me causam um certo horror, um velho professor de português, essas prestidigitações semânticas que estão sendo feitas a torto e a direito. Eu também, aqui, não posso ouvir falar em "transparências", porque as coisas mais opacas

são tidas como transparências, são transparentes.

Bem, mas vamos ao interrogatório complementar, se é que eu poderia complementar alguma coisa do Senador Jutahy Magalhães, que foi tão completo na sua inquirição. Mas, na resposta de S. Sª o presidente da Caixa, Presidente Lafaiette Coutinho, referindo-se àquele seu ato que determinou um sistema de demissão automática de mais de dois mil funcionários por dia — se não me engano —, enquanto durasse a greve, S. Sª justificou essa sua decisão, esse seu comportamento, baseado na feição do aspecto de ilegalidade que a greve legal, como toda greve, desde que não foi declarada ilegal, tinha o pressuposto de legalidade; S. Sª não argüiu essa ilegalidade, mas, aqui S. Sª invoca a ilegalidadedaquilo que é o constrangimento dos que querem trabalhar. Isso, para usar a linguagem sindical, os piquetes, os piqueteiros que impedem os colegas de trabalhar.

Pergunto a S. Sª se esses dois mil e tantos demitidos por dia eram piqueteiros ou eram indiscriminadamente demitidos, como foram indiscriminadas as demissões, de modo geral, do Sr. João Santana? Essa é a primeira pergunta que faço a S. Sª

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Sr. Senador, honra-me muito ser inquirido por V. Exª, a quem aprendi a admirar muito cedo. O bom da democracia é que a gente pode ter posições distintas e se respeitar.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Muito bem!

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Senador, nós não demitimos dois mil e quinhentos grevistas, nós fizemos uma ameaça. A greve acabou. Então, nós não fizemos essas demissões, nós demitim alguns piqueteiros que realmente subverteram, na nossa ótica, a ordem e agrediram funcionários da Caixa que queriam trabalhar. V. Exª sabe que num embate os generais têm de utilizar de todas as armas, e a utilização dessas armas é que mostra a diferença dos generais.

O SR. POMPEU DE SOUSA — V. Sª me tranqüiliza. A ameaça não se transformou em ato. Ainda bem!

A segunda pergunta é referente ao problema dos vigilantes e da instituição da prestação de serviços que eu abomino e que, infelizmente, a nossa própria Casa a pratica. O Senado tem, adota essa instituição. Confesso que sou muito intolerante porque me parece um processo, vamos usar um termo um pouco duro talvez, não sei se fere o decoro parlamentar, mas eu acho que essas empresas prestadoras de serviços praticam uma cafetinização do trabalhador, porque pagam uma miséria ao trabalhador, pelo seu trabalho e cobram uma fortuna à instituição que a contrata para essa prestação de serviço.

Pergunto a S. Sª, o presidente da Caixa, se realmente o pessoal que foi dispensado foi posto em disponibilidade pelo pessoal de vigilância, ou se foi pura e simplesmente demitido, porque se foi...

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Em nosso caso nós temos uma posição distinta. São regidos pela CLT e temos essa faculdade de demitir e, evidentemente, tudo dentro da lei, passando todos os direitos que a legislação determina.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Pelo menos, na Caixa, os excessos do Sr. João Santana não foram cometidos e não são só excessos paradoxos, porque há várias instituições onde os vigilantes estão percebendo os seus salários por terem sido postos em disponibilidade e as empresas prestadoras de serviços recebendo vultosos pagamentos pelo mesmo salário, de forma que há apenas duplicação de despesas.

Apenas a título de pura observação marginal, sem querer com isto desprestigiar o Sr. Diretor Administrativo, dizia que o meu colega Jutahy Magalhães, em matéria de informações sobre remunerações, etc, está mais bem informado do que S. Sª. O Senador Jutahy Magalhães foi ao detalhe, 87 mil, 77 cruzados e 80 centavos e S. Sª não sabia nem o grosso. Isso mostra que o meu colega Jutahy Magalhães está mais atento à administração do que o próprio Diretor Administrativo.

Outra coisa que eu gostaria de interrogar e naõ sei se o Presidente pretende responder ou próprio Diretor, não sei, a esta observação, ainda estou no campo da vigilância e gostaria de indagar sobre se havia realmente esse excesso de vigilância e se a redução da vigilância — S. Sª diz que havia realmente um empreguismo muito numeroso — se esse enxugamento, palavra que eu não posso mais nem ouvir falar — como se molha este País de enxugametos. Os cacoetes verbais realmente afetam a alma deste velho professor de Português. Vamos usar a língua sem cacoetes. E esse enxugamento que o Governo tanto apregoa não teve a vigilância em estado de vigilância, de vez que a Caixa tem sido assaltada com assaltos bastantes vultosos nas suas agências? Esta é a segunda pergunta da área vigilancial, sem querer criar neologismo, porque eu não sou o Ministro do Trabalho, que é um criador de neologismos.

O SR. LAFAYETTE COUTINHO — Senador, eu posso, depois, passar a palavra para o Diretor de Administração, para que ele possa explicar a posição da indagação do Senador Jutahy Magalhães novamente? Nós trouxemos alguns números que mostram que o funcionário da Caixa ganha hoje mais do que a média do sistema bancário oficial, até mais do que, possivelmente, outras instituições que são expostas perante a sociedade. Direito, aliás, que conquistaram, e que eu pretendo mantê-lo, desde que a Caixa seja eficiente. Eu não quero achatar salário de funcionário. O que eu quero é que a Caixa seja eficiente; O que eu quero é que a Caixa tenha a sua posição de instituição financeira bem executada e a sua posição de instituição social bem executada. É o meu compromisso.

Não tenho vivência Parlamentar, eu não conheço o Regimento, mas eu me permitiria dizer já que o Senhor invocou tanto a sua condição de professor de português, quando era jovem, eu ouvia uma fábula que, vez por outra, eu me lembro de contar. Existia um pântano, e tinha uma cobra que comia os sapos. E os sapos começaram a ficar preocupados, tinha o sapo mais diligente, mais ufanista, e aí esse sapo olhou para o coruja e disse: — Coruja, o que é que eu faço se a cobra vier me comer? A coruja disse: Não tem problema nenhum: você voa! O sapo, então, ficou tranqüilo. E ele já tinha o conselho da coruja, porque quando a cobra fosse comê-lo, ele voava, ele ficou tranqüilo. Um dia o sapo vem e depara com a cobra. Aí, embaixo da árvore onde estava a coruja, a cobra olha e vai dar o bote. O sapo olha e diz para a coruja: Mas, coruja, sapo não voa! E a coruja disse: O meu compromisso é com princípios não é com a realidade.

Então, eu não sou coruja, e nem quero ser sapo para ser comido. Agora, o meu compromisso, como Presidente da Caixa, é com a realidade. A realidade mostrava que a Caixa Econômica ainda tem funcionários em excesso para o seu tamanho. O que é que a gente

tem? Ou poderemos diminuir o número de funcionários, ou podemos melhorar a eficiência da Caixa, aumentando os seus negócios. A minha linha é de desenvolvimento e de progresso. Eu vou tentar fazer da Caixa, o que digo novamente aqui, o maior e mais eficiente, pedindo desculpas pelo respeito que tenho ao senhor, o mais moderno banco oficial do País.

O SR. CARLOS ALBERTO SIQUEIRA — Eu queria só dizer ao Senador que eu tenho a absoluta certeza que V. Exª não queria, naquelas palavras, me humilhar. Mesmo porque Senador, eu, que comecei a minha carreira bancária como servente, varrendo chão e servindo cafezinho, a essa altura não me sentiria humilhado com qualquer tipo de colocação.

Então, da mesma maneira como eu não tenho todos os números na cabeça, até porque eu sou Diretor da Caixa talvez há 60, 90 dias, e eu que militei em toda a minha vida na linha de frente, ou seja, nas agências e nas superintendências, não poderia, a essa altura, entender de tudo e ter decorado todos os números na cabeça. Como eu acredito que o Senador, em que pese toda a sua vivência, não deve também, vamos dizer, ter tudo, todos os números, todas as leis e todos os capítulos, aqui do Senado, também na cabeça. Portanto, confesso, realmente, a minha ignorância nesse assunto, eu não decorei essa parte. Também tenho a convicção de que pode haver até um equívoco por parte do Senador Jutahy Magalhães, com relação a esses números. S. Exª pode também não ter sido bem informado. Agora, eu lhe confesso que, durante a minha gestão, eu deverei, mais adiante, ter mais embasamento, mais aprendizado, porque na vida nós sempre estamos a aprender. E eu creio que, por menos capacidade que eu tenha, eu haverei de adquiri-la, principalmente participando do colegiado, como eu estou participando hoje, na Diretoria da Caixa Econômica.

Com relação ao problema da vigilância, não é norma da instituição, ou não é desejo que a gente tenha prestadores de serviços no quadro da Caixa, ou seja, vigilantes, copeiras, telefonistas. Isso são quadros que estão em extinção e que nós pretendemos extinguir. Porque nós, na nossa filosofia, achamos que a mão-de-obra contratada fora, ela para gente é mais proveitosa, ela é mais descartável, ela é mais mutável. Nós temos, inclusive, a possibilidade de sempre melhorá-la, quando nós quisermos, porque se uma empresa não estiver prestando bem esse serviço nós temos como contratá-lo de outra empresa que queira prestar melhores serviços, e o senhor pode ter certeza que haveremos de perseguir sempre com que esses valores sejam os menores possíveis. Porque nós entendemos que o quadro de pesosal permanente é um quadro de pessoal muito caro e que a permanência dessas pessoas fora do destinamento maior da instituição, é a de atender o público diretamente nos seus serviços, ele pode ser perfeitamente substituído por esses prestadores de serviços.

O SR. POMPEU DE SOUSA — A propósito do assunto, eu quero dizer, inicialmente, ao Diretor Administrativo, embora devesse começar pela resposta ao próprio Presidente, que, longe da intenção, da mais remota intenção deste velho Senador de ofender, humilhar alguém, aliás, eu disse de saída isto. Eu apenas estranhei o conhecimento tão acurado e apurado do Senador Jutahy Magalhães, num assunto que devia ser mais de S. Sª. Entretanto, acho perfeitamente normal, normalíssimo, que S. Sª não tenha os números na cabeça. Eu jamais os teria. Eu não tenho nenhum número na cabeça. Se não o tiver escrito aqui, eu não guardo nem data de aniversário de filho, às vezes, porque é número. Realmente, eu sou meio infenso a número, em nato e em neto.

Agora, eu quero dizer, realmente, que longe de mim qualquer intenção e qualquer propósito de humilhação, não ao Diretor Administrativo da Caixa Econômica, mas ao homem, à criatura humana ainda mais um homem que tem um **curriculum** como S. Sª acaba de declarar que começou como trabalhador manual. Eu jamais humilharia, sobretudo, o homem do trabalho manual, que dentro do senhor deve habitar. Porque todos nós trazemos o nosso passado para o nosso presente e, de certa forma, projetamos nosso futuro.

Eu me dou por satisfeito com relação a este assunto. Mas, finalmente, quero felicitá-lo por conhecer pessoalmente o Presidente da Caixa Econômica, a quem conhecia apenas de televisão — aliás, como conhecia de televisão, inclusive, este **curriculum** do Diretor. Sou um atento ao noticiário de televisão e devo dizer que realmente isso me deu uma grande simpatia a seu respeito. Mas quero felicitá-lo por reencontrar no Presidente da Caixa Econômica um pouco do meu amigo Lafaiete Coutinho, o senso de humor e tudo mais porque, na verdade, este velho Senador cultiva isso.

Eu costumo dizer, como os velhos lusitanos, que é preciso fazer boa cara à má fortuna. Então, é preciso um pouco de bom humor para a gente aturar as atrocidades da vida, sobretudo as atrocidades que infelicitaram este País no dia 15 de março. Vamos adiante.

Finalmente, eu gostaria de abundar nas considerações do meu colega Senador Jutahy Magalhães com relação à publicidade, cerca de 500 milhões de dólares, já nem me lembro mais.

Eu já ouvi isso várias vezes, mas números eu não guardo. São 500 milhões de dólares, vamos dizer, nesse estado de livre concorrência, de livre mercado das empresas de publicidade, que é um falso mercado, porque, na verdade, é um livre mercado com cartas marcadas, porque não se pode nem fazer licitação pública como a administração pública aconselharia, e, aliás, sobre isso o Senador Jutahy Magalhães fez um excelente discurso no Senado ontem ou anteontem — já não me lembro mais, porque são tantas as sessões de que a gente participa...

Eu gostaria de saber por que essa coincidência espantosa de que a publicidade da Caixa Econômica tenha citado as duas agências que fizeram a campanha eleitoral do Presidente Fernando Collor de Mello, por que em vez de apregoar as vantagens da Caixa, os benefícios, as benemerências da Caixa quer dizer, entre no coro de louvores ao jovem ardoroso e ardego esportista que governa este País como quem está praticando uma aula de caratê?

É a última pergunta que faço a S. Sª se S. Sª achar que respondeu anteriormente...

O SR. LAFAIETE COUTINHO — Eu pensei até que a minha resposta ao Senador Jutahy Magalhães tivesse bastado, mas se o Sr. não está satisfeito, eu vou tentar...

O SR. POMPEU DE SOUSA — Se S. Sª se considera satisfeito, eu queria apenas fazer mais esse comentário.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Exª me permite uma complementação? Eu acho que o problema é uma pergunta objetiva, e bem objetiva, que faz o Senador Pompeu de Sousa: por que a Caixa Econômica deu preferência às empresas Setembro e Geovani, quando outras empresas

já faziam a propaganda da Caixa? Deve ter havido alguma motivação para isto.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Foi exatamente o que perguntei, por que essa coincidência "espantosa"?

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa — Fazendo soar a campainha.) — Dr. Lafaiette, por gentileza. Gostaria que o senhor respondesse à pergunta.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Senador, a propaganda do Governo, que tem o apoio da Caixa Econômica Federal, como disse, é uma propaganda — aliás, está lá escrito: "Governo Federal, com o apoio da Caixa Econômica Federal".

O apoio da Caixa, volto a dizer, é a vinculação que esta Presidência acha importante para a Caixa Econômica se vincular a um projeto de Governo que tirou este País da hiperinflação, a um projeto de governo que está mudando este País, a um projeto de Governo que liberou preço e deixou estabilizada a economia, a um projeto de Governo que fez uma política industrial nova, a um projeto de Governo que ontem lançou um apoio à agricultura inédito neste País. Esta vinculação à Caixa eu acho salutar e acho importante que a Caixa mantenha.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa — Fazendo soar a campainha.) — Eu me permitiria fazer um apelo aos Srs. Senadores, em virtude...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — A resposta não foi dada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Perfeitamente, Senador Jutahy Magalhães, um minutinho só. Já havia iniciado; vou concluir. Farei um apelo, se for possível, para os Srs. Senadores serem mais sintéticos nas indagações, porque temos que ouvir o Presidente do Banco do Nordeste, que está aqui e deslocou-se para Brasília.

Concedo a palavra ao Senador Pompeu de Sousa.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Gostaria, Sr. Presidente, se V. Exª me permitisse, de fazer uma pergunta que tinha anotado e esqueci, que é a seguinte: S. Sª, o Presidente da Caixa, afirmou, a propósito do financiamento de unidades residenciais, a que se referiu também o Senador Jutahy Magalhães, que havia sido feito um número altíssimo de financiamentos, às vésperas do Plano de Estabilização Econômica e Financeira, já do conhecimento geral. Pergunto a S. Sª, se esse conhecimento não me pareceu tão geral assim, de vez que isso pegou o País tão de surpresa que os pobres poupadores da caderneta de poupança tiveram que desembolsar das suas paupérrimas economias, e só algumas pessoas privilegiadas tiveram conhecimento disso. Pergunto: de quem foi esse conhecimento antecipado ao Projeto de Estabilização Econômica e Financeira, porque não me parece que tenha sido tão geral assim.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Concedo a palavra ao Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Antes de responder a essa pergunta, gostaria que o Sr. Presidente da Caixa Econômica respondesse à anterior.

Qual a razão que a Caixa teve para escolher as empresas de propaganda. V. Sª já saiu dizendo que não tem nada a ver com a outra propaganda, que é do Governo, mas a da Caixa Econômica — V. Sª disse que está se fazendo uma propaganda da Caixa Econômica, de caderneta de poupança, não sei qual é. Então, por que foi escolhida a empresa Setembro? Eu queria saber por que, qual foi a razão?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Pelo critério que a Presidência da Caixa julgou mais adequado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Qual é o critério?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — O critério de competência técnica, Senador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Aquela empresa que fazia anteriormente a propaganda da Caixa não tinha competência?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Não estou dizendo que não tinha competência...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Mas tinha menos competência do que a Setembro. No ponto de vista de V. Sª, teria menos competência do que a Setembro?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Para o que eu pretendia.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Qual foi a campanha feita pela Setembro que permitiu a V. Sª considerar que ela tinha mais competência?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Ela, aliás, já prestava serviço na Caixa, Senador. O meu assessor de comunicação, que não está presente, me informou que a conta da Caixa era dada a diversas empresas.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — A conta da Caixa era distribuída entre várias empresas.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Entre várias empresas.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — E V. Sª achou mais conveniente uma.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Exatamente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Por coincidência, a Setembro.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Como estou sob juramento, e meu assessor de comunicação não está presente, eu não quero dar-lhe esta segurança. Por isso não estou respondendo ao Senhor.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — A propaganda da Caixa ainda é feita pela Caixa ou é feita pelo Sr. Cláudio Vieira?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — De acordo com o decreto que existe, Senador, a Caixa Econômica Federal, toda vez que precisar fazer uma propaganda, até há portarias que já definiram isso, ela tem que solicitar uma autorização excepcional. A propaganda da Caixa é feita pela Caixa.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Senador Pompeu de Sousa, desculpe-me ter insistido naquela...

O SR. POMPEU DE SOUSA — Pelo contrário, V. Exª auxiliou muito a este perguntador suplementar...

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Acho que na verdade a reforma administrativa da Caixa se confundiu com a reforma do esquema de publicidade.

Mas o que eu diria, nobre Senador, é que, quando falei no conhecimento geral, na verdade, o Presidente Collor submeteu um programa de governo duas vezes e por duas vezes, por uma esmagadora maioria, o povo brasileiro optou pelo Presidente Collor. Então, no respeito pela democracia, o Presidente Collor tem se identificado, tem se qualificado como uma pessoa diferente, ele faz aquilo que diz.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Ele disse tanta coisa que depois voltou a desdizer, dentro e

fora do Governo; escreveu tanta coisa, que costumo dizer que o que ele diz não se escreve e o que ele escreve não se diz.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Nobres Senadores, eu me permitiria, a respeito dessa questão da Setembro, indagar do Dr. Lafaiette se houve um contrato por escrito. Não houve contrato? Por escrito não existe?

Seria o caso, inclusive, Senador Jutahy, de nós imarginarmos a convocação do Presidente da Setembro.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Sr. Presidente, tenho uma lista aqui de pedidos.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Eu passo a palavra para V. Exª daqui a pouco. Vamos ouvir agora o nobre Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Nobre Presidente Lafaiette Coutinho, pretendo ser objetivo e breve.

Em primeiro lugar, não posso deixar de dizer que tive a honra de ser colega do seu parente, o Deputado Lafaiette Coutinho, na antiga Câmara, e quero parabenizá-lo pelo êxito: a poupança está com quase um trilhão de cruzeiros.

Então, isso realmente merece as nossas congratulações, porque eu, modestamente, também estou contribuindo.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Espero que na Caixa, Senhor Senador.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Espero fazer umas perguntas de ordem geral, objetivas, e depois outras mais pertinentes diretamente.

Raspadinha: vejo nos jornais que a tal "raspadinha" de vários Estados, notadamente de Goiás e de Tocantins, estão invadindo Brasília. Então, pergunto: quando é que a raspadinha da Caixa Econômica, que já teve Loto I, Loto II, Esportiva, será lançada? E se V. Sª está recebendo pressão desses Estados para que a Caixa não lance a sua raspadinha.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Nenhuma pressão, nobre Senador, estamos lançando o edital de licitação. Tivemos ontem uma longa reunião a respeito da raspadinha.

O meu desejo é que na próxima semana o edital de licitação do fornecimento dos bilhetes esteja no Diário Oficial.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Muito obrigado.

Agora, há milionários — sou um homem do Nordeste, estudei em São Paulo, trabalhei no Rio, depois vim para cá e estou aqui desde 1963. Mas os homens do Sul, os milionários, nos fins de semana saem daqui e vão deixar muito dinheiro nos cassinos da Argentina e do Uruguai; outros vão para a América Central; outros vão para os Estados Unidos, para o Atlântico, ou para as costas do Pacífico; outros vão para Portugal; e assim por diante.

Eu pergunto, já que a Caixa está interessada e aumentar as suas receitas — chega ao ponto até de fazer ameaças de dispensar alguns —, a Caixa Econômica está cogitando de propor cassinos, já que queremos concorrência? Não se faz turismo, pelo menos em parte, sem cassinos.

Nós já os tivemos aqui. Eu me lembro que Eduardo Gomes — eu queria ser objetivo, mas vou fazer essa referência — disse que ia acabar com o jogo. Então, todo mundo que era favorável ao jogo ficou contra ele, porque um mato-grossense que foi eleito, O General Dutra, ficou calado. Então, deu a entender que ele era um defensor do jogo. A primeira coisa que fez foi colocar o jogo na ilegalidade.

Então, essas coisas já acontecem há muito tempo. Pergunto: a Caixa Econômica está tomando, ou já tomou, alguma providência no sentido de sugerir ao Presidente da República a abertura de cassinos no Brasil, para ficarmos na mesma situação de quase todos os países? E isso poderia, através de concorrência pública, levar emprego para muita gente e uma boa receita para a Caixa Econômica.

Os Srs. estão cogitando disso?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Nós nunca pensamos. Inclusive, como sou um bom leitor de jornal, acho que durante a discussão da Constituição brasileira esse assunto foi levantado, aqui, no Congresso; é o Congresso, que é a Casa que faz as leis, que dá a manifestação da vontade nacional, não aceitou a posição do jogo. Eu registro a sugestão de V. Exª, mas me permitiria fazer essa observação que nesta Casa o jogo, quando discutido, não mereceu o apoio e nem respaldo.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Registro, mas quero apenas dizer a V. Sª, que jogo não é matéria de Constituição. A Constituição já foi considerada uma constituição muita extensa, regimental etc.

Então, isso não é assunto constitucional. E o jogo do bicho está na ilegalidade, por um decreto, ou coisa que o valha, e hoje é uma simples contravenção.

De modo que isso é problema para o Direito Penal e Administrativo.

Mas, dentro do mesmo sistema, o jogo do bicho está proibido, é um ilícito penal, é uma contravenção. Mas, nós sabemos que o jogo do bicho campeia. E até agora não li nada do Governo Federal, nem da Polícia Federal, para por termo ao jogo do bicho.

O jogo do bicho canaliza recursos para o narcotráfico.

O jogo do bicho canaliza recursos para a contravenção, inclusive, apoiar muitos candidatos corruptos que aí estão em diferentes postos. E eu pergunto: por que não, já que o jogo do bicho existe, já que do ponto de vista sociológico e cultural é um imperativo, por que não legalizá-lo?

Por que a Caixa Econômica não tomou essa providência para ter um recurso fabuloso? O jogo do bicho rende muito mais do que isso. Pergunto: a Caixa Econômica está cogitando disso para ter recursos necessários, a fim de melhorar atender seus objetivos, que são nobres?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Nunca examinei esse assunto, não tenho como responder a V. Exª.

A previsão nossa de venda da Loteria Estadual Instantânea de 100 milhões de bilhetes por mês. Acho que ela vai ter um espaço muito grande para captação de recursos, que é um nobre fim, que é o Ministério da Criança, que o Presidente Collor em boa hora tomou a iniciativa de propor à sociedade.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Presidente Lafayette Coutinho, havia neste País a indústria do financiamento. Alguns espertos conseguiram financiamento no Rio, São Paulo, Brasília, Pernambuco, etc. e às vezes até dois financiamentos, ou três, na mesma cidade.

Pergunto a V. Sª: a Caixa está tomando providências sérias, corretas, para não mais permitir que quem tenha finan-

ciamento, obtenha um novo financiamento?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Fico muito satisfeito, porque foi a primeira medida que tomei lá na Caixa, almoçando com um grupo de jornalistas — um jornalista morava num apartamento alugado. Eu, então, disse que ela tinha feito uma declaração de uma ilegalidade, diante de uma autoridade. E eu me permitiria pedir a ela que a Caixa pudesse notificá-lo, o senhorio, uma vez que as pessoas não podiam tomar financiamento habitacional, para mais de um apartamento, sobretudo em alguma época, na mesma localidade, ou para utilização distinta do seu imóvel.

Ela concordou. Notificamos, e o cidadão pagou por antecipação o seu contrato na Caixa.

Existe uma medida provisória, no Congresso, creio, que a de nº 200, que dispõe sobre a criação de um cadastro nacional de mutuários, que vai permitir aos agentes financeiros de habitação promover um cruzamento dessas informações. Com isso vamos poder verificar hoje quem tem mais de um financiamento para imediatamente cumprir a lei, que diz que a pessoa não pode ter mais de um financiamento para imediatamente cumprir a lei, que diz que a pessoa não pode ter mais de um financiamento. Vamos retomar o imóvel, ou vamos exigir o pagamento antecipado.

Para não criar nenhum problema social, temos dentro da Caixa um banco mútuo, que queremos torná-lo cada vez mais eficiente, e vamos inclusive abrir uma linha de crédito em condições de taxas mais rigorosas, mas que permitam o acesso dessas pessoas ao crédito até para liquidação antecipada.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Muito obrigado. Estou lendo, que logo as cidades satélites já vão ser contempladas. Os imóveis funcionais estão sendo avaliados e serão vendidos aos servidores.

Pergunto a V. Sª: aqueles servidores que por ventura não conseguirem os 10% de entrada, a Caixa tem algum plano para favorecer, examinando objetivamente que muitos têm, alguns até tinham cruzados, ou equivalentes, mas aqueles que não conseguirem levantar os 10%? Há algum estudo na Caixa para favorecer e facilitar essa entrada?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Nobre Senador, não temos nenhum estudo nesse sentido. Temos recebido de algumas instituições pleitos para que, em condições distintas do financiamento habitacional, se possa examinar e contemplar alguns desses clientes. Como V. Exª sabe, apesar de a Caixa ser um Banco social, ela é uma instituição financeira, então é, evidentemente, que todo aquele que for cliente da Caixa Econômica, todo aquele que trabalhar com a Caixa Econômica terá acesso às linhas de crédito da Caixa Econômica. Os que não trabalham com a Caixa Econômica, possivelmente devem procurar as instituições com que eles trabalham, sejam oficiais, sejam privadas e, se elas são merecedoras do seu crédito, possivelmente quando eles necessitarem, recorrerão a elas e elas irão conceder.

Aliás, nobre Senador, eu me permitira aqui, se V. Exª concedesse a oportunidade, de dizer que, no serviço público, tenho tido uma experiência extremamente gratificante: na hora em que saiu essa venda de imóveis funcionais, eu li pelos jornais que "isso era um desmando", "que iam tomar os apartamentos dos pobres funcionários, etc e tal". No dia em que assinamos os primeiros contratos, o jornalista me indagou se a Caixa Econômica não estava avaliando muito barato esses imóveis. E, no outro dia, um desses veículos de comunicação publicava que aqueles que tinham comprado, que antigamente eram tidos como injustiçados, eram quase que os novos "marajás". Brasileiros, porque tinham tido acesso a esses imóveis funcionais. Realmente é muito difícil, num momento como esse, ficarmos próximo da sociedade ou, pelo menos, da sociedade que se manifesta.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Muito obrigado. A Carteira de Penhores, está funcionando plenamente?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Esta funcionando, nobre Senador.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Estou quase terminando.

A Caixa Econômica, durante algum tempo, financiava a construção dos imóveis e também financiava ao usuário, aquele que quer a casa para morar. Os senhores pretendem continuar com esse sistema ou vnão financiar apenas aqueles que desejarem a casa própria?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Nobre Senador, a idéia é financiar os dois ciclos da casa própria, ou seja, o ciclo da produção e a comercialização. Nesses 150 dias o Governo já fez muito, mas nós temos cinco anos ainda, vamor fazer muito mais. Eu vou realmente tentar direcionar os recursos da Caixa Econômica Federal para o poupador, para a pessoa física, porque é um compromisso do Governo resgatar o direito de cidadania, e nós queremos dar opção ao cidadão de escolher; ao invés de ele comprar um financiamento, ele escolhe o imóvel. Então, realmente, é intenção nossa cada vez mais privilegiar o poupador. mas jamais será excludente: nós vamos continuar apoiando a indústria imobiliária. A indústria imobiliária tem um papel significativo no desenvolvimento do País, ela gera bastante emprego e não tem um nível de capitalização suficiente para que a Caixa Econômica Federal saia desse processo abruptamente.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Com os seus agradecimentos, formulo a última pergunta a V. Sª., Sr. Presidente; em face da política adotada, os vencimentos dos servidores estão estagnados, congelados e não há nenhuma indexação, mas parece que os que pagam à Caixa Econômica, os que pagam as prestações estão sob o efeito de uma determinada indexação. Se essa política continuar por mais algum tempo, os funcionários com seus vencimentos congelados e a Caixa atualizando as suas mensalidades, será que a Caixa não está cogitando de levar em conta a situação dos servidores públicos?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Sr. Senador, os abusos que foram feitos no Sistema Financeiro de Habitação tumultuaram a possibilidade de financiamento deste País.

Nós, hoje, temos centenas de milhares de mutuários da Caixa Econômica Federal em que a Caixa não emite sequer o carnê para cobrança, porque o custo de emissão desse carnê é mais caro do que o valor da prestação. Isso envolve quase que 96% dos mutuários do País, a quem foram dados o dinheiro do contribuinte brasileiro, sem que o contribuinte brasileiro soubesse... benesses enormes e benesses que favoreceram, como tenho dito repetidas vezes à sociedade, na minha peregrinação, no meu diário constante, benesses que permitem às pessoas terem residências na Avenida Atlântica, nos bairros nobres da Zona Sul do Rio, pagando cem, quinhentos cruzeiros e alugando os seus apartamentos por centenas de milhares de cruzeiros.

Sr. Senador, o programa de financiamento da habitação da Caixa Econômica Federal tem

duas fontes de recursos: a caderneta de poupança e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que constitui patrimônio dos trabalhadores.

Para o Presidente da Caixa Econômica Federal a melhor coisa que tinha era doar casas. E agora, que tenho ido inaugurar alguns conjuntos que os meus antecessores assinaram e que eu estou pagando, nunca pensei que realmente o financiamento habitacional tocasse tão de perto ao povo brasileiro. Nós estamos fazendo casas de 20 m2; são casas que alguns amigos meus de São Paulo pensam que não existem. Mas existe uma demanda fantástica em relação a esses imóveis. Nós temos o compromisso de remunerar os recursos do Fundo de Garantia, que constitui o patrimônio do trabalhador. Então, no mesmo sistema que eu empresto dinheiro para os servidores da União é o dinheiro que os trabalhadores me entregam para eu gerir esses fundos. Ou faço um pacto com eles e peço para não remunerá-los ou, então, eu tenho que cobrá-los, o que me parece mais lógico, porque eu tenho de dar a inteireza nesses recursos dos trabalhadores brasileiros, que são gerenciados pela Caixa Econômica Federal.

Quero dizer a V. Exª, porém, que a maioria dos contratos tem o que se chama de plano de equivalência salarial. O plano de equivalência salarial tem de manter, durante o período do financiamento, o valor da prestação compatível com o salário do indivíduo. Então, se o nosso mutuário pagava 30% do seu salário como comprometimento da prestação, esses 30% devem ir até o final do contrato. Num momento como esse, quando o mutuário não tem acesso, perdeu a sua capacidade de pagamento, ele vai à Caixa Econômica Federal e comprova que passou de 30% o valor da sua prestação e a Caixa Econômica Federal, imediatamente, recompõe e cobra isso lá na frente, quando o salário dele estiver recomposto.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) – Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA – Sr. Presidente da Comissão, Srs. Senadores membros, Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, demais autoridades e convidados aqui presentes:

Ouvi as colocações de Lafaiette Coutinho, Ptesidente da Caixa Econômica Federal, com muito entusiasmo por sua parte, e tenho certeza de que os objetivos a que ele se propõe serão plenamente atingidos, sobretudo, porque conheço a história e a vida do Presidente Lafaiette Coutinho. Uma vida totalmente dedicada ao trabalho e todas as suas promoções na vida foram resultados da sua eficiência no trabalho, da sua dedicação e dos seus objetivos a serem atingidos. Conheço a sua família, conheço a sua esposa, conheço a sua origem e tenho, portanto, plena condição de fazer essa avaliação.

Tenho a certeza de que, no final do Governo do Presidente Fernando Collor, a Caixa Econômica Federal será uma instituição moderna, ágil, lucrativa e de interesse da sociedade brasileira.

Com relação aos aspectos que são aqui estudados, nesta Comissão, ou seja, a grande preocupação em relação à demissão de funcionários públicos federais e funcionários das estatais federais, gostaria de lembrar também que deveríamos nos aprofundar na origem desta grande questão nacional. Se o Governo, atualmente, se propõe a demitir, e está demitindo, o excedente de funcionários da Administração Pública Direta e Indireta, isso teve origem nesse problema.

Não é muito difícil fazermos uma rápida rememoração. Nos últimos anos, no Brasil, uma das grandes atividades do setor público era a admissão indiscriminada de funcionários em todos os organismos do Governo. No meu Estado, por exemplo, temos experiências dolorosas. Tivemos, na Paraíba, por exemplo, numa véspera de eleição, 28 mil funcionários admitidos no período de 90 dias, quando o número de funcionários então existentes era de 37 mil, e só precisava de, no máximo, 25 mil funcionários.

Hoje, o meu Estado tem aproximadamente 110 mil funcionários, quando funcionaria plenamente com 30 mil. O pior de tudo é que, à proporção que o número de funcionários vai aumentando, o serviço vai se degradando de uma forma assustadora. Em todos os organismos que conhecemos em que há excesso de funcionários, a prestação de serviço é degradada. O funcionário público está insatisfeito, porque as receitas, sejam da estatal, sejam da própria União Federal, não podem pagar bem os funcionários, porque há excesso de mão-de-obra. Havendo excesso, o pagamento não é justo, e não havendo pagamento justo, os funcionários trabalham insatisfeitos, a ponto inclusive de, culturalmente no Brasil, o funcionário público perder a noção de que está sendo pago pelo contribuinte e que, portanto, precisa prestar serviço ao contribuinte e à sociedade.

Toda essa degradação dos serviços, esse excesso de funcionários, esse mau pagamento e esse mau entendimento das atribuições de cada um levaram o Presidente Fernando Collor a incluir, nas suas bandeiras de governo, durante a campanha, o enxugamento da máquina pública. É, realmente, uma questão dolorosa, complicada, difícil, mas sua origem não é culpa do atual Governo.

Em vários seminários e discussões de que participei, alguns conferencistas chegavam a dizer que o excesso de funcionários públicos no País, diretos ou indiretos, era uma questão muito mais difícil de ser resolvida do que a dívida interna. Igualmente, parecia que isso era um fato verdadeiro, tal é a dificuldade que se está tendo hoje para resolver esse problema, principalmente porque, nas demissões, estão envolvidas questões de caráter pessoal, como as famílias. Temos certeza de que pessoas estão sendo injustiçadas. Mas a questão é de tal grandeza que o Governo, no meu entendimento, não pode deixar de enfrentar esse problema, senão não poderemos modernizar – permita-me o Senador Pompeu de Sousa – o País, através da eficiência, da produtividade e da boa prestação de serviço.

Ainda relembrando esse passado, vi, por exemplo, ainda muito jovem, como estudante, a criação da Chesf e do Dnocs no Nordeste. A Chesf era para explorar energia elétrica no Nordeste, e a sede foi instalada no Rio de Janeiro. Vejam, Senhores, a má intenção a partir da própria constituição da empresa que se propunha a gerar energia no Nordeste. A sede era no Rio de Janeiro; anos depois é que foi transferida para Recife. O Dnocs, cujo objetivo primordial era construir açudes e fazer irrigação no semi-árido nordestino, teve sua sede colocada em Fortaleza, na beira da praia.

Vejam os erros que acumulamos na Administração Pública ao longo de anos. Podemos constatar, agora mesmo, numa agência de interior de um banco oficial, a existência de 26 ou 28 funcionários, dos quais 20 eram comissionados. A mesma coisa é um quartel com 26 soldados, sendo 20 oficiais e apenas 6 soldados.

Vejam as distorções que foram criadas ao longo do tempo! Estamos recebendo, a todo momento, informações impressionantes: um organismo como o Incra, por exemplo, com mais de 500 Procuradores, quando precisava de apenas 10 ou 12. Aqui mesmo, no Senado Federal, o Presidente nomeou na sua saída 1.400 e tantos funcionários para gráfica sem necessidade. Colocou essa instituição à execreção da opinião pública nacional, sem a menor necessidade, e ele arrumou a sua pasta e foi para o seu descanso merecido, sem pagar nada por isso, por esses desacertos.

Então, nós não podemos agora deixar que o Governo faça essas demissões, sem que tenha o critério, sem que tenha um acompanhamento para evitar o máximo possível as injustiças. Mas não podemos responsabilizar o atual Governo por essa grande massa de problemas que existe atualmente, e que precisa ser resolvida, porque foi uma questão de campanha aceita pelos quase 40 milhões de eleitores que sufragaram o seu nome, nas últimas eleições.

Com relação ao ufanismo que o nobre Senador Jutahy Magalhães falou tão bem aqui, gostaria de fazer uma retificação nas colocações do Senador Pompeu de Sousa. S. Exª falou no Estado Novo — não alcancei o Estado Novo — e na modernidade do atual Governo. Mas na minha geração não tenho conhecimento, nem através dos livros, nem através da minha vivência, de maior período de ufanismo que foi a Nova República. Foi uma coisa excepcional, e sem eleição direta.

A Nova República propôs modernizar este País, usando a palavra "progressismo" e revolucionar a administração pública. E todos nós sabemos que a base da Nova República, que foi o PMDB, foi o Partido mais competente da História deste País na sua redemocratização. Era impossível um Partido ser mais competente do que o PMDB na transmissão democrática e na democratização do País, entregar o País à democracia. Mas, infelizmente, falhamos assustadoramente quando chegamos ao objetivo final, que era administrar o País.

E, desta forma, volto novamente ao meu Estado. Todos os órgãos, todas as instituições federais no meu Estado, a partir da Nova República, elas se degradaram, elas pioraram na sua prestação de serviços aos cidadãos e aos contribuintes. Aumentamos o número de Ministérios e, portanto, as despesas públicas.

Portanto, hoje, não temos que fazer outra coisa a não ser o acompanhamento rigoroso, certo, competente, mas dar uma oportunidade política para que o atual Governo possa atingir os seus objetivos de modernizar e dar eficiência ao nosso País. Aí dou a definição para a palavra "modernidade" como o Presidente está usando e, segundo o nobre Senador Pompeu de Sousa, com tanta freqüência.

Está provado e comprovado que nenhum país do mundo atingiu o pleno desenvolvimento econômico sem abrir a sua economia. Temos um exemplo agora mais recente que é o do Leste Europeu e da União Soviética, que fecharam as suas portas por mais de cinqüenta anos, no caso da União Soviética.

Estive lá na União Soviética, é um país extremamente atrasado no que se refere à qualidade de vida da sua população. A União Soviética teve que abrir a sua economia. A China é um país muito mais liberal para o capital estrangeiro e para a tecnologia do que o Brasil.

É só dessa forma correta, eficiente, patriótica, abrindo a economia para que ela possa se modernizar. E, ela se modernizando, possa trazer ao País o crescimento, e só o crescimento econômico gera riquezas para pagar a solução social.

O Primeiro-Ministro do Partido Socialista da Espanha, Felipe González, ele sempre bateu nessa tecla. Só a geração de riqueza através do crescimento econômico pode pagar a conta do social. Ele, contrariando toda uma pregação e um discurso socialista, implementou isso na Espanha. Ele fez um pacto com a sociedade e com os trabalhadores para que a primeira etapa do seu governo fosse a retomada do crescimento econômico. E ele fez isso. E, agora, está distribuindo os louros, distribuindo os benefícios do crescimento econômico. E a Espanha está numa fase imprecionante de crescimento econômico e de modernização e a sua população, claro, satisfeita com o que está acontecendo naquele país.

É o que o Presidente Fernando Collor de Mello quer fazer. Sua Excelência pode nem acertar, mas só existe esse caminho, isto é, o da eficiência, da produção, do imperialismo responsável. O Estado não pode abrir mão daquelas atribuições e daqueles controles que não são de interesse da sociedade brasileira, mas também não pode "amarrar" o País, para que ele fique ineficiente, terceiro-mundista, atrasado, como vinha acontecendo. Em todo o País, em tudo o Governo interferia para facilitar a corrupção, o cartório e até a irresponsabilidade e a má aplicação dos recursos públicos.

Em encontros com amigos, em conversas com pessoas interessadas no futuro do nosso País, tenho sempre dito que não podemos agora sair atrás dos erros, dos acessórios em troca dos acertos maiores que estão acontecendo no nosso Brasil. Temos que dar a oportunidade, da mesma forma que a Nova República, sem omissão direta, apenas com o consentimento da opinião pública, teve a oportunidade de governar o País, de implementar as suas idéias — sem sucesso, sabemos disso. Mas ela está redimida pelo sucesso que teve na redemocratização do País.

Temos, agora, o compromisso até patriótico de dar uma oportunidade ao Presidente, Fernando Collor de Mello, que recebeu quase que quarenta milhões de votos, de implementar a sua política com vistas a modernizar e levar o País para o desenvolvimento econômico. Temos que acompanhar, fiscalizar, mas não podemos interromper, criar todo tipo de obstáculo para inviabilizar essa oportunidade que temos que dar, não só ao Governo, como também ao povo brasileiro que confiou no Presidente Fernando Collor de Mello.

Volto à questão aqui levantada do pequeno poupador, que o Governo pegou de surpresa.

Li na imprensa, neste final de semana, que existem congelados cento e trinta bilhões de cruzeiros em fundo do portador, que seus proprietários não procuraram até o momento e que o Governo pensa que esse dinheiro concerne ao narcotráfico, ao contrabando, à sonegação. Portanto, não foram somente os pequenos poupadores que foram apanhados nesse grande congelamento que o Governo foi obrigado a fazer, porque somente desta foram poderia viabilizar o seu projeto de derrubar a inflação. Somente derrubando a inflação é que se poderia viabilizar o seu projeto de implementar o crescimento econômico.

Portanto, Presidente Lafayette Coutinho, estou perfeitamente entusiasmado com a possibilidade de V. Sª transformar a Caixa Econômica Federal num grande organismo de desenvolvimento deste País, eficiente, e que não dê nenhum prejuízo ao Tesouro Nacional e ao contribuinte brasileiro.

Porém, a nossa obrigação é acompanhar o seu trabalho, os seus passos, porque para isso é que fomos eleitos. E sempre que for necessário estaremos cobrando todas aquelas informações que são importantes para a opinião pública brasileira.

Neste instante, gostaria de entrar no caso específico da Caixa Econômica Federal.

Ainda, em relação às mazelas, verificamos sempre em cada cidade, pessoas influentes que funcionavam como intermediários dos financiamentos da Caixa Econômica Federal, sejam financiamentos para empresas construtoras, sejam financiamentos até para prefeituras e outros organismos do setor público. Pelo menos, no meu Estado existia isso. Se o indivíduo quer um financiamento, tem-se que procurar fulano de tal. Ele recebe cinco, dez por cento para encaminhar e abrir as portas, para que os financiamentos sejam feitos.

Tenho a certeza de que no momento em que V. Sª definiu isso, ou seja de que os financiamentos de habilitação serão feitos diretamente ao usuário, as construtoras terão que construir com os seus próprios recursos. Nesse caso, a Caixa Econômica Federal financia para o usuário. Tenho a impressão de que dessa forma esse problema será eliminado. Nesse sentido, gostaria de fazer a V. Sª essa pergunta específica.

Como serão dimensionados, a partir de agora, ou seja, das suas definições, os financiamentos especificamente para habitação? É uma segunda pergunta e com relação ao financiamento para os taxistas. Eu não estava aqui para ouvir as colocações que o Sr. fez inicialmente, cheguei um pouco atrasado. Talvez esse assunto tenha sido até evocado, desculpe-me se foi, mas eu tenho o maior interesse, porque nós sabemos que os taxistas e os caminhoneiros prestam grandes serviços à população brasileira, têm uma atividade muito sacrificada e até insegura, e eles precisam ser apoiados pelo Governo, tanto os taxistas como os caminhoneiros, e essa promessa foi objetivo de campanha do Presidente Fernando Collor de Mello.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Senador, agredeço pelas suas palavras iniciais, sensibiliza-me quem acredita no meu trabalho.

Em relação ao financiamento dos taxistas, a Caixa está ultimando o detalhamento do projeto que vai possibilitar o acesso dos taxistas ao financiamento em condições possíveis em que a Caixa, sem ter prejuízo, cumpra o seu objetivo social.

Em relação aos financiamentos habitacionais, já tinha me referido anteriormente, Sr. Senador. A idéia da Caixa é realmente, num processo de 5 anos de mandato, direcionar os seus recursos para o financiamento através do consumidor, o comprador final do imóvel. Nesse meio tempo, como o dinheiro é escasso, nós não pretendemos, pelo menos este ano, financiar nenhuma nova unidade, já que a Caixa está financiando cerca de 366 mil unidades habitacionais somente para a classe média.

Realmente, nós estamos pensando em fazer uma regulamentação grande no processo de financiamento. Vamos publicar na próxima semana uma licitação para contratar uma empresa que defina as normas de procedimento da Caixa Econômica Federal na concessão de financiamento, visando sobretudo facilitar e tornar mais rápido o acesso ao financiamento imobiliário da Caixa Econômica Federal.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Sr. Presidente, eu falei com V. Exª também a respeito de uma promessa de campanha do Presidente, que é o financiamento ao caminhoneiro. O senhor veja a importância que tem o caminhoneiro neste País, com a mesma missão histórica que tiveram aqueles grandes desbravadores dos Estados Unidos através daquelas carroças, daquelas diligências, eles cortaram o País, integraram o País através de estradas vicinais. Já que nós não tínhamos uma tradição da navegação, seja costeira, seja fluvial neste País.

Esse é um aspecto importante, um aspecto histórico, e um aspecto econômico presente porque, para o senhor ter uma idéia, por exemplo, nos Estados Unidos, mais de 70% dos transportes rodoviários das mercadorias que circulam pelas estradas são feitas por caminhoneiros autônomos, e não por empresas, por quê? Porque à proporção que os empresários, que os frotistas nos Estados Unidos foram crescendo e suplantando os caminhoneiros, os fretes das mercadorias foram crescendo abusurdamente e interferindo isso na inflação. Então, veja bem, o que acontece? Muitas vezes, uma transportadora contrata um frete de uma mercadoria com um caminhoneiro e cobra 3, 4, 5 vezes mais caro do beneficiado final, seja pessoa jurídica ou seja pessoa física, e o caminhoneiro autônomo dá um equilíbrio no transporte das mercadorias.

O Brasil já transportou 90% das mercadorias através de caminhoneiros e, hoje, transporta apenas 25% das mercadorias por caminhoneiros; os outros 75% já são dos transportadores. E isso contribui de uma forma altamente negativa com os custos das mercadorias, e às populações mais pobres e mais distantes pagam o preço da mercadoria muito mais elevada em função do frete.

Então, acho que o Presidente tem que analisar com maior rapidez, por que há uma expectativa dos caminhoneiros brasileiros, porque cada proprietário de caminhão é um homem dedicado, é um homem que gosta do País, é um homem trabalhador, é um homem que tem condições de educar a sua família. É um meio de vida, é uma pequena empresa, nada mais fácil de se constituir uma pequena empresa do que um caminhoneiro, do que o sujeito comprar um caminhão e sair por aí transportando mercadorias e baixando frete, contribuindo para baixar a inflação.

Então, Presidente Lafaiette, gostaria que V. Sª levasse essa lembrança ao Presidente Fernando Collor de Mello e é a Caixa Econômica o instrumento mais eficaz para que esse programa seja colocado para os caminhoneiros. Muito obrigado.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Registro a sugestão de V. Exª e a Caixa Econômica vai analisá-la, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Senador Mansueto de Lavor, Relator, V. Exª tem a palavra.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de pedir que o ex-Presidente da Caixa, como é o nome dele? Sei que gosta muito de caixa, o antecessor do Dr. Coutinho aqui, o Sr. Mandarino viesse aqui depor.

É importante, ele foi acusado de malversação de recursos, administrações irregulares, má administração, má distribuição de recursos e seria bom que ele viesse aqui depor.

Peço que o seu nome seja aprovado para um dos próximos depoimentos.

Gostaria de pedir, também, a relação e isso será formalizado mediante ofício — de todos os financiamentos da Caixa nos

doze últimos meses da administração anterior e os financiamentos até hoje feitos pela Caixa para Estados e Municípios. Gostaria de ter essa relação.

Gostaria que viessem depor também, aqui, os diretores-presidentes da Setembro, empresa de publicidade, que é a atual cliente da Caixa, em conjunto ou na mesma data que o Presidente daquele que detinha a conta principal da Caixa Econômica na gestão anterior, cujo nome eu não sei, nenhum dos dois. É bom ser averiguado.

Gostaria também de ter em mãos, como Relator, Sr. Presidente da Caixa e isso será formalizado mediante ofício a relação completa de todos os funcionários concursados demitidos, de todos os estagiários dispensados ou demitidos e também daqueles — disponibilidade não há —, mas daqueles que estão em vias de serem dispensados.

Agora, Sr. Presidente, eu poderia começar essas perguntas que espero sejam resumidas — o tempo está já ultrapassando todo o limite e temos, ainda, o depoimento do Sr. Presidente do Banco do Nordeste, que não podemos perder hoje, nenhum de nós pode perder mas eu poderia começar a minha intervenção com um protesto, como Senador de Pernambuco: um protesto contra a suspensão da construção da sede própria regional da Caixa Econômica de Pernambuco.

Era fácil fazer esse protesto, mas quero aplaudir a suspensão.

Eu creio que por aí é que se deveria fazer, porque se sede luxuosa e grandiosa desse eficiência à repartição ou à entidade que a ocupa, a Sudene seria, hoje, o maior órgão deste País. A Sudene seria o mais importante órgão deste País, porque lá está quase que um quarteirão todo do Recife dedicado à Sudene e a Sudene, lamentavelmente, é o que é hoje, em decorrência de diversos fatores.

Mas vamos à questão da Caixa Econômica.

O Sr. foi autor de um documento aos servidores da Caixa entitulado "Mensagem ao Presidente". Em que data foi essa mensagem?

O SR. LAFAOETTE COUTINHO — Não terno idéia, não.

SR. RELATOR (Mansueto de [illegible]) — Ah, o senhor não tem idéia... O senhor não se lembra..

O SR. LAFAOETTE COUTINHO — Não, mas fiz a mensagem, fiz, Senador.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Sim, mas em que data foi? Foi logo no início da sua administração?

O SR. LAFAOETTE COUTINHO — Logo no início da administração.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Nessa mensagem, o senhor propõe, com muita objetividade, medidas de cunho administrativo e operacional para adaptar a Caixa às medidas do Governo, não é isso?

O SR. LAFAOETTE COUTINHO — Verdade, Senador.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — E não inclui no elenco dessas medidas nenhuma demissão de servidores.

Logo depois, agora já em junho, o senhor remete aos servidores, a todas as unidades operacionais das Suregs, Superintendências Regionais, um comunicado — agora já não é mais uma mensagem, já é um comunicado — e nesse comunicado preconiza essas demissões que estão sendo efetuadas.

Sim, são duas coisas que preconiza: a proposta de demissão de 2.500 servidores, por dia de greve, conforme já se referiu o Senador Jutahy Magalhães; a dispensa de oito mil, quinhentos e vinte e nove estagiários; a demissão de dois mil, seiscentos e trinta e três empregados do quadro, sendo dois mil trezentos e quarenta e um escriturários-básicos, admitidos no mês de março; cento e quarenta e dois de licença para interesses particulares ou para acompanhar cônjuges; cento e cinqüenta considerados excedentes nos cargos de motorista, telefonista e vigilante, etc.

Bem. Temos, aí, duas posições de V. Sa., enquanto Presidente da Caixa Econômica Federal. Aquela posição expressa na Mensagem ao Presidente, o que estou supondo, porque não há data deste documento que foi logo no início, propondo uma série de medidas, bem como: venda de imóveis, revisão de contratos de prestação, serviço de avaliação de jóias, cobrança de tarifas. Tudo isso, creio eu, oportuno, urgente, necessário para saneamento e adaptação da Caixa àquilo que V. Sª se refere, aos novos tempos, à administração do Presidente Fernando Collor de Mello

Agora, por que, só depois, V. Sª determinou a demissão do pessoal? V. Sª diz que não recebeu ordens do Palácio do Planalto, para demitir esse pessoal. Mas, o que se sabe, é que realmente essa determinação não partiu da Presidência da Caixa. Uma pergunta posterior: Essas demissões representam o quê?

V. Sª deu a entender que o funcionário da Caixa ganha muito; houve um aumento de duzentos e tantos por cento dos salários. Tenho aqui, em mãos, o contra-cheque de uma Escriturária, nível 18, referente ao mês de junho de 1990. O salário bruto dessa escriturária é de vinte e nove mil, cento e quarenta e cinco, zero cinco centavos. E o líquido é vinte e quatro mil, cento e noventa e cinco, vírgula oitenta e três centavos. Pois bem, eu quero saber se isso é salário altíssimo, se esse salário, ainda com duzentos e noventa por cento de aumento, chegou a um líquido de vinte e quatro mil, cento e noventa e cinco e oitenta centavos. Se esse salário é exagerado, na opinião de V. Sª

Então, são as primeiras perguntas. Logo depois, farei as outras para não me alongar, mas gostaria que, se possível, V. Sª respondesse.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Senador Mansueto de Lavor, quero agradecer as indagações de V. Exª, a quem já conheço há muito tempo, desde a época em que estudávamos, em Pernambuco.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Com muito prazer.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Senador, com relação aos financiamentos habitacionais e saneamento espero já ter oportunidade, quando V. Exª requisitar esta relação, mandarei até, acompanhando uma auditoria que fiz, através da Empresa Arthur Anderson e todos os contratos celebrados antes da minha gestão, da área habitacional e da área de saneamento básico.

O Sr. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Saneamento.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — São os financiamentos a Estados e Municípios...

O Sr. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Mais uma pergunta: Agora, na sua gestão?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Não assinamos nenhum contrato.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Nenhum financiamento nem de Estado nem de Município.

O Sr. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Nem para São Paulo nem para Pernambuco?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Nenhum contrato foi assinado.

O Sr. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Nem para Alagoas?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Ah! Assinamos.

O Sr. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Quer dizer, que houve para Alagoas?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Ah! Assinamos para Alagoas. Assinamos — aliás, não assinamos contrato, aprovamos, na Diretoria, contratos de alto interesse para a Caixa Econômica Federal, uma vez que foram operações que vulgarmente, na operação bancária, chamamos de operações casadas. São operações onde consegui obter a fonte do recurso autônomo da posição da Caixa Econômica Federal. Ainda não assinamos o convênio.

O Sr. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Sr. Presidente, eu queria pedir a relação desses financiamentos para Alagoas, e seus objetivos — não tenho nada contra Alagoas. Aliás, merece. Era importante dizer.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Em relação ao problema das demissões, eu queria dizer até que para mim foi extremamente difícil fazer as demissões desses estagiários, porque um dos estagiários demitidos — acho que até os funcionários da Caixa que costumam, por preconceito ideológico, manipular ou fraudar as informações, divulgando informações internas, por preconceito ideológico — mas entre os demitidos havia um sobrinho meu, Senador, filho de uma irmã da minha mulher, era uma pessoa de poucas posses e mora em Pernambuco. Estou até arranjando emprego para ele em outro local. Mas nem por isso o meu dever com a Nação, o meu dever com a instituição que presido foi colocado em segunda posição.

V. Exª, realmente, coloca o piso inicial dos funcionários, mas V. Exª precisava ter os números que me foram entregues pela minha diretoria financeira, dos salários dos funcionários da Caixa Econômica que eram os seguintes: Em 1984, 1,47, o que equivalia, numa moeda constante, utilizando o dólar, 759 dólares; em 1985, 5,76, que equivalia a 926 dólares; em 1986; 14,62, que equivalia a 1.063 dólares; em 1987, 54,64 cruzeiros, que equivalia a 1.392 dólares; em 1988, 543 cruzeiros, que equivalia a 2.071 dólares, em 1989, 9.955, que equivalia a 3.517 dólares; em janeiro, 60.341, que equivalia 4.215; em fevereiro, 114.906, que equivalia a 4.856; em março 165.811, que equivalia a 4.396,89; em abril, 183.363,30, que equivalia a 3.828,84. E graças à administração nossa, 155.056,23, que equivale a 2.333,08 dólares, que é um salário, Sr. Senador, que é pouco, para o que pretendo pagar, porque este Governo vai diminuir a posição do déficit salarial que este País tem. Este é um Governo de 5 anos, mas V. Exª tem que admitir que 4.200 dólares de custo mensal de funcionário, — porque isso representa o salário, a função, o anuênio, o 13º salário, as horas extras, as vantagens. É um salário pouco compatível para a Nação brasileira pagar hoje.

Sr. Senador, lamentavelmente, tive que cortar os funcionários de salários mais baixos, porque foi uma sinalização que precisei dar, porque admitimos 2.300 funcionários em 10 dias. O que era preciso demonstrar à opinião pública, o que era preciso demonstrar aos funcionários da Caixa era uma nova administração séria, Senador. Não podíamos conviver com 2.300 funcionários admitidos em uma semana. Isso choca a qualquer princípio ético.

Na próxima vez, e se existir essa próxima vez, vamos fazer diferente. Procurei preservar critérios, para poder dizer de cabeça erguida aqui os critérios que utilizei. Mas, da próxima vez, vou utilizar os critérios tirando dos salários mais altos, aliás, incentivei a aposentadoria para oxigenar a instituição financeira e porque esses funcionários têm salários mais elevados. Não tenho nada contra os salários dos funcionários, quero pagar os melhores, mas quero pagar desde que a empresa tenha eficiência e que corresponda. Existe critério de produtividade, Sr. Senador, que mostra que a produtividade do funcionário da Caixa caiu em relação ao seu salário. Não sei se me alongo muito.

A Caixa Econômica tinha 2.335 agências, em dezembro de 1984 e 40 mil empregados, com um custo médio anual de 48.150,84 e tinha o depósito médio por empregado de 14.153,65 empregados. Com esse depósito médio a Caixa foi obtendo produtividade, aumentou para 16, ficou em 16 no outro ano, aumentou para 18, aumentou para 20. No ano em que aumentou o número de funcionários de 44 para 67 mil a produtividade caiu para 13.580. Ela já em junho retorna a 14.255 e espero em Deus, no meu trabalho, na competência que sei que tenho, na minha seriedade, de que vou rapidamente superar esses 20.597, Sr. Senador.

O Sr. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Sr. Presidente, a minha pergunta não foi respondida, se bem que essas outras informações que V. Sª traz são da maior importância, por isso é importante sempre ouvir. Agora, a pergunta que faço é a seguinte: Por que no seu documento intitulado mensagem do Presidente, V. Sª preconiza medidas para sanear a situação da Caixa, da maior importância, que representavam no seu todo uma economia superior até àquela proposta pelo Governo, ultrapassando — o Governo queria um corte de 30% do pessoal para representar uma economia "x", sem demitir ninguém; a sua proposta inicial representava uma economia de 33%, superando a própria economia do Governo. Por que essa mudança? Por que se voltar para os servidores? Numa situação dessa, V. Sª disse muito bem, um dos seus sobrinhos, funcionário da Caixa, foi demitido e agora V. Sª está procurando outro emprego para ele. Mas nem todos têm um padrinho como o Senhor. Nem todos!

Então, o Banco social, por excelência do Estado, da União, a Caixa Econômica Federal, provoca uma crise social enorme enquanto se diz que ele se integra no plano de recuperação econômica e social do País, ele provoca uma gravíssima crise social e de desemprego. O mesmo Governo que constitui o Ministério da Criança, se bem que financiada pela raspadinha, e, eu que sou cearense como o Senador Mauro Benevides, apesar de Senador por Pernambuco...

O SR. MAURO BENEVIDES — Com muita honra.

O SR. RELATOR MANSUETO DE LAVOR — ... eu prefiro a rapadura à raspadinha. É preferível, que é alimento popular e não jogo de azar, prefiro. Então, nesse caso, um Ministério que vai proteger as crianças, será financiado pela raspadinha e por outras loterias.

No meu entender, a grande proteção da criança seria Assegurar aos seus pais emprego e salário justo. Isso é que o Governo deveria fazer e que gostaríamos de aplaudir aqui.

Para ser objetivo na pergunta, gostaria de dizer: por que a mudança? Por que na mensagem de junho, que não é uma mensagem, é um comunicado, se introduz não mais aquelas medidas, apenas algumas, tudo como meta principal, a demissão? E o pronunciamento que V. Sª faz hoje aqui começa dizendo, é o primeiro item: " — A primeira medida: demissão do pessoal". Está aí no discurso que V. Sª leu, não o tenho ainda em mãos, mas a primeira medida que propôs foi a demissão do pessoal, é a tese absolutamente prioritária. A Caixa Econômica Federal coloca como prioridade absoluta demitir e não transferir o pessoal, reaproveitá-lo, redistribuí-lo. Esses 25 médicos que estão lá concentrados, é questão de redistribuir? Nada disso! A primeira meta é a demissão.

Então, pergunto: por que essa mudança? Eu me esforço para não admitir essa idéia, mas não haveria nisso um cunho político propagandístico, não seria propaganda um jogo de **marketing** do governo como acusam? A pergunta principal seria esta.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Senador, eu começei a minha exposição, aqui no Senado, saudando esta Casa pela feliz iniciativa da fiscalização. E eu quis dizer, Senador, que possivelmente se medidas como essas tivessem sido tomadas, a Caixa não teria, com o mesmo número de agências, aumentando o seu quadro de funcionários de 44 para 67 mil.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Sr. Presidente, mas há necessidade ou não de admissão? V. Sª diz que agora a Caixa está com filas.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — A Caixa continua com filas.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — E essas filas não levam os clientes da Caixa para outras poupanças?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Senador, em termos de Caixa Econômica Federal, como disse aqui na minha exposição, ela é um Banco social, mas não um Banco de assistência social. Nós temos que prestar serviços compatíveis com as pessoas.

Eu dei uma declaração outro dia que, não é frase minha, é de um professor, é da GV, em que ele fala sobre o relógio. Existem dois tipos de relógios: o relógio era basicamente uma instituição suíça, e o relógio suíço é uma jóia. E aí, o japonês inventou um relógio que também dá hora. Os dois têm a mesma finalidade: dão hora; e os preços são diferentes.

Eu tenho que, como Caixa Econômica Federal, prestar serviços também distintos. Breve vou ser chamado de discriminador. Mas é verdade, quem não pode pagar o serviço mais caro, tem que ser mais eficiente. Serviço eficiente, na minha visão, vai ser menos filas para o trabalhador. Por isso citei aqui que vou fazer esse departamento que vai atender o trabalhador em horas diferentes. Não adianta ter um banco aberto às 10 horas, às 11 horas para o trabalhador funcionar.

Respondendo a V. Exª, o que eu abri com o quadro de demissão, foi como cidadão brasileiro. Porque, antes de Presidente da Caixa, eu sou um cidadão brasileiro, e como tal congratulo-me com esta Casa para evitar que desmandos como esses acontecessem. Senador, se eu tirei 15 mil funcionários e a Caixa continua funcionando com o mesmo nível de eficiência, e eu acho até que mais, é porque esses funcionários eram dispensáveis. Eu não demiti por demitir. É o processo de Reforma Administrativa, como citei aqui na minha exposição inicial, não terminou. Ela contempla todas essas medidas que eu tomei, para minha satisfação, para minha alegria, para meu gáudio vejo que tenho o apoio de V. Exª porque são medidas que já deviam ter sido tomadas. Eu não as tomei, Senador por recomendação de ninguém, muito embora, como o nobre Senador Raimundo Lira disse, tudo isso que está sendo feito no projeto de enxugamento teve o respaldo de 37 milhões de brasileiros que, por duas vezes, sufragaram essa temática e essa posição nacional que estamos vivendo.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Aí é uma questão que não vamos entrar no mérito, porque se trata de um problema político, à margem de um discurso político de campanha e que, realmente, se fosse claro, diria exatamente o que ocorreu; o resultado da eleição foi outro, mas é uma opinião minha contra a sua. Não vamos entrar por esse campo. O que me interessa saber é o seguinte: quanto representou a demissão de 8 mil e 259 estagiários? Quantos deles ainda permanecem na Caixa? Se, realmente, os estagiários — e nesse ponto concordo com V. Exª — são pessoas que vão treinar, são jovens numa situação próspera, seria muito importante, faz parte do papel social da Caixa. Nesse ponto, consideraria a Caixa um instituto de treinamento, quase como um Senai ou um Senac bancário, treina bancários para outras instituições. O Banco do Nordeste, também, tem um programa nesse sentido. Nós aplaudimos, mas isso se faz quando pode.

Então, se havia necessidade de enxugar a folha de pessoal, por que não houve a dispensa de todos os estagiários? Por que se dispensar os concursados? Conforme se falou aqui, concursados que haviam deixado os empregos estáveis. Por que permanecer estagiários que são precários, que não têm sequer leis trabalhistas, para protegê-los, é um regime especial. Quero dizer que sou a favor da permanência de estagiários, em condições normais. É importantíssimo o papel até pedagógico pelo trabalho que a Caixa faz, como o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e outras instituições, admitindo estagiários. Não sei por que esse programa de estagiário arrefeceu. As coisas aqui nascem e se apagam depois.

Se a Caixa estivesse ampliando o seu quadro de estagiários teria o nosso aplauso, mas diz não, não podemos aplaudir. Precisamos enxugar a máquina, mas como demitir funcionários concursados e deixar estagiários que não têm estabilidade, que não fizeram concurso e, que, realmente, nem se submetem às leis trabalhistas. Era importante ter esses estagiários, mas nesse caso, nessa situação, em nosso entender, não se explica a permanência de estagiários, sendo jogados fora os concursados.

O SR. LAFAYETTE COUTINHO — Sr. Senador, eu procuro ser um bom administrador. Tomo as minhas medidas fazendo avaliações.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Quer dizer, os estagiários são mais baratos?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Não, Senador. Era extremamente difícil para mim, tirar uma massa de trabalho tão grande da Caixa Econômica Federal, sem medir a repercussão que essas modificações teriam. Isso não quer dizer que eu tenha compromisso para a manutenção desses estagiários. Menos até para atender recomendações de demissão de estagiários ou para avaliar o trabalho deles, eu os tirarei, Senador, mas não pelo prazer de retirá-los.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Não a meu pedido.

O SR. LAFAYETTE COUTINHO — Não os tirarei para gáudio meu, mas sim para ter organicidade na minha instituição. Estou fazendo um projeto, como disse anteriormente aqui, de 5 anos de trabalho e vou avaliando a cada passo. Analisarei se existem estagiários demais, agora estou pressionado, e por quem? Pelos meus funcionários. Estou pressionado por uma instituição extremamente organizada que tem dentro dá instituição financeira, com outros compromissos, que são políticos, não tem compromisso só com a instituição. Inclusive, Senador, pretendo privatizar a instituição de seguro da Caixa Econômica Federal, que é um cartório, que hoje tem essa corretora de seguro a que a Caixa é obrigada a fazer. Essa corretora de seguro é para financiar campanhas ou contra a instituição, ou contra seus presidentes. Vou privatizar para criar um fundo de treinamento na Instituição que presido. Quero dar um fim nobre a essa corretagem. Vou criar o fundo de treinamento para estagiários. Se um dia voltarmos a ser uma instituição próspera, a Caixa tem todas as condições, se realmente nos ajudarem, se quiserem o trabalho e se quiserem fazer com que essa instituição seja moderna e eficiente, tenho competência para levar adiante essa decisão.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — V. Sª está defendendo a privatização da Corretora da SAS. A propósito de privatização de entidades privadas, V. Sª declarou que é um homem de iniciativa privada. Qual foi a instituição que V. Sª dirigiu antes?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Foi o Banco Econômico.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — V. Sª veio do Banco Econômico para a Caixa Econômica. Ainda há algumas ligações com o Banco? V. Exª ainda é o Diretor?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Sou Diretor licenciado do Banco Econômico.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — O Banco Econômico tinha negócios com a Caixa, não tinha?

O SR. LAFAYETTE COUTINHO — Tinha.

O SR. MANSUETO DE LAVOR— O Banco Econômico deve a Caixa?

O SR. LAFAYETTE COUTINHO — Deve.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — V. Sª se sente em condições de julgar esse negócio do Banco Econômico com a Caixa? Está cômodo como Diretor licenciado do Banco Econômico para julgar os negócios, os compromissos, os débitos do Banco Econômico com a Caixa Econômica? Não é incomoda essa situação?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Sr. Senador, para mim é até gratificante que V. Exª faça essa pergunta.

O Sr. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Pois não, é um ensejo que o Sr. tem.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Senador, o Banco Econômico é uma das mais poderosas instituições deste País; ele atua com muito destaque na área habitacional. A Caixa Econômica Federal é uma instituição que opera com bancos de primeira e de segunda linhas. Nessa condição, como dezenas de outros bancos devem ser clientes da Caixa Econômica Federal, o Banco Econômico teve acesso às linhas de crédito da Caixa Econômica Federal.

O Sr. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Se o Sr. não se sentir obrigado ...

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Eu não fiz nenhuma operação nova na minha gestão com o Banco Econômico. Não existe, eu espero até pelos laços de amizade que me unem, ainda como Presidente do banco eu não preciso fazer nenhuma operação com essa instituição. Mas, quero dizer que, em relação à administração dos créditos do Banco Econômico, vou administrá-lo com o mesmo rigor que pauto a minha vida; o mesmo rigor com que estou cobrando esses inadimplentes, que as gestões passadas e a falta de fiscalização neste País deixavam de exigir. Com este mesmo rigor vou tratar o Banco Econômico.

O Sr. RELATOR (Mansueto de Lavor) — O Banco Econômico deve quanto à Caixa?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Não tenho idéia, Senador.

O Sr. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Não é segredo bancário, é?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — É segredo bancário, e esses dados que estão fornecendo são dados que não deviam ter sido fornecidos se V. Exª me pedisse, dentro da CPI, teria a obrigação de fornecer. De modo que sou contra a prática desse modo, e esta presidência não vai tolerar e vou punir todos aqueles que fraudarem a lei. Como Presidente da instituição, não abrirei mão do cumprimento da lei, é o meu dever cumprir a lei e eu vou cumpri-la até o último ponto.

O Sr. RELATOR (Mansueto de Lavor) — No que se refere à privatização; V. Sª é a favor desta, também, à Caixa Econômica?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Não. Acho que a Caixa Econômica Federal deve continuar como empresa estatal, Senador.

O Sr. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Então, no caso, defende só a privatização da Corretora ...

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — ... da Corretora, da SAS e, possivelmente, acho que a SAS também devia ser privatizada. Ainda não tenho uma posição definida, Senador.

O Sr. RELATOR (Mansueto de Lavor) — O orçamento da Caixa Econômica é um dos maiores orçamentos do País, não é? Segundo ou terceiro. Qual é o orçamento global da Caixa?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Senador, o orçamento da Caixa tem diversas fontes, entre as quais a mais importante é a caderneta de poupança. Ele deve ter, e muito, do crescimento da caderneta de poupança para o seu estabelecimento. Como disse aqui, a Caixa tem hoje quatro grandes pilares: a caderneta de poupança, o fundo de garantia, a loteria e o banco múltiplo. Essas são as quatro grandes fontes de recursos da Caixa Econômica Federal. O fundo de garantia, V. Exª sabe que representa um percentual sobre a arrecadação dos salários existentes no Brasil. Mas ela, seguramente, é uma das grandes instituições, e vai ser maior, aliás, na minha administração.

O Sr. RELATOR (Mansueto de Lavor) — O Sr. não sabe qual é o orçamento da Caixa em comparação, por exemplo, com o orçamento do ISS, hoje, da Previdência Social, que é outro grande orçamento. O Sr. não sabe qual é o orçamento? Tudo bem!

A respeito do FGTS, qual a sua opinião sobre a centralização das contas do FGTS e por que, realmente, essas contas ainda não estão centralizadas para maior controle, o que é uma proposta.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Sou absolutamente favorável,

Sr. Senador, e encaminhei ontem, para o Ministro Antônio Rogério Magri, a posição da Caixa Econômica Federal, que na minha gestão contratou um serviço de auditoria para mostrar como a Caixa Econômica tem condição de aceitar essa administração dos fundos. Se soubesse que ia ser indagado sobre essa questão se V. Exª me permitir, terei o maior prazer de encaminhar cópia do documento que enviei ontem ao Ministro Antônio Rogério Magri para distribuir no Conselho Curador do FGTS, onde tem assento, em minoria, o Governo do Presidente Collor, e existem três trabalhadores e três empregadores. Este Conselho Curador deve ter recebido ontem ou está sendo recebido hoje, porque não sei como funciona a burocracia da Caixa ou do Ministério do Trabalho, a posição Econômica Federal e todos os espaços que estamos dando para que no dia, o prazo máximo que a lei nos estabeleceu para absorver, essas contas estejam na Caixa Econômica Federal.

O Sr. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Mas a Caixa tem um prazo, até maio de 1991. Há possibilidade de fazer?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Acho que há completa possibilidade de fazer, Senador.

O Sr. RELATOR (Mansueto de Lavor) — O Sr. foi também da Febraban antes de ser do Banco Econômico?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Acho que até continuo, Presidente da Febraban...

O Sr. RELATOR (Mansueto de Lavor) — É porque não li o seu currículo antes.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Por sua vez, a Caixa é associada à Febraban.

O Sr. RELATOR (Mansueto de Lavor) — O Sr. foi ou é vice-Presidente da Febraban?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Acho até que não renunciei. Tenho dúvidas.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Não há impedimento?

O Sr. LAFAIETTE COUTINHO — Não julgo haver impedimento.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Essa questão de ameaça, que me parece política, foi muito grave. Os servidores estavam fazendo uma greve considerada legal e naquele seu comunicado, avisando a dispensa de estagiários e servidores, houve aquela esdrúxula determinação da demissão de 2.500 empregados por dia de greve. O que foi isso? Afinal de contas, o Sr. já revisou a sua posição, ou se houver outra greve manterá essa proposta de demissão? E se houver vinte dias de greve a Caixa fecha e abrirá concurso depois?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Não acredito que a Caixa feche, pois não existe essa disposição de greve, mas existem meia dúzia de grevistas profissionais, grevistas que têm interesses políticos, grevistas que quando se aproximam as eleições ficam extremamente excitados e a esses vamos responder com a lei e não permitirei que impossibilitem o acesso dos funcionários da Caixa Econômica Federal.

Se V. Exª me permitir, não sei se estaria obrigado, no caso de ser requisitado aqui pela Mesa, mas queira me permitir mandar também alguns laudos que foram feitos de funcionários da Caixa Econômica Federal, do Rio de Janeiro, que quiseram entrar e foram agredidos e fizemos os laudos periciais para mostrar o nível de agressividade com que alguns profissionais agitadores tumultuam a vida a Caixa, para evitar esse meu trabalho de modernizar a Caixa e torná-la mais eficiente e a mais moderna instituição.

Ora, Senador, é muito fácil conceder esses aumentos, talvez fosse até muito forte dizer, essa facilidade de liberação de crédito nos últimos tempos.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Mais isso não é tarefa de juiz julgar ou penalizar?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — A de penalizar, não. A de penalizar sou eu como administrador.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Penalizar dentro do Regimento, inclusive com demissão, sem ter os funcionários que participassem da greve? Qual o critério dos 2.500 por dia? Eram os que faziam piquetes, que usavam de violência ou bastava ser funcionário da Caixa para sofrer essa punição, uns pagando pelos outros?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Não, Senador, eu procuraria em alguns locais, e aliás fui até muito criticado, pois existe um Deputado...

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — É estranha essa medida.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Não é estranha. Estranho é não permitir o acesso dos que querem trabalhar; estranho é não permitir que a instituição dê ao seu cliente o serviço que ela tem que dar.

A greve tem que ser lícita e seguir pressupostos que estão estabelecidos na lei.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — A Justiça julga isso?

O SR. LAFAIETE COUTINHO — Mas enquanto a Justiça não julga, as partes têm direito de ter opinião — essa é a posição da democracia. Essa contradição das verdades é que é própria. Não tenho o monopólio da verdade, mas não abro mão de dar o direito a ninguém.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Estamos já quase ao final e pergunto se alguns dos Srs. Senadores pretende ainda solicitar alguns esclarecimentos?

O SR. AFONSO SANCHO — Desejo, rapidamente, usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Exª tem a palavra, Senador Afonso Sancho.

O SR. AFONSO SANCHO — **Tinha me inscrito para falar inicialmente e desisti. Agora, ao final do depoimento do Presidente Lafaiete Coutinho fiquei mais convencido de que todas as providências que foram tomadas naquela instituição foram corretas e acertadas e só se pode sanear uma instituição, que dentro de 10 dias mobilia mais de vinte mil funcionários, se se usar realmente o rigor, a compreensão o respeito à própria instituição.**

De forma que, não desejando me alongar, quero congratular-me com a exposição que foi feita pelo Presidente da Caixa.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, queria apenas fazer um convite ou uma convocação. Gostaria de convocar os Senadores que apoiaram o Governo José Sarney para comparecerem aqui, pois estou vendo todos da oposição, quando eu fazia críticas ao Governo Sarney, ao passado. Agora, todo mundo virou oposição. Quando criticava o Presidente José Sarney recebia uma saraivada de apartes combatendo a minha atitude e agora ninguém aparece aqui para defendê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Eu solicito à Secre-

taria que tome as providências com relação ao que foi proposto pelo Relator aqui, expedindo esses ofícios. Não havendo manifestação em contrário, inclusive com relação às autoridades mencionadas e às pessoas aqui citadas.

Sr. Presidente, minhas perguntas são rápidas. Como a Caixa Econômica não conta mais com a ASI — Assessoria de Segurança e Informação, extinta pelo atual Governo, fomos informados de que agora passaram a contratar firmas particulares para fazer aquele tipo de serviço. A imprensa noticiou, inclusive, mostrando cópia de documento comprobatório, Ofício 458/90, que a CEF contratou a Meta — Assessoria de Comunicação Imagem Ltda — pagando 41.457,00 cruzeiros para fotografar funcionários em manifestações, com fins de indentificar os participantes para posterior demissão. O Senhor confirma isso?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Confirmo. Fui eu que mandei filmá-los. O Senador aqui queria saber qual era o critério que eu iria adotar. Queria saber quais os que estavam agredindo os funcionários da Caixa Econômica no Rio de Janeiro, que não permitiam que eles tivessem acesso e agrediam. Já garanti que vou mandar os laudos de agressões sofridas. Esses eu queria puni-los mesmo, Senador. O meu objetivo era exatamente esse. Agora, não temos nenhum outro tipo de contratação que substitua essa ASI a que o Senhor está fazendo referência. Toda vez que houver greve, vou fazer esse tipo de indentificação, porque não posso aceitar, Senador, que os funcionários que queiram trabalhar não tenham o direito de ingressar no recinto de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Isso foi feito aqui em Brasília também?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Em Brasília não foi preciso, não.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Inclusive estive lá na manifestação dos funcionários.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Lá, pelo voto, ganhamos.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corea) — Estava marcada a cerimônia dos funcionários, mas espalhou-se a notícia de 2.500 demissões o pessoal ficou com medo e foi embora.

O SR. LAFAEITTE COUTINHO — A maioria acredita na nova administração da Caixa, na sua seriedade de propósitos.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Presidente, eu estive lá. Quem está dentro, tem medo de sair, quem está de fora, fica com receio de que, havendo possibilidade de voltar, não volte mais nunca. Evidentemente, diante disso, os funcionários se abstêm de fazer esse tipo de reivindicação.

Há denúncias de que V. Sª demitiu motoristas da Caixa, considerados excedentes, mas que estão utilizando veículos de associações e de firmas particulares, cujo custo acaba sendo mais elevado. O que o Senhor tem a afirmar sobre isso?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Sr. Senador, desconheço. Fui o primeiro administrador público a vender carros que serviam à Diretoria e à Superintendência. Antes mesmo que a Administração pública vendesse, fiz as vendas, num leilão extremamente feliz, porque foi denunciado — como sempre se denuncia no Brasil — que as avaliações estavam com o preço mais baixo, o mercado estava deprimido e vendemos para dar uma demonstração, à sociedade que era para valer.

SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Quer dizer que não se utiliza mais carro da Caixa Econômica? Diretores, funcionários, ninguém mais tem carro?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Seguramente diretores não têm mais carro.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Há os veículos que buscam, levam informações, expedientes. Por exemplo, levar um funcionário para depor na justiça, na Caixa, ou levar um processo.

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Prefiro andar de táxi, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Maurício Corrêa) — Perfeito. Segundo foi comunicado aos servidores da Caixa, foram demitidos 142 servidores que estavam em licença para tratar de interesses particulares ou para acompanharem cônjuges. No entanto, há denúncias de que teriam sido afastados também — estou repetindo o que o Senador Jutahy falou, não temos estrutura para nos assessorar. Então, temos que nos valer das informações que chegam ao nosso conhecimento servidores pelo menos da categoria de vigilantes, que não podiam ser demitidos, porque seus contratos estavam em suspenso, afastados em licença médica. O Senhor confirma isso?

O SR. LAFAIETTE Coutinho Senador, desconheço o assunto. Posso dizer ao Senhor que todas as demissões que fizemos obedeceram aos princípios da lei. Pagamos todos os direitos. Não queremos e não vamos fazer jamais — é um princípio meu — transigir a com posição de lei. Se ele não podia ser demitido legalmente, devo ter revisto a posição. Se podia ser demitido, deve ter sido demitido, recebendo todos os direitos a que fazia jus.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa — Vamos expedir esses ofícios a V. Exª, mas V. Exª já se prontificou a antecipar as providências.

Eu só queria, para maior facilidade nossa, que o Senhor remetesse a relação desses que foram demitidos, dos contratos dos estagiários que foram suspensos, Unidade por Unidade da Federação. Acre, Amazonas etc. Tem havido muitas denúncias — peço à Secretaria que, por gentileza, essas providências sejam executadas imediatamente. Embora ele esteja se oferecendo para mandar oficialmente, peço que oficie imediatamente. Tem havido muitas denúncias em relação a Ministérios, empresas públicas etc., inclusive a Caixa Econômica e o BNB, de que estariam aproveitando esta pseudo-reforma para afastar funcionários envolvidos com o movimento sindical, ou que participaram de greves, limpando os quadros desses "indesejáveis".

No caso da Caixa até parece que houve um plano bem arquitetado. Demitiu funcionários concursados. Como era de se prever, isso gerou revolta dentro do funcionalismo da casa e, daí, manifestações, greves. Ameaça-se demitir 2 mil e 500 funcionários por dia de greve. O Senhor confirmou aqui.

Indentificam-se fotograficamente os desordeiros. E aí demite-se mais um pequeno contingente de servidores, justamente esses indesejáveis. O Senhor pode nos esclarecer se não foi isso que aconteceu na Caixa?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Admitir servidores indesejáveis?

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Sim, são esses que estão sendo...

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Não, Senador. Na Caixa Econômica estamos fazendo uma reforma administrativa profunda.

Estamos querendo que a instituição seja a maior, a mais eficiente, a mais moderna instituição financeira do Brasil.

Dentro desse projeto de reforma administrativa, tivemos medidas de racionalização que estão em curso. A reforma não acabou. A reforma vai demorar os 5 anos da minha administração. Nos meus 5 anos vou, a cada dia, questionar o meu trabalho, questionar o trabalho da Caixa, para tentar melhorar. Só acredito na vida como um processo de melhoria. Acho que o aperfeiçoamento é o objetivo maior e não existe perfeição.

Se o Sr. me pergunta se errei com relação às demissões, respondo que é possível que eu tenha errado com relação às demissões. Procurei ser o mais justo possível. Critérios de justiça para demitir, Senador, são extremamente difíceis. Já me referi aqui às posições que tomei com referência aos estagiários e já disse a V. Exª que também achei estranho. A estranheza que sentem os Srs. Senadores ao saberem que foram demitidos funcionários concursados é a mesma estranheza que me assaltou ao saber que em uma semana ou em 10 dias úteis — acho que na primeira quinzena devemos ter tido uma semana ou 8 dias úteis — a Caixa tenha conseguido admitir 2 mil e trezentos e poucos funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — O Sr. pode me precisar — e o Sr. já deve até ter falado isso — quantos funcionários foram demitidos e quantos estagiários tiveram seus contratos revogados?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Foram demitidos 2 mil e 342 funcionários, que tinham sido admitidos após 1º de março de 1990, 142 funcionários que estavam em licença para interesses particulares, 31 funcionários por causa da greve que aconteceu na Caixa, 150 funcionários excedentes na carreira profissional de vigilante, telefonista e motorista, o que totaliza 2 mil, 665 funcionários, e foram rescindidos, já agora na minha administração, 9 mil e 785 estagiários, na época, só 8 mil e 529.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Muito bem. Dentre esses funcionários, não posso precisar se são funcionários, essas pessoas que estavam fazendo esse serviço, desenvolvendo essa atividade de saber quem é que estava no movimento grevista, fotografando, havia pessoal do quadro da Caixa para fazer esse serviço, ou esse serviço foi feito por gente de fora da Caixa?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Usei tudo, Senador. Na guerra usamos tudo. Usei pessoal de fora e de dentro.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Quer dizer que o Sr. criou uma espécie de polícia paralela?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Não, Senador, não criei polícia paralela.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Ou um corpo paramilitar?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Não, criei um corpo de defesa da instituição. Mandei os funcionários para a assembléia — essa para que V. Exª foi convidado e que não teve número para decretar ou para manter a greve aqui, pedi a funcionários, conclamei, fiz panfletagem, faço o que for necessário para defender a instituição que hoje dirijo, Senador. Vou às assembléias. Farei tudo.

O SR. (RELATOR) Mansueto de Lavor — O Sr. não respondeu por que mudou de opinião, por que no início não defendeu, não propôs a demissão de servidores, só depois foi que demitiu. A sua proposta, na mensagem do Presidente, no documento inicial — isso deve ter sido nos primeiros dias, mas o Sr. não pode ter emitido uma mensagem daquelas sem ter avaliado a situação da Caixa — não incluí, na relação de medidas saneadoras nenhuma proposta de demissão de pessoal. Por que depois então, priorizar a demissão de pessoal?

O SR. LAFAIETTE COUTINHO — Senador, eu conheci esta grande instituição, que é a Caixa Econômica, no dia 16 ou 17 de março. Eu não tinha conhecimento dos antecedentes da Caixa Econômica Federal. Esses números que estou citando para V. Exª aqui, por exemplo, de demissão de 20 mil funcionários, que amanhã, quando V. Exª chamar outras pessoas, elas vão defender, é possível que ache posições de defesa, eu não tinha conhecimento. Isso é um processo. Como eu disse aqui no meu depoimento que se me perguntassem se vou continuar a demitir, digo que posso até vir a demitir, Senador. Não tenho a demissão com objetivo. Isso é que eu queria deixar claro para a sociedade. Não tenho a demissão como objetivo. Não é meta do Presidente da Caixa a demissão. Assim como vou ter como meta a eficiência, não terei, como meta a demissão. Agora, se for preciso para salvar a instituição, eu o farei, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Tenho a impressão que não há mais nenhum Sr. Senador querendo indagar. Quero manifestar os meus agradecimentos pelo seu comparecimento, e na eventualidade de precisarmos complementar as suas informações, voltaremos a reintimá-lo.

Muito obrigado ao Sr. e aos seus assessores.

Vamos, em seguida, indagar o Presidente do Banco do Nordeste. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — A segunda parte da agenda de hoje é a convocação do Presidente do Banco do Nordeste, para comparecer.

Como percebem, na forma do Código de Processo Penal, terá que fazer o juramento de praxe.

O SR. JORGE LINS FREIRE — Juro, sob palavra de honra, dizer a verdade do que souber e do que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Qual o seu nome?

O SR. JORGE LINS FREIRE — Jorge Lins Freire.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Qual a sua idade?

O SR. JORGE LINS FREIRE — Quarenta e oito anos.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Qual o seu estado civil?

O SR. JORGE LINS FREIRE — Casado.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Estado de origem?

O SR. JORGE LINS FREIRE — Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Qual a sua residência?

O SR. JORGE LINS FREIRE — Fortaleza.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Profissão?

O SR. JORGE LINS FREIRE — Administrador, Economista.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Qual a função que V. Sª exerce neste momento?

O SR. JORGE LINS FREIRE — Presidente do Banco do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Onde exerce essa função?

O SR. JORGE LINS FREIRE — Em Fortaleza.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — V. Sª querendo, pode fazer uma exposição, por escrito ou verbal, e logo em seguida, vamos aos interrogatórios.

O SR. JORGE LINS FREIRE — Sr. Presidente, eu trouxe uma exposição escrita e também cópia para fazer distribuição aos Senadores.

O SR. MAURO BENEVIDES — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Pois não.

O SR. MAURO BENEVIDES — Sr. Presidente, o Dr. Jorge Lins, Presidente do Banco do Nordeste, fez circular entre nós, durante o longo depoimento do Presidente da Caixa Econômica Federal do Ceará, cópia da exposição, enfocando aqueles aspectos que, no entender de V. Sª, seriam fundamentais para ilustrar a sua palestra, nesta Casa. Como esse material foi distribuído aos Srs. Senadores, até por um imperativo de economia processual, me permitiria reclamar a V Exª para que acolhesse a solicitação de dispensar o Dr. Jorge Lins da leitura do seu relatório, a fim de que passássemos à parte mais objetiva e pragmática, que seria a interpelação de S. Sª pelos eminentes Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Eu gostaria de ouvir o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — Nada a objetar. O importante é o texto, a não ser que, o Presidente do Banco do Nordeste tenha algo a acrescentar, além do texto que foi distribuído nessa parte inicial.

Peço ao Presidente e aos companheiros, que façam as questões antes, porque realmente eu estou com um compromisso de viagem, inadiável, e tenho que sair no decorrer do pronunciamento de S. Sª, o Presidente do Banco do Nordeste.

Sou inteiramente favorável a considerar como lido o depoimento, isso é regimental e, ao mesmo tempo, peço para fazer as perguntas que estão relacionadas a mim, como relator.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Com a palavra V. Exª

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, estou de pleno acordo que o ilustre Presidente seja dispensado, mas eu gostaria de ter o trabalho que foi distribuído, até agora não o recebi.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Solicito que o distribua, parece que S. Sª já tirou as cópias.

Peço à Secretaria que faça integrar nos trabalhos de hoje, e oficialmente, incorporar o seu relatório às notas taquigráficas desta reunião de agora.

Sr. Relator, V. Exª tem a palavra.

O SR. RELATOR (Mansueto de Lavor) — A minha primeira pergunta, Sr. Presidente, é a seguinte: como justificar cortes de pessoal no Banco do Nordeste, quando, do ano passado para cá, o banco assumiu uma posição fundamental no desenvolvimento da região enquanto gestor do Fundo Constitucional. Foi-lhe atribuída uma função nova, específica ao banco, e uma gestão de recursos enormes do Fundo Constitucional, corta-se pessoal, isso não vai prejudicar a administração e a gestão desse Fundo?

A segunda pergunta: o Banco do Nordeste é caracterizado como grande banco de desenvolvimento regional, a par de outros bancos, o Basa entre eles e o Meridional.

Noticia-se um encolhimento do Banco do Nordeste, há até quem preconize que o Banco do Nordeste se transforme em uma espécie de mera agência econômica, reduzida a sua sede em Fortaleza e de algumas cidades mais importantes.

Pergunto ao Sr. Presidente se essa política de encolhimento do Banco do Nordeste está sendo preconizada ou se é admitida ou se está sendo estudada para ser levada a efeito? E as cidades de médio porte? E as cidades pequenas, que às vezes têm como única agência o Banco do Nordeste?

A terceira pergunta: o critério de demissão é similar ao da Caixa Econômica, começando pelos estagiários e servidores de menor salário?

O enxugamento da folha representa um mero corte linear de 30%, a começar de servidores de baixos salários? É a terceira e última pergunta.

O SR. JORGE LINS FREIRE — Inicialmente, eu queria agradecer aos Senadores a honra de ter oportunidade de trazer, aqui, a contribuição do Banco do Nordeste para esta CPI.

Senador, respondendo à primeira pergunta, para a redução de quadro de pessoal, o critério que adotamos, não foi linear.

O banco realmente tem uma importância muito grande para a Região Nordeste, e com o Fundo Constitucional passou a ter uma importância ainda maior, inclusive com uma demanda de projetos e carteiras crescente e que tem preocupado à administração na racionalização dos prosseguimentos de análise, para que a gente possa dar um vencimento e faça dentro de um prazo adequado a análise desses projetos de atendimento à região. O objetivo nosso, nessa reforma toda, é voltar às origens do banco para a sua função de banco de desenvolvimento.

O corte de pessoal, que reduzimos, está na nossa exposição, inclusive, o quantitativo, eu diria, até um número pequeno dentro desse quadro, e essas dimensões foram feitas obedecendo a critérios de improdutividade — eu diria assim — porque, primeiro, fizemos dimensões levando em conta o absenteísmo continuado, o excesso de faltas do funcionário; tudo isso passou por uma comissão formada pelo próprio banco para examinar os critérios de promoção, os critérios de penalidade; funcionários que já tinham faltas anteriores ao banco; ou seja, aqueles funcionários que não vinham contribuindo, não estavam dentro do padrão do banco.

Todos os funcionários do Banco do Nordeste são concursados, inclusive bolsistas no Banco do Nordeste fazem concurso. A qualidade do pessoal do Banco do Nordeste é conhecida e extremamente importante para a região, com um terço desse número com nível superior e cerca de 80% com nível secundário.

Mesmo com o critério de concurso público, ocorre, e é comum ocorrer, que o concurso não é sinônimo, não é prova de estabilidade; ele é uma excelente prova e o Banco sempre utilizou isso, de seleção, e sempre tem aqueles que se desinteressam quando entram na

organização, ficam abaixo do padrão, da curva de padrão que a organização exige. Foi em cima desses, dentro dos critérios que adotamos as demissões; até para melhorar o desempenho-padrão, e esse é um processo que vai ser continuado. Temos avaliação de desempenho, todos aqueles funcionários que estiverem abaixo do desempenho da organização serão demitidos; ou porque se desinteressaram, ou porque, têm duplo emprego, ou porque têm faltas continuadas; ou seja, ele não está mantendo o padrão da organização, até pelo seu porte, pela sua tradição exige. Esses funcionários serão sempre demitidos, embora essa demissão, acreditamos, não atingirá, no futuro, número de agora, porque houve uma coincidência dos que praticavam, não era comum praticar esse tipo de atitude, e isso agora fizemos e temos certeza, passando por um critério bastante seletivo.

Não houve corte linear de 30%, respondendo à pergunta de V. Exª

Nesse número saíram também estagiários, mão-de-obra contratada e esses funcionários concursados, com aposentadorias, e os demitidos dando uma redução de 1.008 pessoas na força de trabalho, o que representa 14% das despesas administrativas do Banco. Achamos que isso é importante para o Banco, pela eficiência. O excesso de pessoas, sobretudo aquelas que não estão interessadas no padrão da organização do Banco, ao invés de ser prejudicial, é negativo para o Banco. É extremamente desagradável ter um técnico sentado, numa sala, onde há nove que cumprem a sua obrigação, vestem a camisa do Banco e um que chega ou não chega e tem o mesmo tratamento daqueles, só porque entrou por concurso público. Esse foi o critério que adotamos.

Quanto à área de enxugamento, de redução do tamanho do Banco, também acreditamos que é uma posição um pouco equivocada das informações que chegaram ao nobre Senador, que conhece a importância do Banco e a razão do fortalecimento dele para a região. Nós estamos fazendo uma análise profunda do Banco do Nordeste, realmente não só para restituir o planejamento a nível do Banco, como um fortalecimento da ETN, que é um órgão importantíssimo de estudo, mas estamos também estudando a rede de agências do Banco. E nesse estudo de rede de agências do Banco nós propusemos ao Conselho de Administração o fechamento inicial de 13 agências, fechando 11; seis agências fora da região do Nordeste, agências que não eram captadoras de recursos, eram agências também que necessitavam de recursos para manter a sua rentabilidade, recursos que nós achamos que deveriam ser aplicados na região Nordeste, privilegiando a região e o Banco. Dentro da região, 5 agências foram fechadas; há agências que não tinham nem ativo nem passivo. O ativo, para dar um exemplo, numa das agências fechadas, era menor do que 1 milhão de cruzeiros e a maior parte desses ativos, desses empréstimos que fazia à comunidade era de funcionários, chamado empréstimo a funcionários. Então, ela não estava cumprindo nenhuma função social. Estamos reestudando e achamos que o Banco tem que ampliar a sua rede de agências da região.

O SR. — Quer dizer, agência desse tipo era na capital, no interior...

O SR. — Nós devemos abrir mais agências no interior e na capital, a médio prazo. Achamos inclusive que a presença do Banco na região não precisa talvez de excessos, dobrar o número de agências é um certo exagero, mas nós precisamos chegar com modelos até um pouco diferenciado de agências naquele ponto de desenvolvimento; não aquela agência com muito caixa, com muito porte, mas até com porte avançado ou agências com pequenos números de técnicos, seis ou oito, que possam receber e orientar a elaboração de projetos, aquela função de desenvolvimento, e a partir daí, possa trazer inclusive os projetos de uma agência pólo para fazer as análises. Esse é o nosso critério. Devemos aumentar, a médio prazo, posto de atendimento ao interior naquela área de desenvolvimento do Banco, que é a priorização nossa e trabalhar nas capitais, nas cidades de porte maior, aumentando, aí sim, competindo comercialmente com a rede privada, com todos os produtos bancários, oferecendo toda aquela área que não é aquela função de desenvolvimento e de crescimento social do banco, é mais aquela função comercial. Mas, até aí também, é necessário ampliar a rede do Banco.

Estamos aumentando uma agência em Fortaleza e na Paraíba também devemos inaugurar outra agência, já prevista, pois só tem uma na capital. Devemos trazer outra no Ceará.

O SR. — Quantas agências estão planejadas para fechamento na condição daquelas que não têm movimento?

O SR. — O fechamento de 13 agências, sendo seis fora da região Nordeste e sete agências dentro da região Nordeste.

Dessas, cinco foram fechadas, duas estão em observação, nas quais reduzimos o quadro de pessoal e estamos verificando a necessidade ou não dessas agências continuarem. Há um prazo de 90 a 120 dias, para ver a necessidade ou não do seu fechamento. Eu não posso dizer, agora, se ela será fechada ou não; pelos critérios anteriores, elas teriam um quadrado aí no fechamento, mas essas duas agências, inclusive, uma em Labra da Mangabeira e Granja, no próprio Ceará, são as únicas agências na microrregião. Essa é a razão da prorrogação do fechamento delas, porque representam as únicas agências na microrregião, tanto de uma área como de outra.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES — Sr. Presidente, antes de iniciar a interpelação ao Presidente Jorge Lins, do Banco do Nordeste, eu desejaria deixar muito claro que, para conhecimento do Presidente, do Diretor de Recursos Humanos, que aqui se encontra presente, o Dr. Arnaldo Menezes, dos Assessores que aqui estão presentes também, eu desejava oferecer o meu testemunho de que os eminentes senadores, a começar pelo Relator Mansueto de Lavor, Senador Jutahy Magalhães, Chagas Rodrigues, Afonso Sancho e eu próprio, nas vezes em que trouxemos a debate, no plenário do Senado Federal, matérias relacionadas com o Banco do Nordeste, os Senadores mencionados sempre assumiram uma postura de defesa intransigente daquela instituição de crédito oficial. E mesmo daqueles outros Senadores, como é o caso do Senador Maurício Corrêa, que tem o privilégio de ser eleito pelo povo de Brasília, de todos eles, de toda a Casa, de todo o Senado Federal, houve sempre uma demonstração de apoio e de estímulo à ação do Banco do Nordeste.

Portanto, com essa ressalva, pretendo externar o meu reconhecimento, como homem da região e por ter tido também o privilégio de dirigir o Banco do Nordeste, aos Senadores referenciados e a todos aqueles que, ao longo do tempo, têm favorecido o Banco do Nordeste na sua ação de banco de desenvolvimento, de banco comercial, como foi concebido originalmente, pelo grande econo-

mista Rômulo de Almeida, primeiro presidente do Banco do Nordeste.

Mas o Sr. Presidente Jorge Lins, respondendo ao Relator Mansueto de Lavor, teve oportunidade de se reportar aos critérios adotados para dispensa de 130 funcionários do Banco.

Na sua exposição, à página 3, está dito:

"Considero oportuno mencionar que o Banco tenha adotado uma política austera, no que diz respeito à sua força de trabalho, e tem primado pela valorização e qualificação dos seus funcionários a ponto de suas equipes técnicas serem reconhecidas na região por seu grau de preparo e de compromisso."

Uma menção, portanto, explícita às equipes técnicas do Banco do Nordeste. Eu, pessoalmente não teria dados, daí a inquirição a V. Sª, Dr. Jorge Lins sobre se, nessa avalanche de demissões, 130 demissões — pelo menos foi a noticiada na ocasião — se V. Sª alcançou também as equipes técnicas do Banco e, mais especificamente, o ETN(?), que, na estrutura do BND, é uma verdadeira universidade e cuida fundamentalmente da discussão, do estudo daqueles problemas da região.

Fica a pergunta a V. Exª: as equipes técnicas, especificamente as do ETN(?), foram também atingidas nessa avalanche demissionária?

O SR. JORGE LINS — Senador Mauro Benevides, que bem conhece o Banco, já foi seu Presidente e tem defendido o Banco junto com os outros Senadores aqui no Congresso, conhece a importância do Banco para a região, a preocupação com a equipe técnica é uma preocupação extremamente válida, sobretudo com o ETN.

Não foram 130, Senadores. Demitimos 110, sendo que 12 foram mediante acordo. A demissão realmente foi, embora possa ser um número elevado, de 98 pessoas. E não teve nenhum técnico da ETN incluído aí, porque não se enquadraram no perfil dos critérios da demissão, nem por absenteísmo, nem por falta grave, nenhum daqueles estavam enquadrados dentro desse propósito.

Mas a ETN será valorizada. Dentro da valorização do planejamento do Banco, pretendemos que a ETN, não só pela sua importância e estudos para a região, também venha a ser o instrumento de apoio ao planejamento interno do Banco na sua ação tática e não só estratégica. Para isso, o Banco está fazendo um plano qüinqüenal, coordenado pela ETN, de 1990 a 1995, para que possa justamente olhar vocações regionais, regiões onde devemos priorizar para sugerir à Sudene, a aplicação do FNE e também aplicação dos recursos próprios do Banco. Então, a ETN terá uma missão extremamente valorizada e importante.

Atualmente, está com 27 monografias novas sobre o Nordeste sendo feitas, sendo concluídas, está-se reunindo já internamente com a equipe técnica do Banco; tem subsidiado inclusive os órgãos de Governo como a Sudene, a região, a Secretaria do Desenvolvimento Regional, o Ministério da Economia, a Secretaria de Assuntos Estratégicos e Ciência e Tecnologia, com o envio desses estudos. Temos contribuído e estamos mandando esses estudos. Temos um estudo que está sendo concluído na área de agroindústria, que é extremamente importante para a região do Nordeste.

Sei da preocupação de V. Exª, o carinho com aquela Casa, o carinho com a região e com o Banco. Por isso, tranqüilizo-o; dizendo que a ETN está sendo valorizada. O papel dela é extremamente importante para a região e para o futuro do próprio Banco.

O SR. MAURO BENEVIDES — Sr. Presidente, à folha 14 da exposição do Dr. Jorge Lins, está dito:

"O terceiro projeto é o de aprofundamento do planejamento da rede de agências do banco, que contempla a redefinição da estratégia dessas unidades operadoras."

Respondendo à interpelação do Senador Mansueto de Lavor, o Presidente Jorge Lins se reportou ao problema de fechamento de agências.

Eu me permitiria destacar, neste instante, que cheguei a Fortaleza no dia seguinte em que se reunira o Conselho de Administração, quando foi submetida ao exame daquele colegiado uma proposta do Presidente Jorge Lins, envolvendo o fechamento de 13 agências.

Tão logo cheguei à capital cearense, fui instado, por lideranças dos 2 Municípios do Ceará — no caso, Granja e Lavras da Mangabeira — diante daquela perspectiva dramática de se fechar aquelas instituições que ali vinham prestando relevantes serviços àquelas microrregiões do Estado. Cheguei mesmo a dirigir ao Presidente Jorge Lins, de modo informal, um apelo veemente, no sentido de que S. Sª preservasse aquelas agências, não apenas do Ceará, mas igualmente aquelas outras que, militando no Polígono das Secas, a elas poderia ser creditado um acervo imenso de colaboração para o desenvolvimento daquela faixa territorial do País.

Na resposta ao Senador Mansueto de Lavor, o Presidente Jorge Lins admite a possibilidade que representa, de certa forma, a primeira manifestação tranqüilizadora em relação a duas dessas agências de Granja e Lavras da Mangabeira. Nós desejávamos exatamente conhecer o pensamento do Presidente, que sustou a execução da resolução pelo prazo de noventa dias, a fim de que lhe fosse possível aferir a capacidade de recuperação dessas duas agências. Acredito que, talvez, o estímulo a um crédito, a alocação de maiores recursos, um aporte de um contingente maior de dotações, pudessem talvez garantir a reabilitação dessas agências.

Então, pergunto ao Presidente Jorge Lins, talvez sendo até impertinente na minha indagação. Dentro desse processo de reciclagem a que estão entregues os seus funcionários e, naturalmente em decorrência disso, o aporte de recursos para ampliar as suas aplicações, se haveria a possibilidade de se manter essas duas agências, que até aqui prestaram grandes serviços àquelas importantes áreas do Estado?

O SR. JORGE LINS — Senador, em atendimento justamente a solicitação de V. Exª quanto às citadas agências na região de seu Estado é que prolongamos o seu fechamento, aguardando os dados necessários à função e desenvolvimento das agências. As agências de Lavras da Mangabeira e de Granja têm o grande mérito de serem as únicas agências na microrregião mas elas não tinham nenhuma linha de crédito com os produtores locais. O número de projetos é praticamente nulo e esses municípios poderiam ser atendidos por outra unidade ou até por unidade móvel que pudesse se deslocar para lá.

Acho que essa manifestação política foi extremamente importante tendo em vista que aí, talvez, existam condições de as próprias prefeituras passarem a dar uma assistência maior à ação do BNB na região. Um outro fato importante é que, pleiteadas as agências, a comunidade deve ser atendida, mas ela não tem aquela demanda adequada para o desenvolvimen

to. Na hora que pensamos em fechar, as próprias prefeituras ficam incumbidas de reivindicarem o não fechamento, mas nenhuma prefeitura da microrregião estava trabalhando com o banco ou dando a importância devida ao Banco do Nordeste.

Se nós tivermos esse apoio a nível de prefeitura e a nível da comunidade, que centralize os seus depósitos, ou que reivindique, que realmente traga um projeto para o banco, V. Exª pode ter certeza de que a agência será preservada. Agora, infelizmente, até as próprias prefeituras não têm prestigiado adequadamente o banco. Nós achamos que o Banco do Nordeste deveria merecer o prestígio da região, mas não é só lá, é de uma maneira geral. Essa vai ser uma cruzada nossa em termos de Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Algum Senador quer fazer alguma indagação?

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente. Na distribuição há um critério para atendimento nos diferentes Estados da Federação?

Como V. Exª sabe, a nossa Constituição já consagrou aos desníveis regionais.

O Banco do Nordeste pretende adotar uma política de atendimento a todos os Estados?

O SR. JORGE LINS — Senador, esse é o objetivo do banco. Agora, temos algumas preocupações e também dificuldades para fazer isso. A primeira, eu diria, é a falta de recursos. O próprio FME, que é o instrumento extremamente importante para o banco e para a região, prevê a aplicação de 50% dos seus recursos no semiárido e 40% no pequeno e microempresário. Temos seguido rigorosamente o preceito constitucional. Agora, o que nos preocupa é que não podemos criar orçamento por Estado. Temos um banco apenas no Nordeste. Temos que criar programas e ainda assim privilegiar programas, privilegiar regiões, e ainda pode ocorrer que um Estado pode levar um pouco mais e outro pouco menos. Esse trabalho nós temos desenvolvido. Esse é o trabalho que temos desenvolvido, e que é importante para aquela região e para o banco, não venham a ser substitutos das outras fontes de recursos da região.

Acho que há ainda um preceito constitucional que obriga a depositar, via bancos regionais — preferível o Banco do Nordeste — todos os recursos federais. Eu e o companheiro Lafaiette estamos numa cruzada muito grande para levantar recursos do Fundo de Participação dos Municípios, recursos dos organismos federais, todos via Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, para o Nordeste, a fim de resolvermos os problemas daquela região. Esta é uma cruzada que temos que ter. A outra cruzada é a que o FME venha a ter outras fontes de recursos. Esta é uma preocupação extremamente válida, e é uma preocupação nossa.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Corrêa) — Não havendo nenhum Senador que queira fazer mais indagação ao Presidente do Banco do Nordeste, dou por encerrada a reunião.